



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS (UFG)
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FE)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA (PPGP)

ISANA RODRIGUES BRAZ

**O amor romântico na sociedade capitalista e patriarcal: uma
crítica feminista marxista.**

GOIÂNIA

2020



UFG

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

**TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR
VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES**

E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a [Lei 9.610/98](#), o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFG é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do material bibliográfico

Dissertação Tese

2. Nome completo do autor

ISANA RODRIGUES BRAZ

3. Título do trabalho

O amor romântico na sociedade capitalista e patriarcal: uma crítica feminista marxista

4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)

Concorda com a liberação total do documento SIM NÃO¹

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:

a) consulta ao(à) autor(a) e ao(à) orientador(a);

b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação.

O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

Obs. Este termo deverá ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.



Documento assinado eletronicamente por **Fernando Lacerda Júnior**,
Professor do Magistério Superior, em 20/05/2021, às 03:29, conforme



horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **ISANA RODRIGUES BRAZ, Discente**, em 14/06/2021, às 19:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2077769** e o código CRC **B1771EF7**.

Referência: Processo nº 23070.003757/2020-89

SEI nº 2077769

ISANA RODRIGUES BRAZ

O amor romântico na sociedade capitalista e patriarcal: uma crítica feminista marxista.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Psicologia, da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás (UFG), como requisito para obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Área de concentração: Psicologia.
Linha de pesquisa: Bases Históricas, Teóricas e Políticas da Psicologia.

Orientador: Professor Doutor Fernando Lacerda Júnior.

GOIÂNIA

2020

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Braz, Isana Rodrigues

O amor romântico na sociedade capitalista e patriarcal [manuscrito]
: uma crítica feminista marxista. / Isana Rodrigues Braz. - 2020.
xiv, 95 f.

Orientador: Prof. Fernando Lacerda Júnior.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás,
Faculdade de Educação (FE), Programa de Pós-Graduação em
Psicologia, Goiânia, 2020.
Bibliografia.

1. Amor romântico. 2. Feminismo marxista. 3. Patriarcado. 4. Teoria da reprodução social. 5. Capitalismo. I. Lacerda Júnior, Fernando , orient. II. Título.

CDU 1



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Aos vinte dias do mês maio de dois mil e vinte (27/05/2020) às 15:00 reuniram-se os componentes da Banca Examinadora: **Prof. Fernando Lacerda Junior** doutor em Psicologia pela PUCAMP, **Profª. Lillian Marta Grisolio Mendes**, doutora em História Social pela PUC-SP e **Prof. Dr. Hugo Leonardo Fonseca da Silva**, doutor em Ciências Sociais na Educação pela UNICAMP para, sob a presidência do primeiro, e em sessão pública realizada nas dependências da Faculdade de Educação, procederem à defesa da dissertação intitulada: **“O amor romântico na sociedade capitalista-patriarcal: uma crítica feminista marxista”** em nível de Mestrado, área de concentração em Psicologia, de autoria de **Isana Rodrigues Braz**, discente do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Goiás. A sessão foi aberta pelo presidente da Banca Examinadora, Prof. Dr. **Fernando Lacerda Junior**, que fez a apresentação formal dos membros da Banca e deu-se início à apreciação e avaliação do texto. A Banca Examinadora, após a apreciação e avaliação do texto apresentado, decidiu considerá-la **APROVADA**. Os trabalhos foram concluídos e eu, Profª. Drª. Priscilla Melo Ribeiro de Lima, coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da FE/UFG, lavrei a presente ata que assino juntamente com os membros da Banca Examinadora.

Prof. Dr. **Fernando Lacerda Junior**

Prof. Dr. **Lillian Marta Grisolio Mendes**

Prof. Dr. **Hugo Leonardo Fonseca da Silva**

Prof. Drª **Priscilla Melo Ribeiro de Lima** - Coordenadora do PPGP

TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA



Documento assinado eletronicamente por **Fernando Lacerda Júnior, Professor do Magistério Superior**, em 24/06/2020, às 15:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Priscilla Melo Ribeiro De Lima, Coordenadora de Pós-Graduação**, em 16/09/2020, às 10:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Hugo Leonardo Fonseca Da Silva, Professor do Magistério Superior**, em 27/04/2021, às 10:43, conforme



horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1236298** e o código CRC **2A46BEC6**.

Referência: Processo nº 23070.003757/2020-89

SEI nº 1236298

Que o amor não é de modo algum um assunto privado, que interesse unicamente a dois corações isolados, mas, pelo contrário, que o amor supõe um princípio de união de um valor incalculável para a coletividade, isto se evidencia no fato de que, em todos os graus de seu desenvolvimento histórico, a humanidade estabeleceu regras que determinavam quando e em que condições o amor era considerado legítimo (ou seja, quando correspondia aos interesses da coletividade), e quando teria de ser considerado como culpado (ou seja, quando o amor se encontrava em contradição com a sociedade) (Kollontai, 2000, p. 127).

Agradecimentos

A experiência da pós-graduação, é, em muitos momentos, uma trajetória solitária. Durante meu processo, pude perceber que, paradoxalmente, é uma caminhada que não se realiza sem boas companhias, que ofereçam uma rede de apoio, inspiração, cuidado e afeto. Acredito que agradecer também é uma forma de tentar retribuir aos que estiveram ao meu lado nessa trajetória.

Agradeço à minha mãe, Adriana, por sempre oferecer colo, amor, carinho e inspirar força e alegria e pela nossa cumplicidade que me fortalece. Ao meu pai, Isac, pelo cuidado, amor e por todas as nossas conversas com muita cachaça, discussões e gargalhadas. Agradeço ao meu irmão, Marcelo, por ser o melhor amigo que eu poderia ter. Por se fazerem presentes mesmo longe e inspirarem coragem, simplicidade e alegria.

Agradeço ao Matheus, meu companheiro, pelo amor, paciência, parceria e apoio. Por acreditar em mim quando eu mesma não acredito e pela torcida incondicional pelas minhas conquistas.

Agradeço ao Fernando, por possibilitar que o processo do mestrado ficasse mais leve com sua generosidade. Por me encorajar a trilhar um caminho próprio no processo de pesquisa e pela orientação precisa e escuta sensível nos momentos de dúvidas e angústias.

Ao professor Hugo e a professora Lilian pelas contribuições no Exame de Qualificação. Pela leitura atenta e respeitosa, por todas as indicações de leitura e questionamentos que possibilitaram o desenvolvimento desta pesquisa.

Agradeço à Tamara, amiga/irmã pela companhia durante o mestrado, pelas conversas e amizade. Realizar esta pesquisa seria muito mais difícil sem ela por perto. Também ao Wanderson pelo apoio mútuo, por compartilharmos as angústias e nos divertirmos nos cafés, almoços e jantares.

Agradeço à todas e todos do grupo de estudos Marxismo e Psicologia pelas leituras compartilhadas, discussões, e questionamentos que me oportunizaram aprofundar os estudos no feminismo marxista.

Agradeço à Mônica e a Luciana pela amizade de uma vida. Em especial, à Mônica, pelos últimos dois anos de moradia compartilhada, pela sensibilidade, escuta e troca sobre todas as aflições que passamos juntas na pós-graduação.

Agradeço à Ana Terra, pela amizade e afeto de anos, e, em especial, pelas trocas e indicações de leitura, pelos livros emprestados e pelo incentivo e ajuda no processo de escrita do pré-projeto.

Agradeço à minha sogra, dona Terezinha, pelo cuidado, carinho e afeto comigo durante estes dois anos.

À todas as mulheres que cruzam meu caminho e que compartilho a vida por suscitarem inquietações, solidariedade e inspiração.

Por fim, agradeço aos amigos e amigas de fé do meu terreiro, em especial, ao padrinho Zelismar e a madrinha Ester, pelo convívio cotidiano, que me oferece porto seguro nos momentos difíceis e companhia nas alegrias.

Sumário

Resumo	xii
Abstract	xiii
Resumen	xiv
Introdução	15
Capítulo 1 – Feminismo marxista e o patriarcado	22
1. Feminismo marxista	23
2. Origem da opressão das mulheres, patriarcado e teoria da reprodução social	
34	
2.1. Engels e a origem do patriarcado.	36
2.2. Federici: a caça às bruxas e a violenta emergência do capitalismo	39
2.3. Saffioti: dominação-exploração e patriarcado no capitalismo	43
2.4. Feminismo marxista e teoria da reprodução social	50
Capítulo 2 – O amor romântico na sociedade capitalista e patriarcal	54
1. Do comunismo primitivo à sociedade de classes: a constituição da família	
monogâmica.....	54
2. As transformações do amor romântico na sociedade capitalista e patriarcal.	65
3. Críticas feministas marxistas ao amor romântico	74
4. Para além do amor romântico	80
Considerações Finais	84
Referências	92

Resumo

A presente pesquisa teórica, pretendeu investigar a relação entre o amor romântico e o patriarcado na sociedade capitalista a partir do referencial do feminismo marxista. Compreendemos que o patriarcado é parte integrante da sociedade capitalista e não um sistema autônomo de regras e mecanismos que se reproduzem sozinhos. O patriarcado tem suas raízes atuais na propriedade privada, na divisão sexual do trabalho e na consequente relação estrutural do lar com a reprodução do capital. A família é uma instituição que se transformou ao longo da história do desenvolvimento da produção e da reprodução social. Com a consolidação do capitalismo surge a família monogâmica, que é caracterizada pelo seu isolamento e domesticidade. Ela expressa o aparente antagonismo entre as esferas da produção e da reprodução social e é constituída pelo triângulo: pai, mãe e filhos. Os papéis entre os sexos são bem definidos: o pai é o chefe e provedor da família e a mulher, a esposa e mãe dedicada. O amor romântico é uma das ideologias que reforça esta família. Surge na Europa no final do século XIX, com a consolidação da sociedade burguesa e o aparecimento da possibilidade de uma vida individual independente da vida comunitária. A relação amorosa passa a ser exaltado como sinônimo de realização pessoal e felicidade. O amor romântico propaga as ideias do amor à primeira vista e do amor sacrificial. Em relação ao amor, as mulheres são compreendidas como mais amorosas, emocionais e responsáveis pela promoção do amor e do cuidado no lar. Compreendemos que o amor romântico cumpre a função de retificar e legitimar o patriarcado e o capitalismo ao reforçar papéis fixos e estereotipados às mulheres que as confinam ao âmbito da vida privada e da reprodução social, esfera importante para a manutenção do modo de produção capitalista e do patriarcado.

Palavras-chave: amor romântico; feminismo marxista; patriarcado; Teoria da reprodução social; capitalismo.

Abstract

The present theoretical research, aimed to investigate the relationship between romantic love and the patriarchy in capitalist society based on the theoretical framework of marxist feminism. We understand that patriarchy today is an integral part of capitalist society and not an autonomous system of rules and mechanisms that reproduce themselves. Patriarchy has its current roots in private property, in the sexual division of labor and in the consequent structural relationship of the home with the reproduction of capital. The family is an institution that has been transformed throughout the history of the development of production and social reproduction. With the consolidation of capitalism, the monogamous family emerges, which is characterized by its isolation and domesticity. It expresses the apparent antagonism between the spheres of production and social reproduction is constituted by the triangle: father, mother and children. The roles between the sexes are well defined: the father is the head and provider of the family and the woman, the wife and the dedicated mother. Romantic love is one of the ideologies that reinforces this family. It emerged in Europe at the end of the 19th century, with the consolidation of bourgeois society and the appearance of the possibility of an individual life independent of community life. The love relationship becomes exalted as a synonym for personal fulfillment and happiness. Romantic love propagates the ideas of love at first sight and sacrificial love. Regarding love, women are understood as more loving, emotional and responsible for promoting love and care in the home. We understand that romantic love fulfills the function of rectifying and legitimizing patriarchy and capitalism by reinforcing fixed and stereotyped roles for women who confine them to the sphere of private life and social reproduction, an important sphere for the maintenance of the capitalist mode of production and patriarchy.

Keywords: romantic love; marxist feminism; patriarchy; social reproduction theory; capitalism.

Resumen

La presente investigación teórica pretendía investigar la relación entre el amor romántico y el patriarcado en la sociedad capitalista a partir del marco teórico del feminismo marxista. Entendemos que el patriarcado de hoy es una parte integral de la sociedad capitalista y no un sistema autónomo de reglas y mecanismos que se reproducen solos. El patriarcado tiene sus raíces actuales en la propiedad privada, en la división sexual del trabajo y en la consiguiente relación estructural del hogar con la reproducción del capital. La familia es una institución que se ha ido transformado a lo largo de la historia del desarrollo de la producción y la reproducción social. Con la consolidación del capitalismo, surge la familia monógama, que se caracteriza por su aislamiento y domesticidad. Expresa el aparente antagonismo entre las esferas de producción y reproducción social y está constituido por el triángulo: padre, madre e hijos. Los roles entre los sexos están bien definidos: el padre es el jefe y el proveedor de la familia y la mujer, la esposa y la madre dedicada. El amor romántico es una de las ideologías que refuerza a esta familia. Surgió en Europa a finales del siglo XIX, con la consolidación de la sociedad burguesa y la aparición de la posibilidad de una vida individual independiente de la vida comunitaria. La relación de amor se exalta como sinónimo de realización personal y felicidad. El amor romántico propaga las ideas de amor a primera vista y el amor sacrificial. En relación al amor, se entiende que las mujeres son más amorosas, emocionales y responsables de promover el amor y el cuidado en el hogar. Entendemos que el amor romántico cumple la función de rectificar y legitimar el patriarcado y el capitalismo al reforzar los roles fijos y estereotipados para las mujeres que los confinan al ámbito de la vida privada y la reproducción social, una esfera importante para el mantenimiento del modo de producción capitalista y del patriarcado.

Palabras clave: amor romántico; feminismo marxista; patriarcado; teoría de la reproducción social; capitalismo.

Introdução

1. Sobre esta pesquisa

Esta pesquisa objetivou investigar a relação entre o amor romântico e o patriarcado na sociedade capitalista a partir do referencial do feminismo marxista. Anunciar uma pesquisa feminista é evidenciar o caráter contingencial que estabelecemos com nossos objetos de estudo (Haraway, 1995; Löwy, 2009). Ao longo dos últimos anos, as feministas de diferentes perspectivas vêm denunciando a parcialidade das ciências. Elas afirmam que os saberes são produzidos em um tempo e espaço específico, assim como por alguém com uma história de afetos, experiências e implicações. Em coerência com estas teses, gostaria de compartilhar como o amor romântico tornou-se objeto da minha pesquisa de mestrado e como se deu meu encontro com o feminismo marxista. Para isso, é preciso retomar minha trajetória como mulher, psicóloga e pesquisadora.

Meu primeiro contato com os feminismos e com os estudos de gênero ocorreu na disciplina de Psicologia Social III, ministrada pela professora Dra. Lenise Borges. De certa forma, eu já refletia sobre o que era ser uma mulher e o que isso implicava. Por conta da minha identificação com a temática ingressei no Grupo de Estudos e Pesquisa em Gênero, Esporte e Mídia (GEPGEM) orientado pela professora Dra. Adriana Bernardes Pereira. Permaneci no grupo por três anos e meio e lá desenvolvi meu trabalho de conclusão de curso, intitulado “A construção do tipo social lésbica no cinema”, que investigava como a lesbianidade tem sido retratada no cinema no último século (1915-2015) (Braz, 2016).

Os resultados dessa pesquisa já apontavam o amor romântico como elemento constitutivo das relações afetivas vivenciadas pelas personagens lésbicas no cinema. A pesquisa demonstrou que a presença destas personagens no cinema cresceu entre os anos de 2005 e 2015. A narrativa que as apresenta na maioria dos filmes é um romance, no qual as protagonistas, em sua maioria brancas e ricas, se apaixonam, vivem intempéries decorridas da descoberta da sua orientação sexual ou de fatores externos que impedem o romance, porém ao final, conseguem vencer essas dificuldades, terminam juntas, casadas e com filhos/as (Braz, 2016).

Durante os demais anos da graduação participei de militância estudantil (Centro Acadêmico) e de grupos de militância feminista: Coletivo Feminista Classista Ana Montenegro, Grupo de Percussão Batuque Feminista e o grupo de teatro Ocupa Madalena, que se utiliza das técnicas do teatro do oprimido para realizar jogos teatrais com mulheres. Entre 2015 e 2016, atuei como estagiária no Centro de Referência em

Direitos Humanos do Cerrado em Goiânia (GO) onde, realizava atendimentos à população que teve seus direitos violados em conjunto com uma equipe interdisciplinar. Desde 2017, realizo atendimento clínico na abordagem psicanalítica. Nessas diversas experiências, as questões relacionadas às mulheres e a busca por sua emancipação estiveram presentes.

Após minha experiência no grupo de estudos e pesquisa também se intensificou meu desejo de dar continuidade a carreira acadêmica. A docência já fazia parte dos meus planos, mas somente após esse percurso, compreendi que gostaria de construir uma trajetória como pesquisadora. Decidi por tentar ingressar no mestrado em Psicologia e prosseguir meus estudos a partir de uma perspectiva feminista.

Já há algum tempo as questões acerca da opressão da mulher, decorrentes de papéis estabelecidos de gênero e das relações de poder elucidadas a partir de minha vivência com o feminismo, me inquietavam em um âmbito específico: o das relações afetivas. Eu percebia nas minhas experiências cotidianas como mulher, nas rodas de conversa com amigas e nos grupos de militância, que as inquietações acerca de nossas próprias relações afetivas e sexuais eram extremamente presentes, no entanto, pouco aprofundadas no que se referia à sua relação mais ampla com o patriarcado.

Dentre os diversos elementos que compõem a relação afetiva, o amor me parecia o componente menos elucidado devido às crenças sobre sua naturalidade. Contrária às perspectivas essencialistas e biologicistas que compreendem o amor somente como componente psíquico e/ou biológico, isto é, como sentimento inato, universal e arrebatador, me interessava compreender como o amor, é também, um fenômeno social, atravessado por determinações históricas e sociais que engendram a sociedade na qual ele está inserido.

Além disso, minha formação nos estudos feministas e de gênero até então me oportunizava uma apreensão parcial sobre a opressão feminina. Eu compreendia que haviam recursos linguísticos, ideias, papéis, estereótipos e expectativas de gênero que forjavam a desigualdade entre os gêneros. Mas eu me perguntava de onde vinham essas ideias. Me interessava entender quais eram as origens dos papéis estabelecidos para os sexos e da opressão das mulheres. Além disso, estas perspectivas, por vezes, compreendem que vivenciamos tempos de avanço no que tange a superação das opressões de raça, classe e gênero, na qual, conquistas têm sido alcançadas e podem ser consolidadas, no entanto, parecia-me haver um longo caminho a ser percorrido para a completa erradicação destas opressões.

Antes de ingressar no mestrado em Psicologia, assisti como ouvinte, a disciplina Método em Marx, ministrada pela professora Dra. Anita Cristina Azevedo Resende no Programa de Pós-Graduação em Educação também na Universidade Federal de Goiás. Nesta disciplina, tive oportunidade de retomar os estudos marxistas iniciados no Coletivo Feminista Classista Ana Montenegro. Ali, começava a encontrar respostas (e tantas outras perguntas) para as questões que me inquietavam.

Quando ingressei no Programa da Pós-Graduação em Psicologia, meu projeto pretendia investigar as construções sociais e discursivas sobre o amor romântico presentes na Psicologia. A partir das experiências e debates suscitados nas disciplinas ao longo do mestrado, e em especial, no grupo de estudos Marxismo e Psicologia, coordenado pelo professor Dr. Fernando Lacerda Jr., decidi definitivamente por adotar o referencial do feminismo marxista nas análises da minha pesquisa. Após a Banca de Qualificação, optamos por investigar a relação do amor romântico com o patriarcado vigente no modo de produção capitalista.

2. O amor romântico e o patriarcado no capitalismo

O amor romântico surge na sociedade ocidental, especificamente na Europa no final do século XIX. Seu surgimento está estritamente ligado as mudanças sociais ocorridas na era moderna, especialmente o desenvolvimento do individualismo burguês. O amor romântico pressupõe ideais sobre como o amor e a relação amorosa devem ser vivenciados e legitimados: o amor é cultivado como sentimento arrebatador e irracional; o relacionamento amoroso é exaltado como superação da solidão da alma e da incompletude; o indivíduo só se realiza e é feliz no encontro com sua outra metade, sua “alma gêmea” (Costa, 1998; Rudiger, 2013).

Antes do surgimento do amor romântico os matrimônios não eram baseados no amor. Tal ideia é historicamente recente, tributária da sociedade burguesa e da emergência do indivíduo burguês. O matrimônio afetivo era parte da família burguesa, a qual é definida pelo isolamento, privilegiando a privacidade e a domesticidade. O lar burguês era constituído pelo triângulo pai, mãe e filhos. Os homens são os chefes do lar, pais e trabalhadores de família que devem sustentar a todos; as mulheres, são as esposas, mães e donas de casa dedicadas; os filhos devem aprender os valores repassados pela família para se tornarem bons cidadãos quando chegarem à idade adulta (Moraes, 1981).

O fundamento da família burguesa é a manutenção dos bens materiais. Para a garantia da legitimidade dos herdeiros, as mulheres tinham de manter a castidade até o

casamento. Para isso, sua sexualidade era repreendida e sua principal função era a maternidade e os serviços domésticos. O ideal de amor romântico atua reforçando a configuração familiar monogâmica e nuclear. A ideia da eternidade do amor, a dedicação ao amor a qualquer custo e a crença da superação da solidão por meio de sua vivência reforçam e solidificam o lar burguês. Mesmo as mulheres da classe trabalhadora não escapavam às prescrições deste arranjo, já que precisavam enfrentar as duras jornadas de trabalho e não eram isentas dos serviços domésticos (Moraes, 1981; Hobsbawm, 2014).

Na atualidade, as famílias e as relações afetivas têm se transformado, possibilitando o surgimento de novas configurações familiares (que não expressam a formação tradicional, pai, mãe e filhos/as) e afetivas (casais homossexuais, relações poliamorosas, etc.). No entanto, ainda que existam novas configurações familiares, a esfera familiar, mesmo em suas diferentes formações, cumpre um papel importante na reprodução da vida social. É na família que as tarefas do cuidado e da criação dos filhos são realizadas primordialmente (Rosenthal, 2018).

Apesar das mudanças, ainda é exigida das mulheres a responsabilidade pelo trabalho doméstico (o qual abrange as tarefas do lar e de cuidado com os filhos), o que pode restringir sua participação e seu crescimento no mercado de trabalho. Da mesma forma, continua persistindo a pressão para que a mulher esteja em uma relação afetiva como garantia de seu sustento financeiro e da sua realização pessoal. A tarefa de manutenção e promoção do amor na relação conjugal ainda é compreendida como quase que exclusivamente feminina. Além disso, Biroli e Miguel (2014) apontam que, devido à sobrecarga de tarefas e dos altos índices de violência doméstica, o casamento pode ser uma situação de vulnerabilidade para as mulheres, comprometendo sua saúde mental, física e psicológica.

Investigar, mapear e compreender a emergência e persistência do amor romântico significa questionar sua naturalidade e universalidade. A certeza do amor como sentimento universal, inato e incontável e a convicção de que sua realização nos moldes estritamente postos pelo amor romântico negam o seu caráter histórico e cultural. O amor romântico como ideologia que constrói uma forma específica de amar na sociedade ocidental é a realização de transformações históricas e sociais. Compreender sua história implica desvelar seu caráter contingencial, além de possibilitar a reflexão sobre quais são as condições necessárias para sua superação.

Além disso, esta pesquisa justifica-se pela atualidade do debate sobre as relações sociais de gênero na conjuntura de nossos dias. Vivenciamos um período que se

caracteriza pelo recrudescimento de ondas conservadoras reacionárias e moralistas que se intensificaram a partir da crise do capitalismo e em resposta a insurgência dos movimentos sociais LGBTQI, feministas, anticlassistas e antirracistas. Agrupamentos conservadores têm ganhado força em todo mundo. Por exemplo, na França, uma figura de extrema-direita, Marine Le Pen da Frente Nacional, teve relevância na campanha eleitoral no ano de 2017. Nos Estados Unidos, a eleição do republicano Donald Trump em 2016 ocorreu em uma campanha marcada pela apresentação explícita de posições declaradamente racistas, xenófobas e machistas. Na Argentina, o presidente entre 2015 e 2019, Mauricio Macri, embora associado a uma direita mais liberal, tem fortes características xenófobas (Petroni, 2019).

No Brasil, país construído sobre uma estrutura racista e latifundiária, Jair Bolsonaro foi eleito para a presidência em 2018, após o Golpe de Estado de 2016. Desde então, assiste-se no país o crescimento de um setor de extrema direita. Bolsonaro se elegeu apoiado pela indústria do armamento, pelas igrejas fundamentalistas, por latifundiários e conservadores. Bolsonaro assume um discurso abertamente retrógrado, carregado de falas racistas, machistas e higienistas. Várias de suas medidas ameaçam direta e concretamente a classe trabalhadora, mulheres, negras/os, indígenas (Petroni, 2019).

Dentre as medidas que se apresentam como um retrocesso direto para as mulheres, podem ser citadas: a Reforma da Previdência que aumenta o tempo de serviço das mulheres até sua aposentadoria (Pantaleão, 2020); as propostas de modificações no Estatuto do Desarmamento que pretendem facilitar a aquisição de armas, o que contribui para mais casos de violência doméstica e morte de mulheres no Brasil (Franco, 2019); as propostas de aprovação do estatuto do nascituro, que incluem a criação da “bolsa-estupro” (que prevê auxílio financeiro as mulheres vítimas de estupro que decidirem por seguir com a gestação ocorrida da violência sofrida) e a restrição dos direitos da mulher em relação ao aborto (Lindner, Marini & Lima, 2018).

Esse conservadorismo também se expressa na volta do ideal do familismo, que advoga pela “defesa da família” como o suporte necessário para a segurança e acolhimento numa sociedade permeada de riscos. Segundo esta ideologia, a família é a unidade a partir da qual uma ordem moral e social adequada se estabeleceria. O familismo também trata de definir o lugar das mulheres como mães, cuidadoras e acolhedoras. Portanto, em tal ótica, as mulheres e mães ocupam um lugar especial na construção da ordem social mais ampla (Biroli, 2018).

Damares Regina Alves, atual dirigente do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos do governo Jair Bolsonaro deu declarações abertas sobre o papel das mulheres na sociedade que reforçam a divisão sexual do trabalho e o ideal do familismo, pautados na opressão feminina. Em 2 de janeiro de 2019, após a eleição de Jair Bolsonaro, afirmou que se abria “uma nova era em que menino veste azul e menina veste rosa”. Mais recentemente, a ministra apresentou sua campanha conservadora e moralista que previne a gravidez na adolescência e que tem como mensagem principal o estímulo à abstinência sexual como método contraceptivo (Brandino, 2019).

O retorno de perspectivas conservadoras que reforçam e propagam os velhos estereótipos dos papéis de gênero, o patriarcado e a família tradicional nuclear e monogâmica como instituição produtora de submissão das mulheres demonstram a atualidade e pertinência da compressão da relação do amor romântico e sua interface com o patriarcado no capitalismo vigente.

3. O materialismo histórico-dialético

Esta pesquisa teórica baseia-se no referencial teórico do feminismo marxista. O método utilizado nesta perspectiva é o materialismo histórico-dialético. Este desvela as bases concretas das determinações das explorações e opressões na emergência e no desenvolvimento do modo de produção capitalista-patriarcal-racista. O materialismo histórico-dialético é a ciência que estuda as leis mais gerais do desenvolvimento da sociedade em seu conjunto, em suas inter-relações (Valadares, 1990; Cisne, 2018).

O que determina a história é, em última instância, a produção e a reprodução da vida real, processos constituídos por nexos e inter-relações em um complexo e contraditório desenvolvimento histórico-social. O materialismo histórico-dialético possibilita uma análise crítica das relações sociais, por assumir a perspectiva de totalidade e busca apreender as mediações que possibilitam o desvelar da essência dos fenômenos sociais, indo além das suas expressões imediatas (Valadares, 1990; Cisne, 2018).

Dessa forma, este método permite a compreensão do amor romântico na sua relação com suas determinações históricas e sociais, nas relações concretas e na totalidade social.

Para compreender este objeto na sua relação concreta com a sociedade capitalista-patriarcal investigamos a origem da opressão das mulheres e a origem do amor romântico na sua relação com a família burguesa na sociedade capitalista-patriarcal. Assim, no primeiro capítulo, intitulado **Feminismo marxista e o patriarcado**, discutimos a história

da perspectiva feminista marxista e sua concepção sobre a opressão histórica das mulheres. Neste capítulo não tratamos diretamente do objeto deste estudo, o amor romântico, porém, apresentamos uma fundamentação teórica necessária para a análise crítica deste objeto sob a ótica do feminismo marxista e do materialismo histórico-dialético. No segundo capítulo, **O amor romântico na sociedade capitalista e patriarcal**, aborda-se o surgimento do amor romântico a partir das transformações ocorridas na família ao longo da história.

Finalmente, nas **Considerações Finais**, apresentamos as principais conclusões acerca do desenvolvimento desta pesquisa e apontamos também alguns dos limites da mesma. Discutimos algumas sínteses sobre: a relação entre patriarcado e capitalismo, as transformações na família e no matrimônio e a atualidade do amor romântico.

Capítulo 1 – Feminismo marxista e o patriarcado

Nos últimos anos, o Brasil avançou, em sua legislação, na garantia de direitos voltados à segurança da vida das mulheres. Por exemplo, há a Lei nº. 11.340/2006, popularmente conhecida como Lei Maria da Penha, que qualifica a violência contra a mulher como crime e a Lei nº. 13.104/2015, conhecida como a “Lei do Femicídio”, que tipifica “o assassinato de uma mulher cometido por razões da condição de sexo feminino”. No entanto, a conjuntura brasileira enfrenta uma forte ascensão do conservadorismo e os crimes de violência contra a mulher continuam crescendo no país. O cenário de acirramento e polarização social vivido no país também contribuiu para o aumento da violência. Na atualidade, há também, diversos projetos de leis em andamento que colocam em risco, direitos arduamente conquistados pelas minorias sociais, por exemplo, aqueles que se referem aos direitos sexuais e reprodutivos que afetam diretamente as mulheres (Cisne & Santos, 2018).

O “Atlas da Violência”, uma pesquisa realizada entre 2012 e 2017 pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2019), aponta para o crescimento da violência contra a mulher no Brasil. A pesquisa demonstra que 4.936 mulheres foram assassinadas no Brasil no ano de 2017, o maior número nos últimos dez anos. No citado ano, 66% das mulheres mortas eram negras. A taxa de homicídio destas cresceu 29,9% entre os anos de 2012 e 2017. No mesmo período, os homicídios de mulheres ocorridos dentro de casa aumentaram em 17,1% e o número de mulheres mortas por arma de fogo em sua residência cresceu em 28,7%.

De acordo com o “Mapa da Violência 2012: Homicídios de Mulheres no Brasil” (Waiselfisz, 2012), duas em cada três pessoas atendidas no SUS por violência doméstica ou sexual são mulheres. Em 51,6% dos atendimentos foi registrada a reincidência no exercício da violência contra a mulher. O SUS atendeu mais de 70 mil mulheres vítimas de violência em 2011 e 71,8% destes casos ocorreram no ambiente doméstico. O “Balanço 2014 do Ligue 180 – Central de Atendimento à Mulher” (SPM-PR, 2014) aponta que em mais de 80% dos casos de violência reportados, a agressão foi cometida por homens com quem as vítimas têm ou tiveram algum vínculo afetivo: companheiros, cônjuges e namorados atuais ou anteriores. Este fato demonstra a inerente contradição entre amor e ódio que constitui estas relações afetivas em que essas mulheres estão inseridas. Uma pesquisa da Folha também aponta que em 2019 a estatística do feminicídio

trilhou a contramão dos demais crimes violentos no Brasil e cresceu 7,2% no último ano (Bragon & Mattoso, 2020).

A violência contra a mulher é a expressão de que, a despeito dos avanços legais, as determinações que sustentam a opressão real sofrida pelas mulheres continuam vigorando em nossa sociedade. É a demonstração da atuação das forças opressivas que dominam e exploram mulheres em uma sociedade capitalista e patriarcal. Por isso, a violência contra a mulher deve ser compreendida como um fenômeno social e não como um evento isolado, natural ou acidental.

A violência doméstica é um fenômeno social que se constitui sobre múltiplas determinações. Várias pesquisas compreendem que a ideologia do amor romântico é uma dessas determinações. A idealização romântica do amor, a qual inclui as ideias de amor eterno e de amor sacrificial, está presente nos discursos de muitas mulheres que são vítimas de violências cometidas por seus parceiros (Bosch & Ferrer, 2013; Low & Melo, 2014; Santos, Farias, Pereira & Barros, 2014; Silva, 2017).

Para investigar a relação do amor romântico com o capitalismo patriarcal é necessário apresentar como compreendemos inicialmente o patriarcado. Assim, este capítulo tem por objetivo, explicitar o nosso referencial de análise, o feminismo marxista e a concepção acerca da opressão histórica sofrida pelas mulheres fundamentada nessa perspectiva.

1. Feminismo marxista

Desde os primórdios da sociedade patriarcal e capitalista as mulheres se organizam em resistência às condições a que são sujeitadas. Seja por meio de redes de solidariedade e apoio mais informais ou por intermédio de organizações formais, como sindicatos, greves, coletivos de militância e partidos políticos. Estes movimentos de resistência têm conquistado, ao longo da história, notoriedade e avanços na condição das mulheres e transformado a sociedade como um todo. Também fazem parte dos movimentos de resistência, os estudos teóricos que forjaram concepções, conceitos e categorias compostos por diversas perspectivas, de acordo com a origem, posição política e teórica das mulheres que investigam e enfrentam a relação mulher/sociedade. Este grande movimento social, com expressões acadêmicas, políticas e cotidianas, de lutas das mulheres é o feminismo.

Desde o seu surgimento, o feminismo é tido como um dos mais importantes movimentos sociais. É um movimento plural que, desde o início, é disputado por pelo menos duas perspectivas divergentes sobre a luta das mulheres: a liberal e a socialista (Moraes, 2003). As disputas teóricas e políticas são produtos das relações sociais, históricas e políticas dos contextos nos quais os feminismos surgem e se desenvolvem. Sua força de proliferação e seu internacionalismo foram reiterados nas últimas décadas à medida que se tornou cada vez mais popular¹. Atualmente, apesar (ou justamente em resposta às) das ondas neoconservadoras e neofascistas, o feminismo sobrevive e se populariza na mídia, nos grupos de militância da juventude, nas redes sociais, etc. Entretanto, na mesma medida em que o feminismo se difunde, percebe-se que a discussão sobre a intersecção da luta das mulheres com a luta de classes tem perdido espaço, ao menos, nas vertentes de maior visibilidade (Miguel, 2017).

Neste contexto, defendemos o feminismo marxista. Este é uma das várias vertentes que existem no feminismo. Seu diferencial é oferecer uma crítica radical que aponta para o fim da opressão das mulheres.

Pretendemos apresentar neste tópico uma breve história do encontro do feminismo com a tradição marxista, encontro este marcado por convergências e tensões. Com isso, visamos demonstrar que o feminismo marxista é uma vertente consolidada do movimento feminista com uma rica e complexa produção teórica e atuação política, que desde seu início trava debates importantes sobre a emancipação das mulheres. Contrariando a narrativa tradicional das ondas feministas, que conta a história de um tipo de movimento feminista específico – e o faz ocultando a história do feminismo marxista –, optamos por apresentar a história desta vertente, demonstrando que, desde seu início o feminismo também foi edificado visando uma transformação radical da sociedade. O diálogo entre feminismo e marxismo constitui-se no plano da teoria feminista marxista e na *práxis* dos movimentos das/dos trabalhadoras/es e de mulheres. Há três fases importantes na história dessa interlocução: a) a contribuição das militantes soviéticas; b) a retomada de perspectivas feministas marxistas na década de 1960 e 1970; e c) o momento atual do feminismo, reivindicando a importância e atualidade do feminismo marxista.

¹ Exemplos da força deste internacionalismo se expressam na Greve Internacional Feminista 8M, organizada por movimentos feministas ao redor do mundo pela primeira vez em 2016. A proposta da greve internacional de mulheres se repetiu no ano de 2019 e tem ganhado maior abrangência e expressividade internacional através do Manifesto Feminismo para os 99% (Arruzza, Bhattacharya & Fraser 2019).

Dentre os diferentes grupos e vertentes que formaram o movimento de mulheres em seu surgimento, destacamos as grandes contribuições produzidas pelas mulheres socialistas. Em meio a um contexto de profundas transformações sociais ocorridas nas sociedades modernas após a Revolução Industrial, a mudança mais radical para as mulheres foi sua inserção nas fábricas. As condições de vida e de trabalho que enfrentavam eram extremamente precárias. Encaravam assédio dos patrões, humilhações, jornadas exaustivas na fábrica e no lar (já que a entrada na indústria não as eximiu do trabalho doméstico) e salários irrisórios. Por isso, viviam em condições de extrema pobreza. Essas condições se agravaram pelo fato de não terem praticamente nenhum direito civil e político garantido. Esse contexto de precariedade, piorado pela exclusão da vida política, foi decisivo para a organização das primeiras mulheres trabalhadoras. Além disso, estas também foram influenciadas pela atmosfera criada pelo fortalecimento do movimento operário independente (Marcelino, 2019).

As militantes socialistas merecem destaque no que se refere a sua intensa articulação entre movimento operário e luta pela emancipação das mulheres. Na Rússia, a discussão acerca da situação das mulheres já existia desde as décadas de 1830 e 1840 tendo seu ápice nos anos entre 1907 e 1920. Os principais temas debatidos pelas soviéticas eram a condição das operárias e camponesas, o amor livre, casamento, maternidade, divisão das tarefas domésticas, aborto, religião, prostituição, etc. O rico feminismo russo se constituía por diferentes perspectivas, incluindo mulheres da aristocracia, marxistas, alas liberais, radicais, etc. (Schneider, 2017).

As militantes socialistas tinham dois desafios: convencer seus companheiros de partidos e sindicatos da importância da questão da mulher e concretizar o movimento de mulheres. Dentre as principais iniciativas que foram criadas por elas, destacam-se: a) a agitação e propaganda, por exemplo a criação da revista Trabalhadora (*Rabôtnitsa*), que contava com Inês Armand, Alexandra Kollontai e Nadêjda Krupskaya em seu conselho editorial; b) a organização de eventos para as mulheres, como o I Congresso de Mulheres de Toda a Rússia (1908) e; c) a criação de frentes femininas no próprio Partido Comunista, como o Departamento de Mulheres do Secretariado do Comitê Central do Partido Comunista Russo (*Jenotdiél*), responsável por dialogar com as mulheres trabalhadoras no intuito de propiciar e fortalecer a conscientização das mulheres acerca de suas condições (Marcelino, 2019).

Devido à intensa participação e atuação das mulheres no processo revolucionário, inúmeras conquistas foram obtidas durante a Revolução Russa: a promulgação da igualdade de direitos entre homens e mulheres, o direito ao divórcio e ao voto, a descriminalização do aborto e da homossexualidade, a criação de instituições que democratizaram o trabalho doméstico, etc., no entanto, o stalinismo impediu a consolidação e o avanço dessas conquistas. Com a burocratização do Estado e o foco nos processos produtivos e de industrialização, o período stalinista da Revolução Russa foi marcado por retrocessos profundos, como a volta da criminalização da homossexualidade, a proibição do aborto e a extinção do departamento de mulheres do Partido Comunista, entre outras medidas (Marcelino, 2019).

Também fazem parte do feminismo socialista da época, as alemãs, Clara Zetkin e Rosa Luxemburgo que contribuíram intensamente para o desenvolvimento e a ampliação teórica do marxismo e do feminismo marxista. Clara Zetkin e Rosa Luxemburgo editaram juntas entre 1891 e 1917 o jornal A Igualdade (*Die Gleichheit*) uma revista bimensal para mulheres operárias. Em 1907 criaram a primeira Conferência Internacional das Mulheres Socialistas, em Stuttgart, Alemanha, aonde fundaram a Internacional Socialista das Mulheres, na qual, Zetkin se tornou a Secretária Internacional. Zetkin ocupou diferentes postos no partido comunista e no comitê Internacional Socialista. Dentre as principais lutas que reivindicava constava a defesa pelo sufrágio feminino, por uma perspectiva marxista de classe, e a denúncia certa sobre os perigos que a ascensão do fascismo traria à humanidade (Rocha & Silveira, 2020).

Luxemburgo foi uma das principais lideranças fundadoras do Partido Comunista Alemão, discutia temas relacionados ao antimilitarismo e ao anti-imperialismo. Desenvolveu sua teoria para práxis revolucionária a partir da obra marxiana que defendia a greve e a organização dos sindicatos como condições primordiais para revolução (Estefanía, 2019). No que se refere à questão das mulheres, também defendia o sufrágio feminino, por uma ótica marxista de classe e debatia as condições das mulheres proletárias (Luxemburgo, 2011).

Embora o feminismo socialista da época tenha atravessado dificuldades em relação a sua consolidação – seja pelas dificuldades inerentes a concretização do projeto revolucionário ou aos limites para se estabelecer um vínculo entre luta de classes e luta pela emancipação feminina da época – vale salientar o pioneirismo desta experiência na

articulação das lutas de classe e gênero e na demonstração do papel político fundamental das mulheres na construção de um projeto de transformação da sociedade. A intensa participação das mulheres na política nesta ocasião produziu uma geração de mulheres engajadas no processo revolucionário na Rússia e em outros países.

Também neste período, outras mulheres se organizavam e reivindicavam por melhores condições de vida de forma diferente das socialistas e anarquistas. Estas compunham o movimento sufragista que ficou conhecido como a primeira onda do feminismo². Essas mulheres reivindicavam a instalação da igualdade de direitos entre homens e mulheres e sua bandeira mais emblemática era o direito ao voto. As soviéticas e alemãs já citadas as criticavam severamente e denunciavam que elas buscavam igualdade nos quadros de uma sociedade estruturalmente desigual. As mulheres que compunham esse movimento eram em sua maioria, brancas e de classes abastadas, e por isso pouco sensíveis as pautas das mulheres trabalhadoras e racializadas (D'Atri, 2011, Miguel, 2017).

O segundo período marcante de produção do feminismo marxista se situa nas décadas de 1960 e 1970, no contexto da chamada segunda onda do feminismo³. O período pós-guerras é definido pela fase do capitalismo marcado por forte intervenção estatal. Os Estados exerciam um papel ativo em conduzir suas economias nacionais por meio de investimentos em infraestrutura, política industrial, nacionalização de algumas indústrias-chave, entre outras medidas. Essa forma ficou conhecida como Estado de Bem-Estar Social e no contexto específico dos países em que o capitalismo ainda se encontrava em estágio precário, tinha também um caráter “desenvolvimentista”. Estes países que tinham conquistado recente independência nacional buscaram aumentar o crescimento econômico local por meio de políticas de substituição de importação, investimento na infraestrutura, nacionalização de indústrias-chave e gastos públicos em educação (Fraser, 2017).

Com o fim da Segunda Guerra Mundial e o retorno dos homens ao lar, após muitas mulheres terem experienciado situações de autonomia frente ao domínio patriarcal (como

² Salientamos que a narrativa historiográfica comum na produção feminista que apresenta o movimento do sufrágio como a primeira grande organização de mulheres na história o faz ocultando as contribuições das socialistas citadas anteriormente.

³ A segunda onda inicia-se em meados dos anos 1950 e se estende até o fim da década de 1980. Uma das características desta etapa do feminismo é a proliferação de estudos focados na condição da mulher na sociedade. Estes estudos são interseccionados com as questões de classe, raça e sexualidade (Borges, 2004).

quando chefiavam seus lares na ausência de seus pais e maridos que haviam sido obrigados a ir à Guerra), iniciou-se um novo fetichismo da domesticidade do lar. O capitalismo organizado pelo Estado tinha como modelo de cidadão um tipo ideal de trabalhador masculino chefe e homem de família. As mulheres foram novamente trancafiadas na vida doméstica. As mulheres trabalhadoras tinham de enfrentar salários baixos e péssimas condições de trabalho, tendo em vista que o enorme contingente de homens que retornavam da Guerra era prioritariamente inserido nos melhores postos de trabalho. Neste contexto, surgiram novos movimentos de mulheres reivindicando melhores condições de vida (Fraser, 2017).

As manifestações de mulheres no período pós-guerras coincidiram com a eclosão de outros movimentos sociais (LGBTQI, contracultura, movimento negro, juventude etc.) que questionavam a organização social de sua época. A obra homônima de Simone de Beauvoir, “O Segundo Sexo” (publicada em 1949 e traduzida para o inglês em 1953) já abria terreno para discussão do que era ser uma mulher e o que isso implicava na sociedade moderna. As discussões da segunda onda do feminismo se aprofundaram em relação às demandas do movimento sufragista (Borges, 2004).

Exemplos marcantes da organização de outros movimentos sociais advém do movimento negro e LGBTQI. Em Nova York, nos Estados Unidos, houve a Revolta de *Stonewall*, no dia 28 de junho de 1969. A revolta começou no bar *Stonewall Inn*, quando os frequentadores (*gays*, lésbicas e travestis) enfrentaram as hostilidades que sofriam, provenientes especialmente de policiais, se rebelaram e entraram em choque com a polícia. O episódio se desdobrou em diversos protestos nos dias que se seguiram e virou um marco para os movimentos LGBTQI, pois é considerado o mais importante evento que antecedeu o *gay liberation* – movimento que buscava a transformação da sociedade por meio da libertação sexual e consolidou o fortalecimento da luta organizada pelos direitos LGBTQI no país (Braz, 2016).

O movimento negro vinha se fortalecendo desde a década de 1950, por meio da luta contra a segregação racial com marchas e demonstrações de protesto como o boicote liderado por Martin Luther King e Rosa Parks ao ônibus Montgomery (este expressava o sistema de segregação dos Estados Unidos). Na década de 1960, este movimento ganhou ainda mais força, expressa nos protestos de grupos liderados por Martin Luther King, Malcom X e os/as Panteras Negras. Estes grupos impulsionam o clamor pela igualdade racial em termos econômicos e jurídicos. O apoio e o envolvimento da

população negra em relação a esses movimentos foram observados na “Marcha Sobre Washington por Empregos e Liberdade”, realizada em 29 de agosto de 1963, a qual reuniu aproximadamente 250 mil pessoas, incluindo grupos de diferentes religiões, além de lideranças negras e brancas. Também na mesma época ocorriam protestos contra a Guerra no Vietnã e o movimento da contracultura (Amaral, Pinho & Nascimento, 2014).

Influenciadas pelo momento de intenso questionamento da ordem social, os movimentos de mulheres se tornaram mais complexos e atentos à diversidade. As correntes mais avançadas deste movimento compreenderam que a luta das mulheres é multidimensional e articulada a outras categorias como raça, classe, nacionalidade, sexualidade, alargando a própria noção do que é ser uma mulher. Elas discutiam diversas questões como: trabalho doméstico, aborto, prostituição, sexualidade etc. Os movimentos deste período – incluindo o feminismo – em sua grande maioria, tinham uma perspectiva crítica, pois compreendiam que deveriam pleitear e construir um projeto emancipatório mais amplo, capaz de abarcar as diversas opressões, pois entendiam que elas estavam intrinsecamente conectadas. Daí a necessidade de uma transformação das estruturas mais profundas da sociedade (Fraser, 2017).

Também neste período fervilhavam estudos teóricos que buscavam compreender a origem e permanência da opressão histórica sofrida pelas mulheres. As discussões da época sobre gênero, raça e classe abriram espaço para o aprofundamento do estudo das relações entre essas diferentes opressões. Neste contexto, verifica-se pelo menos duas grandes tendências: de um lado, os estudos que buscavam as origens das diferentes opressões engendradas pela realidade na cultura, distanciando-se de explicações essencialistas; e de outro, os estudos das feministas materialistas⁴ e marxistas, que buscavam compreender as bases históricas e materiais da opressão das mulheres (Castro, 2000).

O feminismo marxista da época retomava as contribuições do marxismo clássico para a questão da mulher, em especial nos textos “A Ideologia Alemã” de Karl Marx e Friedrich Engels e “A Origem da Família, da Propriedade Privada e o do Estado” de

⁴ O feminismo materialista tem origem na França e se utiliza do método do materialismo ao reconhecer a origem material da opressão feminina. No entanto, nem todo feminismo materialista é marxista. Essa perspectiva apresenta algumas críticas a teoria marxista, como por exemplo ao questionar a centralidade dos processos históricos ocorridos na produção e na reprodução social da vida na origem e manutenção do patriarcado. Algumas das autoras desta vertente são: Danièle Kergoat, Helena Hirata, Christine Delphy (ver mais em Arruzza, 2017).

Friedrich Engels (Moraes, 2000). O principal avanço que essas análises propunham era localizar a opressão das mulheres na história, tendo sua origem nas relações sociais concretas e materiais, concomitante aos processos de acumulação primitiva, da criação da propriedade privada, da família monogâmica e do controle de riquezas (Araújo, 2000). Partindo dessas elaborações, as feministas marxistas tinham como desafio compreender a relação estrutural intrínseca entre as opressões de raça, classe e gênero.

Um dos eixos principais das pesquisas das feministas materialistas e marxistas do período era a questão da relação estrutural entre patriarcado e capitalismo. Segundo Arruzza (2015) três teses foram elaboradas sobre essa relação: 1) a "teoria dos sistemas duplos ou triplos", segundo a qual gênero, raça e classe seriam sistemas de opressão autônomos entre si; 2) a tese do "capitalismo indiferente", que compreende que as opressões de raça e gênero são independentes em relação ao capitalismo; 3) a "tese unitária", para a qual, na sociedade capitalista atual não existe uma forma de patriarcado independente do capitalismo.

Duas das principais autoras das teorias dos sistemas duplos são Christine Delphy e Heidi Hartmann. A primeira escreveu, em 1970, um folheto intitulado *The Main Enemy*, no qual, ao problematizar a condição das donas de casa, elaborou a hipótese de que o patriarcado é um modo de produção próprio destacando as diferenças deste em relação ao capitalismo. A segunda, em seu artigo *The Unhappy Marriages of Marxism and Feminism: Towards a More Progressive Union* publicado em 1979, argumentou que patriarcado e capitalismo são dois sistemas autônomos, mas historicamente interconectados (Arruzza, 2015).

Sylvia Walby e Danièle Kergoat reformularam os sistemas duplos ao incluírem a opressão racial em suas teorias. Enquanto Walby, teorizou a estrutura do patriarcado e sua relação com a opressão racial, Kergoat criou a noção de consubstancialidade entre os três sistemas opressivos de raça, classe e gênero. Para Kergoat, estes são distintos e ao mesmo tempo baseados na exploração e dominação (Arruzza, 2015).

As teses dos sistemas duplos e triplos são criticadas por não formularem uma boa definição do patriarcado enquanto um sistema independente do capitalismo e também por não oferecerem uma explicação concreta sobre como se dão as interconexões entre os sistemas de raça, classe e gênero. Para Arruzza (2015), as influências implícitas que as teses dos sistemas apartados ainda exercem no feminismo atual se dão porque é

justamente assim que as opressões se manifestam na realidade aparente. A explicação parte da percepção imediata de uma aparência da realidade: a de que os sistemas de opressão são sistemas específicos e autônomos que se combinam ao capitalismo.

A tese do capitalismo independente, amplamente divulgada por Ellen M. Wood, parte do pressuposto de que a opressão sofrida pelas mulheres é desnecessária ao capitalismo. Ela afirma que o capitalismo não estaria estruturalmente disposto a criar desigualdade de gênero e que em última instância apresentaria até uma tendência a questionar e diluir diferenças raciais e de gênero. Em seu argumento, o capitalismo instrumentaliza essas opressões, mas poderia até prescindir delas (Moraes, 2003; Arruzza, 2015).

Para Arruzza (2015) conceber um capitalismo independente das outras opressões se caracteriza como uma espécie de abstração e negação da história. Ela ainda argumenta que nunca houve uma formação social capitalista despojada da opressão das mulheres. Moraes (2003) também critica Wood em sua tese que desconsidera as consequências do neoliberalismo e da desestruturação do mercado de trabalho e do Estado de Bem-Estar Social no que tange a classe trabalhadora, especialmente a feminina, fatos estes que demonstram que na vida cotidiana, a opressão de gênero e o modo de produção capitalista estão intrinsecamente estruturados.

Sobre a tese unitária, Arruzza (2015) argumenta que o sistema patriarcal não é um sistema autônomo de opressão e só existe nas condições da sociedade capitalista atual. A autora afirma:

Deste ponto de vista, o desafio é entender como a dinâmica de acumulação de capital continua a produzir, reproduzir, transformar e renovar relações hierárquicas e opressivas, sem expressar estes mecanismos em termos estritamente econômicos ou automáticos (Arruzza, 2015, p. 38).

A precursora dessa perspectiva é Lise Vogel. Em seu livro “Marxismo e opressão das mulheres: por uma teoria unitária”, publicado em 1983. A autora defende a premissa de que a opressão sofrida pelas mulheres sob o capitalismo pode ser explicada em termos de um modelo unitário, materialista, tendo como ponto de partida a produção e reprodução diária e geracional da força de trabalho. A inovação de Vogel tem a ver com o papel social exercido pela família da classe trabalhadora na reprodução social do capital. Em síntese, sua tese explora o papel da reprodução social na geração da força de trabalho e sua relação com a opressão das mulheres nas sociedades capitalistas (Ferguson &

McNally, 2017). Seu livro foi pioneiro na elaboração da teoria da reprodução social, umas das tendências atuais do feminismo marxista, que será melhor explicitada posteriormente.

Nos anos 1980, a produção intelectual marxista diminuiu enquanto outras correntes do pensamento feminista se consolidaram. Na época, começou a se solidificar uma mudança histórica na organização estrutural do capitalismo. Este, passando por uma crise estrutural, passou da organização do Estado de Bem-Estar Social para a ascensão do neoliberalismo. Ao contrário daquela fase, a ofensiva neoliberal se caracteriza pelo Estado mínimo, propondo-se a usar os mercados para domesticar a política, desmantela as instituições estatais que realizam intervenções sociais (sistemas de educação e saúde pública, previdência social, etc.) em benefício da privatização e do livre-mercado e em lugar das políticas sociais promove-se a responsabilização pessoal por questões antes abarcadas por estas políticas (Fraser, 2015).

O final da década de 1980 também foi um período marcado pelas derrotas históricas do movimento operário internacional e isto acarretou num descrédito do marxismo por parte da produção acadêmica da época. Esta derrocada abriu caminho para as novas teorias pós-modernas e pós-estruturais. Devido a intensidade desta derrota, instalou-se uma situação cotidiana de desesperança em que parecia que qualquer movimento ou contestação por parte do proletariado pareciam impossíveis. Deste contexto, surgiram algumas teses sobre o modo de produção capitalista: este sistema é insuperável e, por isso, só pode ser transformado a partir do que está fora dele, do marginal; o capitalismo é um sistema totalizante que está instaurado em todos os lugares e por isso tudo que é totalizante é opressivo, para superá-lo seriam necessários compreender as especificidades, as partes, não a totalidade; e, a compreensão de que a complexidade deste sistema o faz invisível e invencível. Tudo isso “rapidamente cedeu lugar à ideia de que ele não existe, de que a totalidade é uma ilusão e que o mundo é ‘construído’. Por ser uma ‘construção’, tudo se transformou em uma questão de interpretação e disto nasce um ‘hiperculturalismo’” (Lacerda, 2010, p. 314).

Neste contexto, a adesão aos postulados pós-modernos e pós-estruturais ganharam força e o momento era propício para as narrativas das especificidades, das individualidades e da cultura. Enquanto que se instalou quase que automaticamente uma resistência ao marxismo em geral e as categorias da totalidade, classe, revolução, modo de produção que foram acusadas de economicismo. Nesta perspectiva, o feminismo perde

sua capacidade de crítica radical e de potencialidade para elaborar a transformação da sociedade (Moraes, 2003).

Nos últimos anos, as teorias pós-estruturalistas e pós-modernas se proliferaram e tem se consolidado no movimento feminista. A perda da crítica radical se expressa justamente neste processo. As abordagens pós-modernas tendem a teorizar a opressão das mulheres a partir do imaginário da dominação cultural e linguística. Fundamentalmente, defendem a tese de que não há uma estrutura originária para a opressão das mulheres, pois esta se limita a padrões e normas da cultura e da linguagem. Recorrem a uma argumentação circular de que as ideias e expectativas sobre os papéis de gênero moldam nossas ideias, normas, e comportamentos, sem considerar que devemos nos perguntar de onde vem essas ideias em primeiro lugar (Orr, 2011). Suas pesquisas têm como temáticas: o corpo, o jogo de significados, o discurso, a cultura e os grupos locais. O fio condutor que perpassa essas teorias é a ênfase num *self* fluído e fragmentado e na natureza desagregada do conhecimento (Castro, 2000; Moraes, 2003).

As severas críticas que as feministas marxistas elaboram sobre essas perspectivas se fundamentam nas consequências políticas das teses pós-modernas, que não são em si mesmas conservadoras, mas que reforçam o modo de produção capitalista e patriarcal ao não buscarem as origens estruturais e materiais da opressão da mulher. Pela valorização do discurso, da fragmentação e da individualidade, as teses pós-modernas acabam por propagar um misto de conformismo e acomodamento ao *status quo* (Moraes, 2003). Ao negarem as raízes da opressão das mulheres e recusarem as propostas de luta coletiva e transformação radical da sociedade podem:

Dar margem a posturas cínicas de descomprometimento com a barbárie do capitalismo atual, via uma postura blasé, de indiferença e distanciamento, ou por ocultamento de contradições, explorações de classe ao insistirem no abstrato, em fragmentações, diferenças, pluralidade, diversidade, sem nomear poderes e privilégios de raça e classe (Castro, 2000, p. 102).

Nos tempos atuais, vivemos um acirramento desse cenário neoliberal e as consequências das quatro décadas de vigência da ofensiva neoliberal se expressam no enfraquecimento dos direitos trabalhistas, na precarização do trabalho (remunerado e não remunerado), na feminização da pobreza, na devastação do meio ambiente, na violência contra a mulher, no racismo, na xenofobia, no conservadorismo e no desmonte dos serviços públicos. Também crescem em diferentes países ondas neoconservadoras que propõem o mais terrível cenário para as chamadas minorias (Arruzza *et al.*, 2019).

As feministas do manifesto “Feminismo para os 99%” (Arruzza *et al.*, 2019) destacam que o contexto da nova crise capitalista insaturada desde 2008, abre espaço para diferentes leituras da realidade e propostas de transformação da sociedade. Este período também inaugura uma nova fase para o movimento feminista. Na esteira das disputas já instaladas entre perspectivas pós-modernas, liberais e marxistas, ganha fôlego a Teoria da Reprodução Social. Esta teoria, elaborada atualmente especialmente por nomes como Silvia Federici, Johanna Brenner, Barbara Laslett, Nancy Fraser, Tithi Bhattacharya e Cinzia Arruzza propõe a retomada de uma explicação materialista e histórica centrada nos processos da reprodução social como relação social originária da opressão feminina.

As autoras também deferem críticas contundentes ao feminismo liberal, que segundo elas se apoia na visão de igualdade baseada no mercado, na meritocracia e na realização individual acima das ideias coletivas. É uma corrente que se conforma enquanto um álibi perfeito para o neoliberalismo ao promover a ascensão de mulheres enquanto indivíduos. Em oposição ao feminismo liberal, as autoras propõem em seu manifesto conjunto que o feminismo atual precisa ser necessariamente anticapitalista, antirracista, ecossocialista, contra qualquer tipo de opressão por orientação ou desigualdade de gênero (Arruzza *et al.*, 2019).

Em resumo, o feminismo marxista buscou ao longo de sua história fornecer uma explicação material sobre o patriarcado e buscou compreender sua relação intrínseca com o capitalismo. Também elaborou em suas análises uma categoria ampla de mulheres, pensando nas determinações de raça e classe que as atravessam. Nos tempos atuais o feminismo marxista reitera sua pertinência e contribuição no debate da questão social (não só a feminina) se apresentando como uma alternativa radical ao curso devastador do modo de produção capitalista.

2. Origem da opressão das mulheres, patriarcado e teoria da reprodução social

No tópico anterior destacamos que, ao longo da história, as mulheres têm buscado desmistificar e refutar a crença sobre a naturalidade da desigualdade entre os sexos. Para isso, elas têm elaborado diferentes explicações sobre como se deu a origem, o desenvolvimento e a persistência de um modo de organização da vida social que produz a opressão feminina. Também questionam quais são raízes estruturais daquela opressão.

Neste tópico, apresentamos a concepção feminista marxista sobre a opressão das mulheres. Esta oferece uma explicação sobre a subordinação das mulheres na sociedade

capitalista negando uma suposta determinação biológica ou a ideia de que a opressão feminina seja uma constante desde o surgimento da humanidade, e, por isso, um fenômeno a-histórico. Desta perspectiva, a opressão sofrida pelas mulheres é produto das transformações ocorridas nos meios pelos quais os seres humanos produzem coletivamente as condições necessárias para a vida social e não de ideias e comportamentos provenientes da cultura.

O feminismo marxista apresenta-se como uma corrente política e teórica que se encontra em constante construção e debate, pois a sociedade do capital está em constante movimento e transformação. Pode-se afirmar que uma das principais questões que enfrenta é a investigação dos nexos que regem o patriarcado e sua relação com o modo de produção capitalista. Destacamos aqui as contribuições históricas apresentadas por Friedrich Engels e Silvia Federici⁵ sobre o surgimento e o desenvolvimento da opressão das mulheres até o nascimento da sociedade capitalista, assim como a explicação de Heleieth Saffioti do que seria o patriarcado na sua relação com o capitalismo e as elaborações das teóricas da teoria da reprodução social.

A questão crucial para o marxismo consiste em compreender e superar o modo de produção capitalista. As análises marxianas e de seus tributários buscaram apreender sob quais condições históricas, sociais e econômicas o capitalismo surgiu, se desenvolveu e pode ser superado. Uma maneira decisiva de diferenciar o marxismo das demais teorias é seu compromisso com a investigação do processo histórico, buscando desvelar os nexos e inter-relações do complexo e contraditório curso do desenvolvimento histórico-social. Em resumo, a investigação marxista parte das relações sociais concretas, historicamente constituídas, baseada na perspectiva de totalidade e de busca pela apreensão das mediações que possibilitam desvendar as determinações últimas dos fenômenos sociais (Valadares, 1990; Cisne, 2018).

As análises e tendências apresentadas pelo marxismo sobre o capitalismo permanecem válidas e atuais. A dinâmica da luta de classes, a contradição entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações de produção e a existência da apropriação privada da riqueza e da produção de bens voltados para troca mercantil são

⁵ Embora Silvia Federici não se utilize apenas do referencial teórico do marxismo, compreendemos que suas análises acerca da caça às bruxas contribuem para a compreensão da relação estrutural da opressão feminina com o surgimento, desenvolvimento e consolidação do modo de produção capitalista.

processos ainda vigentes (Miguel, 2017). Também é o próprio curso da história que demonstra que as leis estabelecidas por Marx ainda são verdadeiras: a tendência avassaladora do capitalismo à concentração e centralização, o crescimento e globalização do capital, a investida no aprimoramento técnico e sua centralização nas mãos de um número menor de bilionários (Moraes, 2000).

Qualquer análise da opressão histórica das mulheres que proponha a sua superação radical deve ter em consideração as condições sociais e históricas em que esta continua vigorando. A contribuição que o marxismo oferece ao feminismo é o entendimento da opressão às mulheres fundamentada nas relações sócio materiais do capitalismo, buscando “elucidar e desvelar as bases concretas das determinações das explorações e opressões na emergência e desenvolvimento desse modo de organização da vida social, instrumentalizando-nos a intervir para a organização e a atuação feminista” (Cisne, 2018, p. 214).

2.1. Engels e a origem do patriarcado.

O trabalho de Engels (1984), “A origem da família, da propriedade privada e do Estado”, é pioneiro na demonstração da origem material da opressão das mulheres. Nesta obra, o autor explora as pesquisas do antropólogo e etnólogo americano Lewis Henry Morgan e os comentários de Marx sobre o desenvolvimento da humanidade desde a selvageria até a civilização, passando pela barbárie sob a ótica do materialismo histórico dialético. Em sua pesquisa, o autor demonstra como o patriarcado nasce com o surgimento do excedente de produção e com a instauração da propriedade privada e se desenvolve e complexifica com o aparecimento das classes sociais.

Ainda segundo Engels (1984), as primeiras formas de organização da vida social eram regidas pelo comunismo primitivo, no qual, não existiam relações de dominação e servidão na comunidade, não havendo diferenças entre seus membros. Esta comunidade se organizava pelos laços de parentesco e por meio da economia de subsistência, tudo que era produzido era destinado a sobrevivência do grupo.

Sob este regime, já existia uma divisão sexual do trabalho, porém, esta não pressupunha a subordinação das mulheres. As atividades relacionadas a criação dos filhos e agricultura eram de responsabilidade das mulheres e a caça, a proteção da comunidade e posteriormente a criação do gado, em geral, eram responsabilidade dos homens. Ambas as tarefas eram vitais para sobrevivência do grupo social, as aquisições e a produção

referente a essas atividades eram propriedade comum de todos os membros da comunidade. Como descreve Engels (1984, p. 178-179):

A divisão do trabalho é absolutamente espontânea: só existe entre os dois sexos. O homem vai à guerra, incumbe-se da caça e da pesca, procura as matérias-primas para a alimentação, produz os instrumentos necessários para a consecução dos seus fins. A mulher cuida da casa, prepara a comida e confecciona as roupas: cozinha, fia e cose. Cada um manda em seu domínio: o homem na floresta, a mulher em casa. Cada um é proprietário dos instrumentos que elabora e usa: o homem possui as armas e os petrechos de caça e pesca, a mulher é dona dos utensílios caseiros. A economia doméstica é comunista, abrangendo várias e amiúde numerosas famílias. O resto é feito e utilizado em comum, é de propriedade comum: a casa, as canoas, as hortas.

O desenvolvimento de todos os ramos da produção (agricultura, criação de gado, ofícios manuais domésticos) tornou a força de trabalho da humanidade capaz de produzir mais que o necessário para sua sobrevivência imediata. O excedente que surgiu no período provinha sobretudo das atividades exercidas pelo homem, especialmente do pastoreio, que permitiu maior produção de alimento, maiores quantidades de carne e leite. Este excedente era produzido pelos homens e por isso eram de sua propriedade. A mulher tinha participação somente no consumo, não na propriedade. No entanto, não eram todos os homens que controlavam ou produziam o excedente. Certas circunstâncias favoreceram uns sobre outros e as cisões resultaram também na divisão entre os homens e as hierarquias passaram a aparecer pela primeira vez no comunismo primitivo. Com o excedente da produção, surgiu a possibilidade histórica da troca regular de produtos, atividade que exigia uma produção cada vez maior de excedentes. Este aumento da produção foi possível com a escravidão. Nasceram as classes sociais e o antagonismo entre escravos e senhores, entre explorados e exploradores (Engels, 1984).

A produção de excedentes também acarretou em transformações importantes na família. O trabalho realizado pelas mulheres perdeu importância em vista do trabalho realizado pelos homens, pois as atividades destes se tornaram mais centrais para a sobrevivência ao longo do tempo. As transformações ocorridas na divisão sexual das tarefas fora da família influíram na divisão dentro dela. Pela necessidade da manutenção da propriedade, nasce a família monogâmica, que se caracteriza pelo seu isolamento e é constituída pelo triângulo: pai, mãe e filhos. Esta família também se organiza sob o poder paterno. Com a perda da importância das atividades realizadas pelas mulheres e o concomitante crescimento do poder dos homens dentro e fora da família, instaura-se o que Engels (1984, p. 61) denominou da “grande derrota histórica do sexo feminino”, isto

é, a dominação dos homens sobre as mulheres. Dessa forma, a divisão sexual do trabalho institucionaliza-se como opressiva à medida que as mulheres perdem o controle sobre seu trabalho e tornam-se economicamente dependentes dos homens. Há uma estreita relação entre opressão das mulheres e o surgimento das classes sociais (Engels, 1984).

Assim, a primeira forma de opressão das mulheres originou-se por contingências materiais. O curso da história da humanidade, condicionada pelas transformações nas condições de produção e reprodução da vida imediata, engendrou a dominação das mulheres que surgiu junto com o excedente produtivo, a propriedade privada e a divisão da sociedade em classes. As explicações de Engels (1984) elucidam em que contingências históricas, materiais e sociais surge a opressão feminina oferecendo uma base para refutar a ideia de que esta seria anterior ao surgimento da propriedade privada.

Essa nova sociedade, que produz excedente, valoriza o comércio e a acumulação das riquezas, é marcada por conflitos em torno da distribuição dos bens materiais, sociais e culturais e é também caracterizada pelo surgimento do Estado. Este se instaura sob a necessidade de legitimação e manutenção dos interesses da classe proprietária de explorar as classes desapropriadas. O Estado é uma instituição política que consagra a nova organização social regida pela riqueza e cumpre o papel de atuar na luta de classes por meio de seu aparato coercitivo. Nas palavras de Engels (1984, p. 191), o Estado:

É antes um produto da sociedade, quando esta chega a um determinado grau de desenvolvimento; é a confissão de que essa sociedade se enredou numa irremediável contradição com ela própria e está dividida por antagonismos irreconciliáveis que não consegue conjurar. Mas para que esses antagonismos, essas classes com interesses econômicos colidentes não se devorem e não consumam a sociedade numa luta estéril, faz-se necessário um poder colocado aparentemente por cima da sociedade, chamado a amortecer o choque e a mantê-lo dentro dos limites da "ordem". Este poder, nascido da sociedade, mas posto acima dela se distanciando cada vez mais, é o Estado.

Em resumo, Engels (1984) discute em sua obra como a passagem do comunismo primitivo para a civilização é marcada pela expropriação e violência. O excedente na produção acarreta transformações econômicas sem precedentes na história da humanidade, o comércio se expande, surge o dinheiro, a usura, a propriedade de terras e conseqüentemente, a concentração de riquezas nas mãos de uma classe pouco numerosa, enquanto que aumentava o número dos pobres. Nessas condições, ocorre o esfacelamento dos resquícios do comunismo primitivo, que se caracterizava pela propriedade comunal, a produção voltada para sobrevivência e a igualdade entre seus membros. Essas são

condições que não mais existem na sociedade civilizada. A civilização é caracterizada pela propriedade privada da terra, pela divisão do trabalho, pelo acúmulo de riquezas, pela existência de classes sociais opostas e pela instituição do Estado. Também a forma de família característica da civilização é a monogâmica, marcada pela supremacia do homem sobre a mulher.

A própria origem da palavra família demonstra o caráter opressivo de seu surgimento na sociedade de classes. Família (vem do termo latino *famulus*, que significa escravo doméstico) é uma expressão inventada pelos romanos para designar um novo organismo social, cujo chefe mantinha sob seu poder a mulher, os filhos e seus servos e o direito de vida e de morte sobre todos eles (Engels, 1984).

2.2. Federici: a caça às bruxas e a violenta emergência do capitalismo

Silvia Federici, filósofa feminista italiana afirma que a caça às bruxas é outro fenômeno histórico importante para a compreensão da opressão sofrida pelas mulheres no capitalismo. A caça às bruxas ocorreu predominantemente na Europa entre os séculos XVI e XVII, atingindo seu ápice entre 1580 e 1630 justamente no período de transição do modo de produção feudal para o capitalismo. A autora analisa o período de crise do feudalismo, iniciado com a acumulação primitiva do capital, termo desenvolvido por Marx, para definir o acúmulo originário do capital.

Federici (2019) demonstrou em seus estudos quais as motivações históricas e materiais para o massacre de milhares de mulheres sob acusações de bruxaria. Ela afirma que, para compreender este fenômeno, é necessário ir além das explicações contextuais relacionadas ao surgimento da profissão médica, do desenvolvimento de uma perspectiva mecânica de mundo e do triunfo de uma estrutura estatal patriarcal. Ela defende a tese de que a caça às bruxas “é um dos aspectos da ‘Grande Transformação’ que conduziu à instituição do capitalismo na Europa” (idem, p. 42).

Federici (2017) afirma que sua análise do surgimento do modo de produção capitalista se diferencia da de Marx no sentido de que este examina o período da acumulação primitiva do ponto de vista dos homens que exerciam o trabalho assalariado e da produção de mercadorias. A autora se propõe a investigar esse processo a partir da perspectiva das mudanças na posição social das mulheres e na produção da força de

trabalho. Suas análises permitem a inclusão de novos elementos que compõem o processo de emergência do capitalismo, são eles:

i) o desenvolvimento de uma nova divisão sexual do trabalho; ii) a construção de uma nova ordem patriarcal, baseada na exclusão das mulheres do trabalho assalariado e em sua subordinação aos homens; iii) a mecanização do corpo proletário e sua transformação, no caso das mulheres, em uma máquina de produção de novos trabalhadores. E, o que é mais importante, coloquei no centro da análise da acumulação primitiva a caça às bruxas dos séculos XVI e XVII: sustento aqui que a perseguição às bruxas, tanto na Europa quanto no Novo Mundo, foi tão importante para o desenvolvimento do capitalismo quanto a colonização e a expropriação do campesinato europeu de suas terras (Federici, 2017, p. 26).

Para Federici (2019), o capitalismo nasce em resposta à crise feudal provocada pelas lutas do proletariado rural e urbano que, em meados do século XIV colocaram em crise o domínio da elite feudal – composta pela Igreja, pelas classes proprietárias de terras e por comerciantes. Foi uma contrarrevolução dirigida por aquela elite como resposta à sua perda de poder. Para tanto, se forjou um novo sistema de produção que exigia uma nova concepção de trabalho, riqueza e valor compatível com as novas formas de exploração.

A caça às bruxas ocorreu em um período de transformações causadas pelo surgimento do capitalismo. Houve a desintegração das formas comunais de agricultura que prevaleciam na Europa feudal e o consequente empobrecimento provocado pela ascensão da economia monetária e pela expropriação de terra sofrida por amplos setores da população rural e urbana (Federici, 2019).

Dentre os processos sociais fundantes do capitalismo que foram pano de fundo da relação entre a caça às bruxas e a acumulação primitiva de capital, destaca-se o fenômeno dos cercamentos, que ocorreu no surgimento do capitalismo agrário no fim do século XV em boa parte da Europa. Os cercamentos serviram para expulsar o campesinato de suas terras. As classes proprietárias de terras e membros abastados da classe camponesa puseram fim ao direito consuetudinário⁶ e desalojaram os agricultores e colonos que dependiam da terra para viver. Os cercamentos se deram através de intervenções violentas que incluíam a ocupação arbitrária das terras, a introdução de aluguéis extorsivos e a elevação exorbitante dos tributos. Também produziram uma intensa polarização em comunidades, até então, organizada com base em vínculos recíprocos. As consequências

⁶ Direito que surge baseado nas normas e costumes orais de uma sociedade.

desse processo para as mulheres, especialmente as mais velhas, possibilitam compreender muitas das acusações sofridas por elas, especialmente o exercício da prática de bruxaria (Federici, 2019).

Sabe-se que a caça às bruxas foi um fenômeno predominantemente rural e afetou os locais que enfrentaram os cercamentos. Ocorreu em sociedades em que as relações econômicas e sociais se transformavam pela crescente importância do mercado e nas quais a pobreza e as desigualdades aumentavam de forma avassaladora. As mulheres mais velhas eram as mais afetadas por esse processo. Com o fim do direito consuetudinário e o aumento dos preços, elas perderam suas terras e não tinham como se sustentar tendo que depender da boa vontade da vizinhança para sobreviver. Com as novas reformas, até a condição de pedintes foi atingida com a proibição de práticas de caridade e esmola. No modelo de economia rural anterior, as mulheres tinham seu sustento garantido pelo direito consuetudinário (Federici, 2019).

O capitalismo nascente enfrentava um duplo desafio para sua consolidação: de um lado, derrotar a ameaça representada pela plebe expropriada pelos cercamentos, que foi transformada em grupos de errantes, pedintes, prontos para se revoltarem contra as novas classes proprietárias; de outro, a necessidade de fazer nascer um novo indivíduo e uma nova disciplina social do trabalho que incentivava a capacidade produtiva do trabalho. Este segundo desafio dependia do combate a qualquer coisa que colocasse limite à plena exploração da força de trabalho, prioritariamente as concepções de corpo que vigoravam na Idade Média. Tais concepções compreendiam o corpo holisticamente e em profundo contato com a natureza. Esta visão era incompatível com a transformação do corpo em corpo explorável (Federici, 2019).

A caça às bruxas foi um fenômeno que contribuiu para cercear as movimentações de resistência da população empobrecida (especialmente as das mulheres) e para forjar (junto a outros processos da época, como o domínio da Igreja, as expropriações, o aumento da miséria, a consolidação do saber científico patriarcal, dentre outros), de forma violenta, uma nova noção de indivíduo, corpo e feminilidade. As mulheres resistiam amplamente à própria pauperização e exclusão social. Por exemplo, as mulheres idosas, já citadas – quem ocupavam uma posição de poder em suas comunidades devido a sua relação singular com o processo de reprodução – ressentiram-se de seu empobrecimento causado pelos cercamentos e se opunham a essa marginalização como podiam, aterrorizando e praguejando os vizinhos e responsáveis por suas mazelas. Elas eram

reconhecidas, ainda, por sua compreensão particular dos segredos da natureza e, por isso, tinham, supostamente, capacidade de proporcionar vida, morte e cura. Suas atividades consideradas como prática da magia eram fonte de emprego e de poder. Esse saber dominado e exercido predominantemente pelas mulheres é, segundo Federici (2019), apontado como um dos motivos que levam as mulheres a serem um empecilho para nova concepção de mundo mais mecanizada necessária ao capitalismo.

Assim, as acusações que as mulheres sofreram se relacionavam com o surgimento do capitalismo. Outra acusação frequente apontada pela autora era sobre o comportamento sexual inadequado. A sexualidade e o corpo feminino foram atacados duramente no período. As crenças sobre o perigo que as mulheres representavam eram correntes na época. As mulheres eram consideradas como potenciais instrumentos do diabo. Seus corpos eram um mistério; os processos de engravidar, parir, menstruar e os conhecimentos que as mulheres tinham sobre eles eram considerados fonte de poder e causavam medo. O medo do corpo e da sexualidade feminina era representada pela crença de que as mulheres tinham certo poder sobre os homens, de seduzi-los, enfeitiça-los e os fazerem enlouquecer. As classes dominantes nascentes deram continuidade a essa tradição, mas por um viés utilitário, já que a repressão a sexualidade feminina foi colocada a serviço das necessidades sexuais dos homens e, ainda mais importante, a geração da força de trabalho (Federici, 2019).

A caça às mulheres serviu para a destituição dos poderes de resistência das comunidades, a destruição de uma concepção de corpo holístico existente na Idade Média e o surgimento de um novo padrão de feminilidade. Foi um massacre sem precedentes que ceifou a vida de mulheres a partir de acusações e denúncias rasas e pouco verossímeis:

Na figura da bruxa as autoridades puniam, ao mesmo tempo, a investida contra a propriedade privada, a insubordinação social, a propagação de crenças mágicas, que pressupunham a presença de poderes que não podiam controlar, e o desvio da norma sexual que naquele momento, colocava o comportamento sexual e a procriação sob o domínio do Estado [...] A caça às bruxas institui um regime de terror contra todas as mulheres, do qual emergiu um novo modelo de feminilidade a que as mulheres tiveram de se conformar para serem socialmente aceitas durante o desenvolvimento da sociedade capitalista: a feminilidade assexuada, obediente, resignada à subordinação ao mundo masculino, aceitando como natural o confinamento a uma esfera de atividade que foram completamente depreciadas no capitalismo (Federici, 2019, pp. 53-71).

As análises de Federici sobre a caça às bruxas são importantes para demonstrar como a subalternização das mulheres é um fenômeno histórico, não natural. A suposta inferioridade essencial das mulheres em relação aos homens é um argumento injustificável. Na medida em que se compreende que esta opressão é um produto de relações sociais concretas e do curso da história da humanidade que em determinado momento produziu opressão, dominação e exploração de uns para a manutenção do poder e das riquezas de outros, admite-se, também, que é possível transformar essas condições – o que é impossível para quem defende argumentos biologicistas e naturalizantes sobre a desigualdade entre homens e mulheres.

Federici (2017, 2019) enfatiza em suas pesquisas que o motivo pelo qual foi preciso oprimir as mulheres, foi a potência representada por elas naquele período: redes de relações comunitárias construídas, domínio de um saber incompatível com a lógica do capitalismo recém-surgido e exercício das atividades relacionadas à reprodução social. Com as análises de Federici pode-se compreender como a opressão das mulheres é parte necessária do desenvolvimento do capitalismo. Este modo de produção triunfa sobre as lutas populares da Europa feudal e se consolida e se desenvolve ao longo dos séculos seguintes e o patriarcado se transforma e se adapta aos seus diferentes modos.

2.3. Saffioti: dominação-exploração e patriarcado no capitalismo

As análises feministas marxistas propostas por Heleieth Saffioti e das teóricas da reprodução social servem para compreender como se realiza essa interação entre o modo de produção capitalista e o patriarcado.

Como já vimos, nos anos 1960-1970 o feminismo marxista elaborou uma profícua produção acerca da relação entre capitalismo e opressão das mulheres. Um dos debates presentes neste período se referia a utilização de diferentes categorias de análise para definir a opressão das mulheres: dominação masculina, patriarcado, opressão das mulheres, etc. (Delphy, 2009). Heleieth Saffioti (1985) e outras autoras se utilizavam do conceito do patriarcado para debater a subordinação das mulheres e sua relação com o modo de produção capitalista. Retomaremos adiante suas análises sobre as mulheres na sociedade capitalista.

Saffioti foi uma feminista marxista brasileira bastante celebrada pelo seu pioneirismo ao empreender, em sua vasta produção, uma reflexão acerca da condição das mulheres na sociedade capitalista. Sua obra se divide em duas grandes fases: do final da

década de 1960 até os anos 1980, na qual ela analisou o trabalho feminino na sociedade capitalista; e uma segunda fase destinada aos estudos sobre violência doméstica, que se inicia na década de 1990 e se estende até 2010, ano de seu falecimento. Sua obra de maior relevância, “A mulher na sociedade de classes: mito e realidade”, é uma das primeiras pesquisas brasileiras sobre a temática feminina no capitalismo e seu grande problema de pesquisa foi a desigualdade entre os sexos na sociedade de classes. A autora explicou como foram alijados grandes contingentes do sexo feminino, tendo em vista a inserção das mulheres no mercado de trabalho da época (Gonçalves, 2011).

Em seus estudos Saffioti (2004, 2009) optou pela utilização dos conceitos de gênero e patriarcado. Para ela, gênero é um conceito mais abrangente, que se refere às representações e significações relacionadas ao sexo e que estão presentes em todas as sociedades, estabelecendo diferentes papéis, normas e condições, de acordo com a forma de organização da vida social. O patriarcado é um conceito mais específico, pois se refere à forma desigual pela qual organizamos as relações de gênero nos últimos séculos.

Destacamos que o termo patriarcado não tem consenso no movimento feminista ou no feminismo marxista. Delphy (2009, p. 174) informa que este possui uma longa trajetória própria na história das ideias sociais antes mesmo das feministas utilizarem-no como categoria de análise da opressão das mulheres. Segundo a autora, patriarcado “vem da combinação das palavras gregas *pater* (pai) e *arkhe* (origem e comando), e seria, literalmente, a autoridade do pai. Este é o primeiro significado histórico do seu uso, localizado em meados do século XVIII.

Morgan e Bachofen (como citados por Delphy, 2009) elaboraram um segundo sentido histórico e que predominou até os anos 1970. Eles identificavam a existência de um direito materno que foi substituído pelo direito paterno, explicitamente chamado de patriarcado. Essa concepção é a mesma utilizada por Engels (1984). O terceiro sentido histórico – a compreensão feminista contemporânea – é inaugurado por Kate Millet, em “Política Sexual” de 1971. Aquele não rompe com o segundo sentido, sua diferença reside na tese de que o patriarcado não se refere isoladamente ao poder do pai ou do marido na esfera doméstica, mas sim a um sistema social de dominação dos homens sobre as mulheres (Delphy, 2009).

As objeções à utilização do conceito de patriarcado alegam uma confusão semântica, pois o termo teria um significado anterior ao proposto pelas feministas e,

portanto, sua utilização seria uma forma de anacronismo. Em relação ao argumento sobre a confusão semântica produzida pelo termo, Morgante e Nader (2014) apresentam críticas que rejeitam o uso da categoria patriarcado por entenderem que ela remete a uma doutrina específica elaborada por Max Weber. O patriarcado, nesta perspectiva, seria um tipo de domínio em que o senhor é a lei e cujo poder está referido ao espaço das comunidades domésticas ou formações sociais mais simples, tendo sua legitimidade garantida pela tradição. Dessa forma, o patriarcado se refere a uma forma de organização doméstica (em vez de um sistema social), e a um período anterior ao advento do Estado, sendo, portanto, inadequado falar em patriarcalismo em sociedades capitalistas. Conforme Morgante e Nader (2014, p. 3) afirmam:

Mary G. Castro e Lena Lavinas criticam o uso do termo patriarcado conforme Weber, de domínio de um patriarca sobre toda a comunidade doméstica ou econômica, em um sentido adjetivo do conceito. Nesta perspectiva, realmente o termo é ineficaz para tratar das famílias contemporâneas, muito diferentes das famílias consideradas por Weber, e ainda mais ineficaz quando o patriarcado weberiano é utilizado para abordar os outros níveis do corpo social.

Sobre essas objeções, Saffioti (1992) afirma que as feministas das décadas de 1960 e 1970 compreendiam o patriarcado como um sistema de dominação do homem sobre a mulher que não fazia referência ao conceito proposto por Weber. Além disso, o patriarcado, tal como foi postulado por Weber, pode ter sido amplamente utilizado e enaltecido em seu tempo, mas “o termo, contudo, não constitui propriedade da teoria weberiana ou de filiação weberiana” (idem, p. 194).

Outra acusação é a de que o uso do termo seria um anacronismo. Algumas feministas, como Michèle Barrett, Lia Zanotta Machado, Mary G. Castro e Lena Lavinas (citadas por: Miguel, 2017; Morgante & Nader, 2014) convergem seus argumentos na consideração de que o termo patriarcado pressupõe uma estrutura definitiva, imutável, universal e, por isso, promove um entendimento essencialista e a-histórico do que é a opressão das mulheres. Elas afirmam que o patriarcado se configura como uma forma datada da dominação masculina e a persistência de seu uso nos tempos atuais desconsidera a especificidade dos arranjos sociais em diferentes localidades, além de ignorar as transformações ocorridas na família nos últimos tempos, assim como os direitos conquistados pelas mulheres.

Ainda segundo a tese do anacronismo, os novos arranjos familiares pouco ou quase nada se assemelham à configuração familiar tradicional do século XIX em que

esposa, filhos/as e servos eram subordinados ao patriarca. As mulheres, em sua grande maioria, adentraram o mercado de trabalho, livrando-se do confinamento circunscrito ao lar e, após as revoluções sexuais das décadas de 1960 e 1970, as relações conjugais puderam se organizar de forma mais igualitária. Assim, o termo patriarcado não seria adequado para descrever a sociedade atual (Morgante & Nader, 2014). No entanto, uma eventual paridade entre homens e mulheres nas diferentes esferas da vida social descritas anteriormente não significa e nem garante necessariamente a superação do patriarcado.

Saffioti (2004) argumenta pela utilização do conceito de patriarcado afirmando que ele é necessário para atacar o “coração da engrenagem da exploração-dominação”. A utilização da categoria explicita uma denúncia e, assim, evita o ocultamento e a naturalização da opressão sofrida pelas mulheres e de suas consequências. Sobre a utilização dos conceitos de gênero e patriarcado, a autora afirma:

Gênero é um conceito por demais palatável, porque é excessivamente geral, a-histórico, apolítico, e pretensamente neutro. [...] O patriarcado ou ordem patriarcal de gênero como vem explícito em seu nome, só se aplica a uma fase histórica, não tendo a pretensão da generalidade nem da neutralidade deixando propositadamente explícito o vetor da dominação-exploração (Saffioti, 2004, pp. 138-139).

De acordo com Saffioti (1985), demonstrando a influência de Engels em sua obra, o patriarcado nasce junto com a propriedade privada após a dissolução das comunidades igualitárias. Todas as formas de produção fundadas na propriedade privada contêm em si o patriarcado, cuja configuração assume diferentes formas em cada modo de produção. O capitalismo se aproveita e absorve o patriarcado, que assume formas de dominação/exploração, e que por sua vez, tornam-se necessárias às relações sociais capitalistas. Nas palavras de Saffioti (1985, p. 98-99):

1. patriarcado e capitalismo são duas faces de um mesmo modo de produzir e reproduzir a vida; 2. sendo o patriarcado, embora historicamente anterior ao advento do capitalismo, uma vez que esteve presente e atuante em todas "as épocas progressivas da formação social econômica" burguesa, consubstanciais ao MPC (modo de produção capitalista), a formação social capitalista agudiza, sobremaneira, as contradições atuantes em qualquer sociedade centrada na propriedade dos meios de produção [...] 4. a divisão sexual do trabalho está na base da subordinação da mulher ao homem, relação de dominação esta que coloca o fenômeno da reprodução como subordinado da produção; [...] 7. se a dominação patriarcal e o despotismo do capital são faces de uma mesma moeda: a) as relações sociais de produção não se restringem ao domínio do trabalho "público", invadindo o terreno "privado" das relações sociais de reprodução; b) as relações sociais de reprodução extrapolam o domínio "privado" do lar para penetrar

vigorosamente no âmbito da produção "pública"; [...] O que tem sido tratado aqui como um sistema de dominação social, cultural, político e econômico apresenta duas dimensões: o patriarcado e o capitalismo. Na medida mesma em que são inseparáveis suas faces, é preciso sublinhar: 1. que não se trata de dois sistemas justapostos e ou interdependentes, auxiliando-se mutuamente, mas mantendo cada um deles sua autonomia relativa; 2. que é impossível separar os tipos de dominação próprios do patriarcado, como, por exemplo, o social, o cultural e o político, caracterizando como específica do capitalismo a dominação econômica; 3. todos estes tipos de dominação são exercidos a partir da combinação singular entre capitalismo e patriarcado, estando todos presentes quer no domínio da produção, quer no da reprodução.

Martins (2019) ao comentar as elaborações de Saffioti sobre o patriarcado, afirma que os processos de dominação e exploração se encontram necessariamente fundidos. Não há como se falar da exploração, uma apropriação de algo ou de alguém, sem se pressupor a dominação, que é essencialmente uma violência. No patriarcado, dominação e exploração são diferentes faces de uma mesma moeda alicerçada pela violência. Saffioti (2004) afirma que o processo dual de dominação-exploração é o que constitui a opressão. É impossível compreender o patriarcado sem explicitar que ele é constituído pela dominação da mulher – especialmente sua sexualidade – e pela exploração econômica. Esses processos se interconectam e sua explicitação separada só se justifica para fins de explicitação teórica.

Dessa forma, a base para subordinação das mulheres aos homens está na divisão sexual do trabalho, que estabelece a diferença entre trabalho produtivo e reprodutivo, sendo que o primeiro é destinado aos homens e o segundo às mulheres. Em oposição às ideias da época, que postulavam que o desenvolvimento do capitalismo pudesse ser um avanço para as condições de vida das mulheres, especialmente com a entrada destas no mercado de trabalho, Saffioti (1985, 2013) advertia que era o contrário que ocorria. Ela demonstra em suas análises sobre o emprego doméstico e o trabalho formal exercido pelas mulheres, que o capitalismo se alimenta da exploração das mulheres em ambas as esferas de trabalho. Uma vez que este se organiza sobre a necessidade de aumento de lucro, a atividade produtiva torna-se mais importante do que as atividades da esfera reprodutiva. Esta é, inevitavelmente, subjugada. Por isso, a inserção das mulheres no mercado de trabalho se dava em postos desvalorizados e com remuneração reduzida.

Saffioti (1985, 2013) explora o entrecruzamento entre as determinações de classe e gênero. Para ela, as classes sociais são atravessadas pelas contradições de gênero. Sobre isto, a autora afirma que existe uma solidariedade pressuposta entre homens e mulheres

da burguesia que se beneficiam da apropriação da mais-valia produzida por homens e mulheres da classe trabalhadora. Porém, na classe trabalhadora nem sempre os laços de solidariedade são possíveis. Com a proletarização, agrava-se a competição entre os diferentes setores da força de trabalho e os homens e mulheres da classe trabalhadora acabam disputando entre si por empregos que possam garantir seu sustento. Além disso, com o intenso contingente feminino inserido no trabalho, ocorre o aumento da oferta de mão de obra, o que oportuniza o rebaixamento dos salários e este é um dos melhores instrumentos para sujeição da força do trabalho no capitalismo. Por isso, o acirramento da disputa e o aprofundamento da desigualdade entre os sexos são processos instrumentais para a sustentação do capitalismo.

Saffioti (2004, p. 104) também se utiliza da concepção de Hartman para compreender o patriarcado como “um pacto masculino para garantir a opressão de mulheres. As relações hierárquicas entre os homens, assim como a solidariedade entre eles existente, capacitam a categoria constituída por homens a estabelecer e manter o controle sobre as mulheres”. Apesar das diferenças de classe e raça, sabe-se que o patriarcado se sustenta por certa solidariedade masculina. Os homens, enquanto grupo social, a partir do controle produtivo e reprodutivo, atuam sobre os processos de controle da opressão feminina para manter seus privilégios sociais.

As determinações patriarcais permeiam todas as relações sociais. Portanto, o patriarcado também pode ser reproduzido por mulheres, mesmo sem a presença direta de um homem. O patriarcado funciona “como uma máquina bem azeitada, que opera sem cessar” (Saffioti, 2004, p. 100-101). Por vezes, mulheres o reproduzem sem nenhum usufruto dos privilégios. Em outras situações, mulheres de classes abastadas podem se beneficiar de uma lógica sexista para explorar outras mulheres da classe trabalhadora. Mesmo mulheres da classe trabalhadora que se encontram em melhores condições de trabalho podem explorar mulheres mais pobres usufruindo de seus serviços mal remunerados (Cisne & Santos, 2018).

A relação de entrelaçamento entre as três contradições sociais básicas da sociedade capitalista que são as determinações de classe, de gênero e de raça/etnia estão entrecruzadas em um nó. Saffioti (2004) apresenta a ideia de nó para afirmar que as três determinações (classe, gênero e raça/etnia) se interconectam de tal maneira que não existem separadamente na realidade. Sua separação só se justifica para análises teóricas didáticas:

O importante é analisar estas contradições na condição de fundidas e enoveladas ou enlaçadas em um nó. [...]. Não que cada uma destas condições atue livre e isoladamente. No nó, elas passam a apresentar uma dinâmica especial, própria do nó. Ou seja, a dinâmica de cada uma condiciona-se à nova realidade. De acordo com as circunstâncias históricas, cada uma das contradições integrantes do nó adquire relevos distintos. E esta motilidade é importante reter, a fim de não se tomar nada como fixo, aí inclusa a organização social destas subestruturas na estrutura global, ou seja, destas contradições no seio da nova realidade — novo patriarcado-racismo-capitalismo — historicamente constituída (Saffioti, 2004, p. 215).

O entrelaçamento do nó tem implicações severas para as mulheres, e, também para outros sujeitos que sofrem com o seu funcionamento. As pessoas que subvertem a lógica patriarcal e seu modelo de masculinidade também sofrem retaliações. O sujeito que não se encaixa no padrão de masculinidade é associado de forma pejorativa ao sexo feminino. Este é o caso de homens gays. Dessa forma, o exercício do poder patriarcal não se restringe ao sexo biológico feminino, mas atinge, também, tudo que se enquadra como feminino. Numa lógica dicotômica operada pelo patriarcado, tudo o que é feminino se associa a fragilidade, submissão; enquanto o masculino é tomado como sinônimo de força, virilidade, racionalidade e dominação. Os/as sujeitos/as que destoam da lógica dicotômica, como travestis, transexuais, *queer* e pessoas não binárias são vítimas das mais diversas formas de violência (Cisne & Santos, 2018).

Ao descrever os “homens” em uma sociedade capitalista e patriarcal estamos nos referindo a um grupo social e não a sujeitos específicos. Embora compreendamos que homens possam ser responsabilizados pelas suas ações individuais, eles estão inseridos em processos sociais e históricos maiores que suas decisões individuais. Além disso, os homens também sofrem com processos de adoecimento acarretados pelo modelo rígido de masculinidade imposto pelo patriarcado. Esse modelo exige que homens sejam agressivos, racionais, provedores, etc. Como já explicitamos, os sujeitos masculinos que destoam dessas prescrições também sofrem retaliações.

Embora as mulheres e outras minorias sociais tenham conquistado direitos sociais nos últimos anos, é necessário compreender que estas conquistas não significam que o patriarcado e o modo de produção capitalista foram derrotados. O acesso de algumas mulheres a posições econômicas, políticas, religiosas tradicionalmente reservada aos homens não garante o fim de um sistema de opressão. Também vale ressaltar que os avanços legislativos alcançados são frágeis no sentido de que a depender da conjuntura política e social podem ser alvos de retrocessos – haja vista o avanço do neoliberalismo

e do conservadorismo atual que põem em risco muitos destes direitos. No entanto, como demonstra Saffioti, e as análises descritas anteriormente por Engels e Federici, o patriarcado e o capitalismo são resultados do desenvolvimento da organização da produção e da reprodução da vida social em determinações econômicas e sociais específicas e por isso não são processos absolutos e eternos. Neste sentido, o feminismo marxista e as lutas sociais anticapitalistas se constituem buscando construir um outro projeto societário.

2.4. Feminismo marxista e teoria da reprodução social

As elaborações recentes das teóricas da reprodução social resultam de um longo acúmulo de estudos feministas marxistas. É um campo recente constituído por diferentes pesquisadoras/es que têm acordos e discordâncias. Não adentraremos profundamente nas elaborações e contradições desta perspectiva do feminismo marxista, pois nosso objetivo é explicitar a principal colaboração das autoras que buscam compreender a reprodução social.

As autoras da Teoria da Reprodução Social convergem com a própria Saffioti ao reconhecerem que o patriarcado não é um sistema estrutural, autônomo, puro e isolado em relação ao modo de produção capitalista. Também afirmam que as contradições de gênero, raça e classe estão imbricadas em um mesmo processo social. A inovação proposta pelas autoras é a reelaboração da categoria da Reprodução Social e a centralidade que elas dão a essa esfera da vida e do trabalho no engendramento do patriarcado e do capitalismo.

As teóricas da reprodução social partem da constatação de Marx sobre a importância da força de trabalho para a manutenção do capitalismo. A partir daí defendem a tese de que a raiz da opressão das mulheres encontra-se na esfera da reprodução social. Marx afirma que somente quando uma grande quantidade de pessoas é expropriada e obrigada a entrar no mercado de trabalho para vender sua capacidade de trabalho por um salário, o processo sistemático de acumulação de capital pode se efetivar. A força de trabalho é a “mercadora especial” que proporciona a geração da mais-valia e obtenção do lucro. Marx parte dessa constatação para análise da mercadoria. As teóricas da reprodução social retomam a questão da força de trabalho questionando como esta é gerada e mantida no modo de produção capitalista (Ferguson & McNally, 2017).

Para refletir essa questão, a categoria reprodução social é resgatada da teoria marxiana, mas reelaborada. Para Marx, a reprodução social refere-se aos processos de reprodução da totalidade do modo de produção capitalista. Na tradição marxista feminista, entretanto, reprodução social, significa algo mais específico:

A manutenção e a reprodução da vida, em nível diário e geracional. Neste contexto, reprodução social designa a forma na qual o trabalho físico, emocional e mental necessário para a produção da população é socialmente organizado, engloba atividades como: o preparo da comida, a educação das crianças e jovens, o cuidado dos idosos e doentes, assim como as questões domésticas e todo o caminho até as questões de sexualidade e dos afetos (Arruzza, 2015, p. 55).

Atividades, comportamentos, responsabilidades e até mesmo emoções que compõem o campo da reprodução social são necessárias para que a população sobreviva e para que os/as trabalhadores/as possam trabalhar. Essas são majoritariamente realizadas no campo privado e doméstico quase que exclusivamente por mulheres. São atividades relacionadas ao cuidado e a gestação da vida e são compreendidas como tipicamente femininas. Justamente por serem consideradas como do âmbito da vida privada e de responsabilidade das mulheres seu caráter enquanto trabalho é invisibilizado. São tarefas desmerecidas e desvalorizadas, tidas como naturais para as mulheres sob a crença de que são expressões de amor e afeto. O não reconhecimento dessas atividades enquanto trabalho negam a elas valor social e monetário.

Uma pesquisa realizada em 2015 por Hildete Pereira Melo (Carta Capital, 2017), professora na Universidade Federal Fluminense, buscou mensurar o valor dessas atividades realizadas no interior dos lares e que, ao longo da história, se tornaram majoritariamente de responsabilidade feminina. Os resultados estimam que as tarefas domésticas representaram 11,3% do PIB daquele ano, o equivalente a R\$ 5 trilhões. Esses dados reforçam as conclusões de Federici (2017) sobre a organização do trabalho doméstico. Este é “consequência de um sistema social de produção que não reconhece a produção e a reprodução do trabalho como uma fonte de acumulação do capital e, por outro lado, as mistifica como um recurso natural ou um serviço pessoal, enquanto tira proveito da condição não assalariada do trabalho envolvido” (Federici, 2017, p. 18).

Vogel e outras autoras da teoria da reprodução social afirmam que as atividades domésticas poderiam ser realizadas de outras formas, coletivamente, por meio de serviços públicos, como creches, lavanderias, escolas públicas, etc. Um exemplo de tentativa de

socialização dessas atividades é a criação de instituições responsáveis por elas no período da Revolução Russa (Fonseca, 2019).

Mesmo quando as atividades domésticas se configuram como trabalho pago, este é tido como desvalorizado e mal remunerado. É realizado, em sua maioria, por mulheres racializadas e em condições de profunda precariedade. Segundo pesquisa da Organização Internacional do Trabalho de 2017 (Wentzel, 2018) o Brasil é o país que mais emprega pessoas no setor, 7 milhões, sendo a maioria mulheres, racializadas e com baixa escolaridade. Por ser uma atividade mal remunerada, obriga as pessoas que o exercem a enfrentarem duplas ou até mesmo triplas jornadas de trabalho. As mulheres que o desempenham ainda têm que cumprir também as atividades relacionadas à reprodução da vida social em seus próprios lares.

As contribuições levantadas sobre a especificidade das atividades da reprodução social são um poderoso incremento para elaborar a crítica radical das formas de exploração e degradação da vida no capitalismo. A teoria da reprodução social provoca reflexões sobre a relação entre os atuais ataques aos direitos das mulheres e os avanços do neoliberalismo. A tendência imposta pela privatização e a retirada de direitos das mulheres invade o campo das atividades da reprodução social, como os cuidados com a saúde, a educação de crianças, a atenção a idosos, etc. O retrocesso dos direitos nas atividades reprodutivas e a consequente privatização de serviços públicos afetam diretamente as mulheres que são levadas ao limite, pois são responsabilizadas pelas citadas atividades, seja por meio de trabalho pago ou não.

Arruzza *et al.* (2019) apontam que vivemos uma crise da reprodução social. O capitalismo atual trata de forma contraditória a reprodução social: por um lado, não pode sobreviver sem as atividades dela provenientes; por outro, nega seus custos e confere a elas pouco ou nenhum valor econômico. Estas são desvalorizadas e tratadas como “dádivas gratuitas e inesgotáveis que não exigem atenção ou renovação” (Arruzza *et al.*, 2019 p. 111). Porém as capacidades para a reprodução social são finitas e podem se exaurir. Com a atual retirada do suporte público a elas e a exigência de que suas provedoras se empenhem em longas e cansativas jornadas de trabalho mal remuneradas, o capitalismo esgota as próprias capacidades das quais depende para se manter. Sobre a atual conjuntura, as autoras concluem: “a forma atual neoliberal do capitalismo está esgotando sistematicamente nossas capacidades individuais e coletivas para reconstruir os seres humanos e para sustentar os laços sociais” (Arruzza *et al.*, 2019, p. 111).

A potencialidade da teoria da reprodução social se caracteriza no desvelamento da esfera da reprodução como indispensável ao capitalismo. Essa compreensão explicita a inerente relação entre patriarcado e capitalismo. A própria noção de luta de classes relacionada somente ao trabalho assalariado que produz mercadorias é abalada pelo entendimento de que a reprodução social é uma forma de trabalho absolutamente necessária para a sobrevivência do capitalismo. Além disso, a teoria da reprodução social é um avanço no campo dos estudos marxistas no sentido de enriquecer a investigação sobre a totalidade da realidade social e na proposta de estratégias de lutas que se ancoram nessa totalidade, tendo em vista o entrecruzamento das relações de dominação e exploração de classe, gênero e raça.

O feminismo marxista oferece uma base sólida para a análise do surgimento, desenvolvimento e da persistência da ordem patriarcal. A partir de sua perspectiva de história, que se pauta no desenvolvimento da produção e reprodução social, possibilita uma compreensão material e não-reducionista da opressão das mulheres. Também faz compreender como o capitalismo absorveu e renovou o patriarcado e o levou ao limite em suas expressões de opressão, dominação, exploração e alienação. Em resumo, Engels (1984) explicita como o patriarcado surge junto ao nascimento da propriedade privada e da luta de classes; Federici (2017/2019) demonstra como o capitalismo se consolidou sob um massacre sem precedentes das mulheres; Saffioti (2013), articulou explicitamente a exploração capitalista e a dominação patriarcal. Já a Teoria da Reprodução Social desvelou a centralidade da reprodução social para o capitalismo e explica as bases dos novos movimentos feministas insurgentes oferecendo novos horizontes para a luta.

O feminismo marxista oferece uma compreensão do patriarcado enquanto uma estrutura social que não é eterna e imutável. A partir deste referencial pudemos compreender que a propriedade privada e a divisão sexual do trabalho são algumas das determinações concretas que constituem este sistema opressivo. Para compreender a relação do amor romântico com a opressão feminina, é necessário desvelar o âmbito das relações concretas em que essa ideologia se manifesta, que é a reprodução social, especificamente na família e nas relações amorosas.

Capítulo 2 – O amor romântico na sociedade capitalista e patriarcal.

O presente capítulo objetiva elaborar uma análise do amor romântico e sua relação com a opressão das mulheres na sociedade capitalista e patriarcal. Para isso, analisaremos as condições materiais, sociais e históricas que possibilitam o surgimento do amor romântico a partir da história do desenvolvimento e das transformações ocorridas na família. Sabemos que são múltiplas as determinações que compõem o patriarcado no modo de produção capitalista e que permeiam as relações afetivo-sexuais, e, portanto, reconhecemos os limites de uma análise que foca apenas em uma dessas determinações. Contudo, de acordo com o materialismo histórico-dialético um fenômeno social só pode ser compreendido concretamente em sua complexa e contraditória relação com a totalidade social, e, por isso, nossa análise também perpassa por outros elementos importantes (divisão sexual do trabalho, sexualidade, maternidade, surgimento do indivíduo burguês, etc.) que têm relação direta com o desenvolvimento da família e a constituição do amor romântico e suas transformações ao longo da história.

1. Do comunismo primitivo à sociedade de classes: a constituição da família monogâmica

É comum que se compreenda a família com uma instituição natural e imutável. No entanto, a família é um fenômeno social e jamais um decreto eterno da natureza ou de forças sobrenaturais. Diante da necessidade material de sobrevivência e da reprodução da espécie, os seres humanos se organizaram em relação a natureza e a si mesmos de diferentes formas ao longo da história. A família é um produto dessas relações históricas e sociais (Narvaz & Koller, 2006). É uma instituição social que varia ao longo da História e pode apresentar formas e finalidades diversas em um mesmo tempo e lugar. A família também é caracterizada por um conjunto de papéis sociais definidos. A organização da vida familiar depende do que a sociedade, por meio de seus usos e costumes, espera de cada um de seus membros (Prado, 2013).

Engels (1984) apresenta em suas análises primorosas acerca do desenvolvimento da humanidade na história, a tese de que as modificações na estrutura familiar estão no centro das transformações ocorridas na forma como a humanidade se organizou em sociedade. Conforme o estudo de Engels (1984), descreveremos as transformações ocorridas na organização da sociedade decorridas dos processos de produção e reprodução da vida e suas decorrentes configurações familiares.

Com base nos estudos de Morgan, Engels (1984), descreve três fases de desenvolvimento da humanidade conforme as mudanças ocorridas nas formas de produção e reprodução da vida: o **estado selvagem**, a **barbárie** e a **civilização**. Esses estágios são demarcados de acordo com os progressos obtidos na produção dos meios de existência e cada um deles também apresenta formas diferentes de organização das relações sexuais e familiares.

O primeiro estágio denomina-se **estado selvagem** e a característica base dessa organização social era a coleta do alimento na floresta e nos campos, locais em que a humanidade residia. A sobrevivência do bando dependia das circunstâncias naturais, considerando-se que as condições de subsistência, ainda precárias, consistiam na apropriação imediata da natureza através de produtos prontos para serem utilizados. As produções artificiais da humanidade são destinadas a somente facilitar essa apropriação. Se alimentavam de frutos, nozes, raízes e etc. e seus principais progressos foram: a linguagem articulada e a invenção de armas de pedra (a clava e a lança) para a caça ocasional (Engels, 1984).

Neste período, forma de trabalho era a coleta dos meios necessários para a sobrevivência e a organização da vida social era caracterizada pela cooperação. A vida coletiva e a cooperação eram os únicos meios de sobrevivência, e, portanto, o valor da comunidade sobressaía-se ao valor do indivíduo. Tudo o que se produzia era destinado ao consumo dos indivíduos para a sobrevivência do bando (Lessa, 2012).

Ao longo do tempo, esses bandos foram capazes de incrementar a produção dos meios de subsistência e aumentaram seu conhecimento sobre o ambiente e assim puderam se fixar em locais próximo a rios e lagos. Com a introdução da cerâmica na produção de artefatos, a domesticação dos animais e o cultivo de plantas, inicia-se o **estado da barbárie**, esses novos avanços na apropriação da natureza por meio do trabalho humano possibilitaram o surgimento da agricultura e da atividade de pastoreio (Engels, 1984).

Essas novas atividades proporcionam um aumento quase ilimitado dos meios de subsistência. Fizeram parte do período bárbaro, os gregos da época heroica, as tribos *italas* anteriores à fundação de Roma, os germanos de Tácito e os normandos do tempo dos Vikings. A invenção da escrita alfabética para o registro literário e o aumento da população em pequenas áreas foram algumas das características fundamentais para a passagem a **civilização**. Esta se caracteriza pela contínua elaboração dos produtos naturais realizadas pelo homem e pelo surgimento da indústria e da arte (Engels, 1984).

Engels (1984) descreveu as transformações ocorridas na família de forma articulada com os estágios de desenvolvimento da produção dos meios de existência. A forma de família mais antiga descrita é a **família consanguínea** que corresponde ao estado selvagem. Nesta configuração familiar, grupos de homens e mulheres têm relações sexuais uns com os outros. Os grupos conjugais organizavam-se por gerações, maridos e mulheres entre si e também, os filhos, netos e bisnetos, sucessivamente: “pais e filhos não contraíram matrimônio. Irmãos e irmãs, primos e primas, em primeiro e todos os graus, são todos, entre si, irmãos e irmãs *e por isso mesmo* maridos e mulheres uns dos outros” (idem, p. 37).

A **família punalua** é uma forma mais desenvolvida da família consanguínea, na qual, houve a proibição das relações sexuais entre os irmãos, o que fez surgir a figura do sobrinho, sobrinha, primo e prima. Estas duas primeiras formas de família, caracterizavam-se por uniões em grupo ou matrimônios de grupos. Os matrimônios por grupos consistem em uma forma de casamento em que grupos inteiros de homens e de mulheres pertencem-se mutuamente, com a exclusão, neste período, das relações sexuais entre irmãos/as. Uniões por pares poderiam existir, mais ou menos longas. Nesta configuração das relações sexuais tabus e conceitos modernos (como ciúmes, posse, relações exclusivas, etc.) não existiam necessariamente. (Engels, 1984).

Com a proibição da relação conjugal entre irmãos próximos e distantes (primos), estes deviam buscar seus cônjuges fora da linhagem materna em comum, o que possivelmente originou a *gens*. As *gens*, neste caso, eram grupos fechados de parentes consanguíneos, por linhagem materna, que não podiam se casar um com o outro. A *gens*, para Engels, formou a base da ordem social da maioria, senão da totalidade dos povos bárbaros. Desta forma gentílica também se deu origem posteriormente a *gens* paterna (Engels, 1984).

Na formação gentílica do período, havia uma economia doméstica, na qual prevalecia o direito materno e a igualdade de participação social. O direito materno consistia na matrilinearidade, ou seja, no reconhecimento da filiação somente pela mãe. Em decorrência das uniões sexuais sem interdições não se podia reconhecer com precisão a paternidade dos filhos. A organização da *gens* pressupunha uma importância das mulheres para organização social. Embora o termo “matriarcado” possa ser entendido como se referindo a existência de sociedades estatais com supremacia feminina, em Engels, o seu significado refere-se a um tipo de sociedade que as pesquisas antropológicas

posteriores comprovaram existir a matrilinearidade (descendência materna) e a matrilocidade (residência do marido na casa da linhagem da esposa) (Carneiro, 2007).

A *gens* encontra-se no período denominado também de comunismo primitivo. Esta representava a unidade de todo um sistema social, era a base da sociedade indígena organizada. Com base em Morgan, Engels afirma, que esta estrutura social, mesmo com algumas diferenças de organização, estava presente em diversos povos, como os iroqueses, gregos, romanos e germanos. O que se destaca deste período era a forma comunal de organização social desses grupos, seus indivíduos eram livres, não havia dominação das mulheres pelos homens. A propriedade era pertencente a *gens* e cedida aos seus membros para a produção da subsistência. Os líderes eram escolhidos por influências pessoais ou por hereditariedade, mas essas posições não significavam a utilização de força coercitiva. Todos e todas votavam e participavam das decisões relacionadas ao grupo e deviam-se mutualmente ajuda e proteção. Engels (1984, p. 107) faz um elogio a esta organização social comunal:

Apesar de haver muito mais questões em comum do que no presente - a economia doméstica é feita em comum por uma série de famílias e de modo comunista; a terra é propriedade da tribo e os lares só dispõem, e temporariamente, de pequenas hortas - ainda assim, não é necessária nem sequer uma parte mínima da nossa vasta e complicada máquina administrativa. São os próprios interessados que resolvem as questões; e, na maioria dos casos, costumes seculares já tudo regulam. Não pode haver pobres nem necessitados: a família comunista e a *gens* têm consciência das suas obrigações para com os anciãos, os enfermos e os inválidos de guerra. Todos são iguais e livres, inclusive as mulheres. Ainda não há lugar para escravos e, como regra geral, não se subjugam tribos estrangeiras. Que homens e que mulheres produziu semelhante sociedade é o que podemos ver na admiração de todos os brancos que lidaram com índios não degenerados, diante da dignidade pessoal, da retidão, da energia de caráter e da intrepidez desses bárbaros.

O autor também reconhece seus limites, destacando a iminência constante da guerra, a dependência da humanidade em relação as circunstâncias naturais e a impossibilidade do indivíduo se desenvolver:

Não esqueçamos, todavia, que essa organização estava fadada a perecer [...] O que estava fora da tribo, estava fora da lei. Onde não havia tratado expresso de paz, imperava a guerra entre as tribos, e era feita com aquela crueldade que distingue o ser humano do resto dos animais, e que só mais tarde se suavizou pelo interesse. O regime da *gens*, no apogeu, como o vimos na América, supunha uma produção extremamente rudimentar e, por conseguinte, uma população muito disseminada por um vasto território - e, portanto, sujeição quase completa do homem à natureza exterior, que lhe

aparecia como incompreensível e alheia (o que se reflete na puerilidade de suas ideias religiosas). A tribo era a fronteira do homem, para os estranhos como para si mesmo: a tribo, a *gens* e suas instituições eram sagradas e invioláveis, constituíam um poder superior dado pela natureza, ao qual todo indivíduo ficava submetido sem reservas em seus sentimentos, ideias e atos. Por mais imponentes que nos pareçam, os homens de então mal se distinguiam uns dos outros; estavam, como diz Marx, presos ao cordão umbilical da comunidade primitiva (Engels, 1984, p. 108-109).

Alguns processos marcam a passagem do comunismo primitivo para a sociedade de classes, na fase mais avançada da barbárie. Dentre eles, o desenvolvimento de todos os ramos da produção (agricultura, criação de gado, ofícios manuais domésticos) que tornam possível o surgimento do excedente e com ele, a propriedade privada; a transformação na relação dos indivíduos com o trabalho e o surgimento da possibilidade histórica da exploração do homem pelo homem (Engels, 1984).

Como já explicitado no primeiro capítulo, o excedente da produção provinha de atividades realizadas pelos homens e a eles pertenciam. Com o aumento de suas riquezas, os homens tomam a direção da casa e surge a necessidade do reconhecimento da filiação paterna para transmissão da propriedade. A **família sindiásmica**, modelo familiar correspondente do período, consiste no chefe de família e seus subordinados, esposa, filhos e servos. Seus traços essenciais são a incorporação do domínio paterno, dos escravos e da monogamia para as mulheres (para garantia da legitimidade da prole com o objetivo da transmissão da herança). Aos homens era permitida a poligamia. Nesta fase, o vínculo conjugal pode dissolver-se facilmente por ambas as partes. Os escravos têm uma mulher e filhos e o objetivo da organização inteira é de cuidar do gado de uma determinada área (Engels, 1984).

Engels (1984) descreve essa nova condição familiar como uma grande derrota para o sexo feminino. As mulheres passam de uma condição de igualdade com os homens, na qual, podiam ser ativas no processo produtivo e tinham tanta liberdade quanto eles de se relacionarem sexualmente para uma condição degradada, passam a ser tidas como objeto de luxúria do homem e consideradas simples instrumento de reprodução. Sobre a configuração das novas relações sexuais, o autor destaca:

Quanto mais as antigas relações sexuais perdiam seu caráter inocente primitivo e selvático, por força do desenvolvimento das condições econômicas e, paralelamente, por força da decomposição do antigo comunismo, e da densidade cada vez maior da população, tanto mais envilecedoras e opressivas devem ter parecido essas relações para as mulheres (Engels, 1984, p. 56).

As origens materiais do surgimento da monogamia e a conseqüente degradação das mulheres comprovam quão pouco seu surgimento tem relação com o amor sexual individual. Segundo Engels (1984, p. 70), “a monogamia não aparece na história como reconciliação entre o homem e a mulher, menos ainda como forma mais elevada de matrimônio. Surge sob forma de escravização de um sexo pelo outro, como proclamação de um conflito entre os sexos, ignorado, até então, na pré-história”. O maior exemplo desta forma de família patriarcal se encontra na sociedade romana e também persiste até o modo de produção feudal sendo a base para o surgimento da família monogâmica.

A **família monogâmica** baseia-se na supremacia masculina e sua finalidade expressa é a de procriar filhos cuja paternidade seja indiscutível. Essa exigência existe porque os filhos herdarão, um dia, os bens de seu pai. Os gregos dos tempos heroicos são exemplos dessa família. A diferença da família monogâmica para a família sindiásmica é a maior solidez dos laços conjugais, já que estes se tornam indissolúveis. Em alguns períodos, somente o homem pode rompê-lo. A monogamia foi uma exigência imposta somente às mulheres, o homem tinha direito a infidelidade conjugal. As mulheres passam a ser castigadas rigorosamente caso tentem cometer este ato, além de serem obrigadas a tolerar a infidelidade do marido. Os matrimônios não se constituíam sobre o amor sexual individual e sim com acordos familiares fundamentados na posição social dos envolvidos, ou seja, eram matrimônios de conveniência. Segundo Engels (1984, p. 70), “foi a primeira forma de família que não se baseava nas condições naturais, mas econômicas e concretamente, no triunfo da propriedade privada sobre a comunidade primitiva, originada espontaneamente”.

A família monogâmica é um sintoma da civilização. Esta caracteriza-se pela expansão do comércio e dos comerciantes, pelo surgimento da usura e da produção mercantil e da apropriação da propriedade das terras e da riqueza nas mãos de alguns e a conseqüente pobreza de muitos. Engels destaca a inerente condição de barbárie da civilização, já que o desenvolvimento da humanidade neste estágio significa a intensificação da violência, da expropriação e da miséria. A civilização é caracterizada pela dominação/exploração/alienação de uns sobre outros (Engels, 1984). Esta forma de organização social se expande e se desenvolve em sua forma mais avançada na sociedade capitalista, caracterizada pela expansão do comércio a nível mundial, pela Revolução Industrial, e pela transformação da força de trabalho em mera mercadoria e pelo surgimento de duas novas classes, a burguesia e o proletariado (Lessa & Tonet, 2011).

A família monogâmica se desenvolve em sua forma mais avançada com a burguesia no surgimento da sociedade capitalista. Os burgueses, em plena ascensão, eram os capitalistas, comerciantes, banqueiros, lojistas, industriais, profissionais liberais, alguns proprietários de terras, e escalões menores de poder político. As definições da classe burguesa não eram claras em seus limites, embora fosse reconhecida uma estratificação interna em pequeno, médio e grande burguês. Esta classe em ascensão reivindicava mudanças na sociedade para que o dinheiro e os bens materiais se tornassem mais importantes do que o “sangue azul” aristocrático. Defendiam a empresa privada e competitiva, a razão, a ciência e a tecnologia. O indivíduo burguês introduz uma inovação significativa na história. Enquanto em períodos anteriores, o conjunto de normas sociais existentes provinham da coletividade para ao indivíduo, o mundo burguês é marcado pelo confronto do indivíduo, em sua busca por lucro e riquezas, com a comunidade (Konder, 2000, Hobsbawm, 2014).

Hobsbawm (2014) caracteriza a burguesia enquanto classe a partir de três fatores: (a) econômicos, isto é, o burguês era o capitalista, empresário ou comerciante, ou dono de terras; (b) políticos, era um corpo de pessoas cujo poder advinha do fato de ser “alguém”, de ser importante enquanto indivíduo por possuir riquezas, capacidade de comandar outros homens e influenciá-los; (c) sociais, a burguesia formava uma classe diversa, que tinha em comum apenas o fato de que seus indivíduos eram materialmente abastados e bem estabelecidos.

A burguesia, nos últimos 25 anos do século XIX era amplamente liberal, no sentido ideológico do termo. Isto significa que acreditavam nos indivíduos livres, autônomos e independentes, no capitalismo, na empresa privada e no progresso. Primavam pela cultura e consideravam-se superiores moralmente. Sua autoafirmação era aparente em suas roupas e na decoração de suas casas, que esbanjavam seu sucesso material. Outra importante característica da burguesia era sua rígida moralidade que definia os critérios de distinção entre os homens com força de caráter e grandeza e os fracos de caráter que não mereciam respeito. Essa conduta rígida também se expressava na sexualidade. Prevalcia a moral da abstinência, moderação e contenção. Moral contraditória com a existência da prática cotidiana de adultérios cometidos nos matrimônios (Hobsbawm, 2014).

Assim, nos deparamos com o lar burguês, a quintessência da classe burguesa. A família burguesa se caracteriza como a forma mais desenvolvida da família monogâmica.

Ainda monogâmica, a família burguesa pode ser descrita como família nuclear ou família individual monogâmica, tal como fez Engels. A família burguesa define-se pelo isolamento, privilegiando a privacidade e a domesticidade. O governo do lar perde seu caráter social. As funções socializadoras passam para um âmbito mais restrito: o “lar” burguês constituído pelo triângulo pai, mãe e filhos (Moraes, 1981).

O isolamento característico da família burguesa marca uma clara separação entre a residência e o local de trabalho, ou seja, entre a vida pública e a privada. Essa distinção das esferas da vida social se expressa na família por meio de uma divisão sexual das tarefas, em que ao homem cabem as atividades referidas ao espaço público e à mulher são atribuídos os afazeres relacionadas à esfera da vida privada. Os homens devem prover a família, se dedicarem ao trabalho e à produção da riqueza social, enquanto as mulheres devem se limitar às ocupações domésticas (cozinhar, bordar, criar os filhos, etc.) suportando com resignação sua condição. Nestas condições as mulheres ficam dependentes financeiramente de seus maridos (Reis, 1989; Lessa, 2012). Nas palavras de Engels (1984, p. 80), “a família individual moderna baseia-se na escravidão doméstica, franca, ou dissimulada da mulher, e a sociedade moderna é uma massa cujas moléculas são as famílias individuais”.

Somente com a grande indústria, as mulheres trabalhadoras podem retornar ao caminho da produção social. Ainda assim, essa inserção não garante grande melhoria na condição das mulheres, já que esta é feita em condições precárias, as mulheres não são abonadas do serviço doméstico e, assim, precisam acumular uma dupla jornada de trabalho, a da fábrica e a do lar. Engels (1984) crítica a falsa crença de que bastaria a inserção das mulheres na fábrica para findar o antagonismo entre os sexos. O autor enfatiza que é necessária, também, a supressão da família moderna, expressão da divisão hierárquica entre esferas da produção e reprodução.

A família nuclear moderna também supõe regras específicas para a sexualidade. Tributária da moral conservadora burguesa, a relação sexual no interior do casamento monogâmico só existe para o fim último da procriação. Colocou-se em prática, com todo o rigor, a repressão à sexualidade feminina. A mulher deveria ser recatada e a virgindade era uma exigência necessária para garantir a legitimidade da prole. Para isso, as mulheres passaram a ser consideradas seres angelicais e seus corpos tornaram-se sacralizados. A óbvia atração física entre os sexos não cabia neste sistema de valores (Reis, 1989; Hobsbawm, 2014).

Moraes (1981, p. 48) elenca três operações ideológicas que sustentam a repressão imposta à sexualidade feminina:

A primeira operação ideológica foi afirmar a diferença qualitativa entre libido masculina e feminina: os homens têm “instinto sexual” que precisa ser satisfeito. A solução: prostitutas para satisfazê-los, permitindo que as outras possam permanecer puras e intocadas, tal como lhes dita sua “natureza”. Dessexualizando a mulher/mãe/esposa a sociedade qualifica o desejo sexual feminino como uma aberração. A segunda operação ideológica, portanto, consiste em negar o espaço da sexualidade à mulher ou comprometê-lo com o fantasma da prostituição [...] E a terceira operação ideológica sexual dominante é a purificação necessária do desejo feminino no altar do Amor: entrego-me por amor, pequei por amor, perdi-me por amor, etc.

Como citado por Moraes (1981), a sexualidade masculina, ao contrário da sexualidade feminina, é amplamente aceita e incentivada. Aos homens cabe o desenvolvimento de uma sexualidade desvinculada de qualquer laço afetivo. Eles devem ter “iniciativa” nas relações e exercer o papel de dominância. Seu “desempenho” é avaliado conforme um dado padrão. Dessa forma, “na mesma proporção em que à mulher é negado o direito ao prazer, aos homens é requerida uma volúpia incontrolável. As mulheres, diz a ideologia patriarcal, podem viver sem sexo; os homens, jamais” (Lessa, 2012, p. 32). Aos homens é dado o direito de usufruir de sua plena sexualidade com as prostitutas. O adultério é uma decorrência do casamento monogâmico. Tanto a esposa, quanto a prostituta são expressões diferentes para a afirmação do mesmo poder patriarcal. Como bem explicita Lessa (2012, p. 39): “A monogamia – no sentido antropológico de se possuir apenas um parceiro sexual – vale, portanto, apenas para as esposas!”.

A divisão entre as esferas da produção e da reprodução social expressas na divisão sexual das tarefas na família retira a mulher da vida social e a confina no interior do lar. Sua vida perde a socialidade e se resume às relações sociais mais próximas e imediatas: marido, filhos/as e empregados/as. Ser mãe passa a ser a principal designação para as mulheres. A maternidade constitui para a mulher aquilo que o trabalho é para o homem: uma atividade criadora. A maternidade torna-se um substituto para o trabalho (Moraes, 1981). Se, por um lado, a mulher é valorizada por se responsável pela criação dos filhos, por outro, ela é responsabilizada por qualquer desvio na educação ou até mesmo por qualquer doença (Reis, 1989).

A maternidade moderna e o amor maternal são fenômenos sociais amplamente incentivados neste período. Antes não era comum que as mulheres se dedicassem plenamente aos seus filhos. As atividades relacionadas a criação eram tarefas realizadas

coletivamente, muitas vezes, as crianças eram entregues a amas para que estas cuidassem delas até os quatro ou cinco anos de idade. As crianças não eram compreendidas como seres que necessitavam de cuidados tão especiais (Badinter, 1985).

No século XIX, surge a ampla propaganda da maternidade e do amor maternal. Os discursos médicos e filosóficos⁷ incentivavam as tarefas da maternidade. Prometiam as mulheres que a mais tenra felicidade era alcançada quando cumpriam suas tarefas maternas. Os sacrifícios do aleitamento e da dedicação garantiriam respeitabilidade, adoração e um papel indispensável na família. A maternidade como principal tarefa realizada pelas mulheres é, neste contexto, um trabalho de caráter alienante. A relação que se exige entre mãe e filho é de dependência e simbiose e quando ocorre a separação entre os dois, ela é causadora de grande devastação. As mulheres que não correspondem esse ideal de maternagem, são ameaçadas de revoltas da natureza que se rebelará contra elas por não cumprirem seu papel natural. O abandono materno é taxado de pecado, ação imoral e injustiça contra os filhos. O lugar privilegiado desses laços, o novo reino da mulher, é "a sua casa", fechada às influências externas. Neste contexto, a família é celebrada como também refúgio da vida social, lugar aonde se encontra a felicidade, demarcando sua separação da vida pública (Badinter, 1985).

Nestas condições, a mulher tem sua potência negada, sua identidade social limitada e por consequência sofre o rebaixamento de seu patamar de humanidade. Delphy (2015) afirma que a família é o lugar da exploração econômica das mulheres. Essa exploração se realiza pelos trabalhos domésticos não remunerados realizados pelas mulheres, a criação dos filhos, a "obrigação sexual" e a responsabilidade pelo cuidado e equilíbrio emocional de todos os membros da família (Cisne & Santos, 2018).

A família monogâmica se organiza sob o domínio do patriarca e é pautada por controle, culpa, medo e proibições. Ainda que essa organização social seja mais confortável aos homens, estes também sofrem com as pressões dos papéis que lhe são exigidos. Como chefes de família e exímios trabalhadores, eles devem ser frios, calculistas, inteligentes, provedores, corajosos, individualistas, etc. (Lessa, 2012).

A família, qualquer que seja a sua forma na sociedade capitalista, existe para cumprir a necessidade material da reprodução social, isto é, a reprodução diária da força de trabalho e da próxima geração de trabalhadores. Também faz parte das funções da

⁷ A medicina da época recomenda veementemente o aleitamento materno, por exemplo. Jean-Jacques Rousseau foi um dos filósofos do período que defendeu fervorosamente a família como refúgio da felicidade e ajudou a construir o ideal de mulher e mãe neste período (Ver mais em Badinter, 1985).

família, certa conformação ideológica. É na família que os indivíduos aprendem a entender as estruturas e premissas da sociedade de classes e aceitar seus papéis (Reis, 1989). A família nuclear monogâmica forjada no capitalismo, é, por excelência, a mediadora da internalização dos valores do modo de produção capitalista, da desigualdade, competitividade, preconceitos, hierarquia, etc. (Cisne & Santos, 2018; Rosenthal, 2018).

A família é, para os indivíduos, o *locus* de estruturação da vida psíquica. Ela se organiza por meio de uma hierarquia sexual e etária que resulta em um funcionamento marcado pelo binômio autoridade/amor. O afeto e o poder estão imbricados nas relações constituídas entre os membros da família. Na família, a partir da submissão aos pais, espera-se do/a filho/a aceitação sem questionamentos das normas ensinadas, que já estavam definidas quando ele/ela nasceu. Quando o indivíduo ingressa no mundo extrafamiliar espera-se que ele represente bem sua família, exercendo os papéis de bom aluno, bom profissional, etc. Representar a família significa ser modelo de bom comportamento em todas as situações da vida social. Dessa forma, ao formar o indivíduo obediente e autodisciplinado, com iniciativa para buscar sua ascensão social e econômica, a família, junto de outros agentes sociais, cumpre a função de reproduzir a sociedade de classes (Reis, 1989).

Os estudos de Engels (1984) comprovavam que em outras formas sociais com a ausência das atuais determinações capitalistas existiam outras formas de organizar os laços de parentesco. Leacock (2019) antropóloga feminista, apresenta em seus estudos realizados na década de 1980, dados que comprovam as teses de Engels. A autora afirma que nas sociedades indígenas pesquisadas por ela, as mudanças na família, tornando-a uma unidade econômica separada do bando, estão no coração das transformações resultantes da chegada da troca comércio, do dinheiro e da propriedade privada.

Em resumo, a família, em sua configuração nuclear e monogâmica, se desenvolve em consequência do surgimento da propriedade privada e é expressão da aparente separação entre as esferas da produção e reprodução engendradas no capitalismo. As considerações propostas neste capítulo permitem demonstrar que a família em sua forma atual não surge sob as bases pelas quais é conhecida, laços de amor e afeto. As condições históricas que a constituem se baseiam na manutenção da propriedade privada e na dominação das mulheres pelos homens.

Também sua criação é expressão da aparente separação entre a produção e a reprodução social. Da passagem do comunismo primitivo para à sociedade de classes

quando o coletivismo e igualitarismo vão sendo substituídos pela racionalidade privada. Enquanto a organização da vida social na sociedade primitiva era regida pela cooperação, na sociedade de classes se estabelece a lógica da concorrência. Os membros da classe dominante não arcam com os custos de vida de seus concorrentes, e, por isso, as atividades antes realizadas coletivamente (a criação dos filhos, a produção do alimento, a educação, a moradia, etc.) têm de ser agora atividades privadas. É assim que a família também se desloca da vida coletiva para a vida privada. (Lessa, 2012).

E, as tarefas que compõem a esfera da reprodução social, agora responsabilidade da família, são consideradas responsabilidade exclusiva da privacidade do lar e por isso colocadas especialmente sobre os ombros das mulheres. A maternidade, o cuidado e a manutenção do lar se convertem em afazeres compreendidos como essencialmente femininos. Estas atividades deixam de ser consideradas como laborais, pois foram mistificadas por um processo de naturalização. Por serem “apenas” reprodutivas e executadas por mulheres, são vistas como expressão de cuidado, carinho e amor. Aqui, podemos ver a função social das mistificações sobre o amor.

2. As transformações do amor romântico na sociedade capitalista e patriarcal

Neste tópico apresentamos como o amor passa a fazer parte do matrimônio e da família monogâmica e como as concepções ideológicas sobre ele se transformam ao longo da história da sociedade capitalista e patriarcal. Para compreender como o amor passa de um sentimento tido como perigoso e avassalador para ser idealizado como sinônimo de realização pessoal e felicidade é preciso fazer uma breve incursão em sua história no Ocidente. Destacamos nesta história elementos que estão diretamente relacionados com a constituição do amor romântico.

O amor romântico surge na sociedade ocidental na Europa a partir do século XVIII e se consolida no século XIX, com o estabelecimento da sociedade burguesa e com o aparecimento da possibilidade de uma vida individual independente da vida comunitária. Até este período, o amor e as relações conjugais eram eventos totalmente dissociados. Os laços matrimoniais, até meados do século XVII, eram organizados pelas políticas de alianças familiares e tinham como fim a manutenção da herança. O amor, enquanto sentimento de paixão entre duas pessoas, era compreendido como um mal que acometia os homens e as mulheres, arrebatando-os. Por isso, seria uma ameaça à ordem e ao casamento que só existia para fins de procriação (Costa, 1998; Rudiger, 2013).

Para muitos/as autores/as que pesquisaram a história do amor no Ocidente, a compreensão de amor proposta por Platão, em “O Banquete” (obra escrita por volta de 380 a.C.), foi a precursora do entendimento de amor que temos atualmente. A obra apresenta algumas teses que, mais tarde, fundamentaram as características do amor romântico. “O Banquete” retrata uma celebração que ocorre na casa de Agatão, na qual estão presentes algumas das pessoas mais importantes de Atenas (Sócrates, Platão, Aristófanes, Erixamaco etc.). Na ocasião, os presentes se propõem a elogiar o amor. Dentre os diversos discursos apresentados na narrativa platônica, destacam-se: o amor como um Deus, *Eros*, que inspira os homens a buscarem o Bom, o Belo e o Verdadeiro; o amor como fenômeno que tem uma natureza divina, por elevar os homens ao mundo das ideias, e, ao mesmo tempo, uma natureza carnal, por subjugar os homens aos prazeres banais da carne; e a apresentação do mito da alma gêmea, no qual Aristófanes, narra que os seres humanos no princípio eram seres completos e autossuficientes, mas que em determinado momento organizaram uma rebelião contra os deuses que castigaram a humanidade, tornando-a mais fraca e a dividindo entre homens e mulheres incompletos ansiosos por encontrar sua outra metade (Rougemont, 1988; Costa, 1998).

Posteriormente, no período da Idade Média, a concepção sobre o amor sofre uma forte influência do Cristianismo. Para os cristãos, o amor é a busca do encontro com Deus, da salvação. Para esse fim, Santo Agostinho propõe que a humanidade siga o caminho da vida casta, não cedendo aos prazeres relacionados à carne. Influenciados pela tese platônica da existência de dois mundos, o das ideias e o das formas, os cristãos também acreditavam na divisão de dois mundos: a vida terrena e o plano divino. O mundo terreno era regido pelo pecado e pela imperfeição, os prazeres oferecidos por esse plano que levam a alguma forma de contentamento eram compreendidos como um desvirtuamento do caminho ao plano divino. O autêntico amor não era o experienciado com outro ser humano, mas sim, aquele cuja a finalidade era conduzi-lo à salvação, ou seja, o amor supremo sentido por Deus. O amor sentido por outro ser humano poderia ser perigoso, desvirtuando a humanidade para prazeres da carne e afastando-os de Deus. Um longo caminho histórico foi percorrido até a Igreja reconhecer o casamento como a morada do amor (Costa, 1998; Santos, Farias, Pereira, & Barros, 2014).

Engels (1984) afirma que, até a modernidade, o amor sexual individual não era a finalidade do matrimônio. O amor conjugal se caracterizava mais como uma afinidade que complementava o matrimônio. Este era organizado por conveniências e razões econômicas. A beleza pessoal, as afinidades e paixões que deviam despertar nos

indivíduos o desejo das relações afetivas e sexuais existiam, mas entre elas e a compreensão moderna do amor existe uma grande distância.

O matrimônio na Idade Média era um negócio, um contrato firmado pela parte dos interesses econômicos e não dos noivos. Na realidade, os pais escolhiam os cônjuges de seus filhos de acordo com os interesses aristocráticos (Engels, 1984), enquanto que para a burguesia e para senhores feudais o matrimônio era a unidade básica do sistema de propriedade e empresas de comércio, por meio de um sistema de trocas de mulheres-propriedades. Qualquer coisa que enfraquecesse a instituição matrimonial era inadmissível “e nada a enfraquecia mais do que a paixão descontrolada, que introduzia herdeiros e noivos inadequados (isto é, economicamente indesejáveis), separava maridos de mulheres e desperdiçava recursos comuns” (Hobsbawm, 2014, p. 358).

Ainda assim, o século XII é tido como a época em que o amor, como sentimento de paixão entre um casal, começa a ser reconhecido socialmente e celebrado e glorificado no Ocidente por meio do amor cortês. Surgido na região de *Poitou e Languedoc*, no sudoeste da França, o amor cortês era cantado pelos trovadores e era constituído por um triângulo amoroso formado pelo trovador que cantava seu amor à dama a quem desejava conquistar e pelo marido que impedia a consumação desse amor. O amor cortês era cantado pelos homens e celebrava um amor impossível e perigoso. A dama era exaltada e comparada à Virgem Maria. O objetivo do trovador em suas canções era conquistar a simpatia da amada. As tentativas narradas pelo trovador de conquistá-la eram retratadas por alusões às conquistas militares. Os cânticos eram repletos de conteúdo erótico. No entanto, a contenção do desejo sexual e a capacidade de resignar-se ao fato da impossibilidade desse amor eram vistos como atos heroicos e virtuosos, ademais, subtendia-se uma legitimidade à ordem social por meio do reforço do poder do matrimônio – que não podia ser violado por esse amor – organizado por ordens econômicas (Lobato, 2012).

Ainda que o amor cantado pelos trovadores fosse impossível (por ser um amor adúltero), o amor cortês inaugura a exaltação e a celebração do amor enquanto um sentimento de paixão por outra pessoa (Costa, 1998; Lobato, 2012). Isso não significa que o amor em termos de apaixonamento entre os indivíduos não existisse anteriormente. No entanto, esse amor não era reconhecido no matrimônio e se concretizava provavelmente em relações adúlteras e/ou pelas classes menos favorecidas que não tinham seus matrimônios condicionados às razões econômicas. O casamento era baseado em condições econômicas e não pelo interesse dos envolvidos, como já explicitado. Um

relacionamento baseado no amor não tinha legitimidade social e quando o amor entre um casal acontecia não era compreendido como elemento fundamental da vida dos indivíduos (Lessa, 2012).

“Romeu e Julieta” marca uma importante virada no tratamento social do amor. Escrita entre 1591 e 1595 por William Shakespeare, a obra se passa em Verona, no interior da Itália, e retrata a história trágica dos protagonistas Romeu e Julieta, que são impedidos de viver seu romance por serem filhos de famílias inimigas e estarem comprometidos com outras pessoas. Mesmo com esse impedimento, os amantes fazem de tudo para ficarem juntos, burlando as regras sociais. Embora os amantes não consigam ficar juntos, pela primeira vez na história é afirmada e reconhecida a necessidade afetiva dos indivíduos como um elemento fundamental da existência (Lessa, 2012).

A obra clássica shakespeariana se localiza no contexto apresentado por Engels (1984) em que mesmo que os matrimônios fossem arranjados, a forma reduzida – nuclear e monogâmica – as quais as uniões haviam chegado historicamente é o que torna possível o desenvolvimento do amor sexual moderno. Somente com a redução da família a sua unidade última: um homem e uma mulher e com a exigência da monogamia imposta a ela, que o amor sexual individual pode surgir: “A partir da monogamia - em seu seio, a seu lado, ou contra ela, segundo as circunstâncias - o maior progresso moral que lhe devemos: o amor sexual individual moderno, anteriormente desconhecido no mundo” (Engels, 1984, p. 74).

Engels (1984, p. 84) afirma que esse amor retratado em “Romeu e Julieta” difere do amor (*Eros*) dos antigos em três pontos:

Em primeiro lugar, porque supõe reciprocidade no ser amado, igualando, nesse particular, a mulher e o homem, ao passo que no *eros* antigo se fica longe de consultá-la sempre. Em segundo lugar, o amor sexual atinge um grau de intensidade e de duração que transforma em grande desventura, talvez a maior de todas, para os amantes, a falta de relações íntimas ou a separação; para que se possuam não recuam diante de coisa alguma e arriscam mesmo suas vidas, o que não acontecia na antiguidade, senão em caso de adultério. E, por fim, surge um novo critério moral para jurar as relações sexuais. Já não se pergunta apenas - "São legítimas ou ilegítimas?" - Pergunta-se também: "São filhas do amor e de um afeto recíproco?" É evidente que, na prática feudal ou burguesa, esse critério não é mais respeitado do que qualquer outro critério moral; passa por cima dele; equivalente aos demais, é reconhecido em teoria, no papel. E, por ora, não se pode pedir mais.

O início do reconhecimento da necessidade afetiva dos seres humanos não se instaura de forma espontânea na sociedade. Com o desenvolvimento do processo de

produção e reprodução da vida também se desenvolvem e se complexificam a sociedade e os indivíduos. O desenvolvimento da sociedade, em detrimento da comunidade propicia o processo de individuação. Este indivíduo se complexifica e suas necessidades individuais, capacidades intelectuais, artísticas e afetivas passam a ser reconhecidas e desenvolvidas (Konder, 2000; Russo, 2011).

Assim se configura a entrada do indivíduo na história, quando se rompe sua submissão direta à comunidade e suas necessidades e possibilidades adentram na produção e reprodução social. Lessa (2012, p. 54) afirma que o individualismo burguês “no seu período progressista, cumpriu esse gigantesco papel no que diz respeito ao peso da afetividade humana na reprodução social: tornou-nos capazes de amar de modo e em uma qualidade inéditos na história”, este cria as condições para o desenvolvimento e a vivência de um tipo específico de amor baseado na experiência absoluta do sujeito.

Dessa forma, com o surgimento do indivíduo apartado da comunidade, a humanidade começa a descobrir que o amor e a relação afetiva podem ter uma riqueza, uma dimensão, uma intensidade, um prazer inédito e intransponível tornando-os elementos imprescindíveis da vida individual. O amor em si é uma necessidade humana essencial e sua vivência torna-se uma aspiração para todos/as (como demonstrado em Romeu e Julieta). O amor, num sentido ontológico, é um sentimento que possibilita a humanidade se humanizar, no sentido do encontro genuíno entre dois seres humanos (Konder, 2007; Lessa, 2012).

No entanto, as condições necessárias para essa plena experiência do amor ainda não eram possíveis. A moral burguesa era contraditória. De um lado, era conservadora e pregava a contenção, a abstinência e as regras rígidas impostas ao lar burguês rejeitando a entrada do amor entre os casais na família. Por outro lado, era liberal, na medida em que incentivava e valorizava a liberdade e autonomia individuais. As rápidas transformações ocorridas no capitalismo propiciaram a conversão de todas as coisas em mercadorias. A produção capitalista esfacela todas as antigas relações tradicionais e passa a substituir os costumes tradicionalmente herdados e os direitos históricos pela compra e venda, pelo "livre" contrato. É o próprio desenvolvimento do capitalismo que propicia o questionamento sobre a persistência do matrimônio baseado por conveniência e não pela escolha dos envolvidos. Se para todos os contratos era necessário que houvessem pessoas que podiam dispor livremente de si mesmas, porque com o matrimônio haveria de ser diferente (Engels, 1984)?

Essas questões deveriam surgir numa época em que se afrouxavam todos os antigos vínculos sociais e em que eram sacudidos os fundamentos de todas as concepções tradicionais. [...] a burguesia nascente, sobretudo a dos países protestantes, onde se sacudiu de uma maneira mais profunda a ordem de coisas existente, foi reconhecendo cada vez mais a liberdade de contrato para o matrimônio e pôs em prática a sua teoria, da maneira que descrevemos. O matrimônio continuou sendo um matrimônio de classe, mas no seio da classe concedeu-se aos interessados certa liberdade de escolha. E, no papel, tanto na teoria moral como nas narrações poéticas, nada ficou tão inquebrantavelmente assentado como a imoralidade de todo casamento não baseado num amor sexual recíproco e num contrato de cônjuges efetivamente livres. Em resumo: proclamava-se como um direito do ser humano o matrimônio por amor, e não só como *droit de l'homme* (direito do homem), mas também, e por exceção, como um *droit de la femme* (direito da mulher) (idem, p. 88).

Ainda que o direito ao matrimônio por amor tenha sido posto socialmente, os matrimônios continuaram submetidos às influências econômicas. Somente em casos excepcionais o matrimônio ocorria puramente por liberdade de escolha (Engels, 1984). É neste contexto que surge o fenômeno do amor romântico, uma forma ideológica burguesa de se conceber o amor. Trata-se de uma manifestação tributária dos conflitos relacionados ao impedimento do matrimônio baseado no amor e na livre escolha dos indivíduos, numa sociedade que ansiava cada vez mais por liberdade nas relações afetivas.

O amor romântico herda do amor cortês a celebração do amor entre homens e mulheres. No entanto, a maior inovação que ele promove, decorrente do seu berço burguês, é a associação do amor com a plena realização individual como promessa de felicidade. Sua inerente relação com a vida privada o transformou em um elemento de equilíbrio indispensável entre o desejo de felicidade individual e o compromisso com ideais coletivos. O amor romântico introduz uma narrativa para a vida individual associando o amor à liberdade e a felicidade, ambos valores altamente desejados (Giddens, 1993; Costa, 1998).

O amor romântico inaugura a possibilidade de se estabelecer um vínculo emocional durável com o outro a partir de qualidades intrínsecas desse próprio vínculo. Implica na atração instantânea – no “amor à primeira vista” –, na eleição de um parceiro que é único por suas qualidades de caráter que o distinguem das outras pessoas, tornando-o especial. O relacionamento amoroso também recebe ares místicos, pois é descrito como encontro de almas destinadas a se encontrarem, retomando o mito platônico das “almas gêmeas” que só se sentem completas, felizes e realizadas ao se encontrarem (Giddens, 1993; Costa, 1998). O amor romântico também articula amor ao sacrifício e a abnegação.

Para a manutenção da relação afetiva, os envolvidos devem se dispor a tudo, já que a separação do casal é tida como uma tragédia (Low & Melo, 2014).

É dessa forma que o amor sexual individual passa a se propagar pela sociedade burguesa. Os elementos de romanticidade perduram ainda nos dias atuais. O amor romântico se populariza com o auxílio da indústria cultural - o cinema, a literatura, as canções se apropriam das ideias românticas. As narrativas românticas retratam o encontro amoroso como superação das barreiras da vida social. A suposta liberdade oferecida pelo amor, retratado na indústria cultural, torna-se esperança de felicidade na sociedade moderna (Toledo, 2013).

Em uma pesquisa que objetivou analisar as estratégias narrativas do drama romântico no cinema, Heitor Capuzzo afirma que, ao longo do século XX, diversas produções cinematográficas apresentavam, em sua essência, variações em torno de um mesmo tipo de história de amor. Essas narrativas comumente incluem: a existência de obstáculos externos à felicidade do casal, priorizando a urgência e intensidade da relação amorosa em detrimento dos valores morais e da vida social, o amor é apresentado como um sentimento que se instala à primeira vista no casal de protagonistas que constantemente nada tinham em comum, e, também o encontro amoroso ocorre através de coincidências que sugerem ações divinas que o propiciaram (Berger, 2001).

Mesmo com o alastramento da ideologia do amor romântico, o amor não se instaura facilmente no matrimônio. Até a década de 1910, feministas como Kollontai (2000) e Goldman (2013) denunciaram o matrimônio como união baseada em interesses econômicos e como *locus* de opressão das mulheres. Até os dias atuais convivemos com as contradições expressas nas diferentes visões acerca do amor e na proliferação de novas configurações das relações amorosas.

No período pós-guerras, momento do capitalismo organizado pelo Estado, ocorre um incentivo e fortalecimento da família e do matrimônio enquanto núcleo sob o qual organiza-se a sociedade. Isto ocorre em decorrência da busca por aplacar os estragos econômicos e o sentimento de desesperança em decorrência das perdas sofridas nas guerras. A família passa a ser realçada como lugar de segurança para a população. Apoiase o modelo de cidadão como um tipo ideal de trabalhador, chefe e homem de família. As mulheres não deixam de trabalhar, porém, foi amplamente suposto que o salário do homem trabalhador deveria ser o principal sustento econômico de sua família, enquanto os salários ganhos pela sua esposa deveriam ser meramente suplementares (Lessa, 2012; Fraser, 2017).

Após as guerras, aparecem os movimentos da contracultura da década de 1960 que surgem em contestação a organização da vida social, e, para tanto, defendiam a criação de um mundo alternativo ao vigente. Estes movimentos são um exemplo de contestação às formas tradicionais de organização familiar e matrimonial. Criticavam a família e o casamento monogâmico modernos, assim como os ideais de amor romântico. Pregavam o amor livre e o estabelecimento de relações igualitárias com o fim da hierárquica divisão das tarefas entre os sexos (Silva, 2017).

É evidente, que a configuração de casamento e da família ratificados pelo amor romântico no início do século XIX não existem nas mesmas condições que antes, mas, tampouco, podemos afirmar que desapareceram. Estudos em diferentes áreas (Psicanálise, Psicologia, Filosofia, Sociologia, etc.) têm tentando compreender as metamorfoses sofridas pelo amor e pelas relações amorosas na atualidade (Giddens, 1993; Costa; 1998; Bauman; 2011; Toledo, 2013)

Autores como Zygmunt Bauman e Anthony Giddens, que investigam as transformações ocorridas nas configurações das relações afetivas e sexuais ao longo da história, afirmam que, nos tempos atuais afloraram-se ideais hedonistas e imediatistas. Para eles, estes são elementos que contrastam com alguns propósitos básicos dos ideais do amor romântico, como a fidelidade e a duração eterna das uniões amorosas. As configurações das relações amorosas são as mais diversas – relações poliamorosas, não centradas no casamento, relações homoeróticas, etc. Por isso, estes autores acreditam que vivemos tempos mais democráticos no que tange os campos da sexualidade e da afetividade, pois os ideais do amor romântico estão sendo supostamente derrotados com o surgimento de novas formações amorosas e familiares (Giddens, 1993; Bauman, 2011).

Giddens (1993) afirma que a intimidade nas sociedades atuais se caracteriza pelo surgimento de três fenômenos: o amor confluyente, a sexualidade plástica e os relacionamentos puros. O amor confluyente preconiza que os/as parceiros/as buscam realizar-se nas relações respeitando os limites uns dos outros, implica num compromisso com a satisfação individual de cada um e num contrato reflexivo de que a relação dura até que os envolvidos estejam realizados. Tudo isso difere do ideal do/a parceiro/a único/a e da relação eterna idealizada pelo amor romântico. O amor confluyente pressupõe um comprometimento afetivo e emocional igualitário entre os sexos. A sexualidade plástica consiste na vivência da sexualidade descentralizada, liberta das amarras da reprodução. O relacionamento puro seria a forma de relacionar-se na qual os dois fenômenos anteriores estão presentes, propondo um cunho igualitário às relações íntimas:

[O conceito de relacionamento puro] refere-se a uma situação em que se entra em uma relação apenas pela própria relação, pelo que pode ser derivado de uma associação com outra pessoa e que só continua enquanto ambas as partes considerarem que extraem dela satisfações suficientes para cada uma individualmente (Giddens, 1993, p. 69).

Para Giddens (1993) os ideais do amor romântico começaram a fragmentar-se graças a emancipação sexual e a autonomia femininas. Ele defende a tese do declínio do controle sexual dos homens sobre as mulheres e a existência das possibilidades reais para as transformações da intimidade. Essas mudanças se expressariam no âmbito das relações afetivas por meio da derrota da hierarquia entre os sexos, sendo substituída pela igualdade. Embora Giddens (1993) reconheça que as relações afetivas e sexuais igualitárias não são predominantes, ele considera que o cenário atual é favorável para a consolidação desse tipo de relacionamento.

Já Bauman (2011) defende que as relações amorosas na contemporaneidade estão se esfacelando. O autor afirma que os relacionamentos atuais são baseados no amor líquido, que consiste na relação baseada num sentimento de efemeridade que só dura até que se tenha satisfação. Ancorada na fluidez, a relação é vivenciada sem pretensão de ampla duração, o que caracterizaria a instabilidade dos relacionamentos amorosos. Todas essas novas premissas dos relacionamentos seriam fruto da modernidade líquida, que se caracteriza pela liquidez, no sentido de que instituições, valores e regras econômicas são todos instáveis e incertos.

Fraser (2015) indica que nas sociedades formalmente igualitárias da contemporaneidade tem sido comum a proliferação de discursos que se baseiam na premissa de que as relações sociais contemporâneas são fundamentadas na “livre escolha”, nas trocas entre iguais, e, sobretudo, nas conquistas meritocráticas ignorando as desigualdades estruturantes não superadas.

Compreendemos que a percepção apresentada por Giddens e Bauman de que as relações afetivas estão se transformando de fato está acertada, no entanto, as análises destes autores sobre as condições que possibilitam estas mudanças atuais estão equivocadas. Giddens afirma que a dominação das mulheres e as relações de poder advindas da mesma e expressa nas relações afetivas não mais existem. Já Bauman compreende que a sociedade capitalista se encontra num momento denominado de modernidade líquida, na qual, as instituições foram flexibilizadas e as relações sociais, econômicas e de produção se tornaram frágeis e maleáveis.

Contrariamente, ao proposto por Giddens (1993) nós consideramos que o modo de produção capitalista e patriarcal não foi derrotado, e, portanto, não vivenciamos, como ele afirma, um momento no qual as relações de poder existentes entre os gêneros desapareceram. As novas formas de relacionamentos amorosos não decorrem de um suposto período de igualdade entre os sexos, e, tampouco, acreditamos que os tempos atuais desenvolveram uma nova forma de organização social sem nenhum tipo de ordem e que nos impõe a obscuridade dos fatos que regem a organização da vida social como proposto por Bauman (2011).

Compreendemos que as mudanças na forma de gerenciamento dos relacionamentos afetivos estabelecidos entre indivíduos ocidentais na atualidade resultam da nova fase do capitalismo neoliberal. A possibilidade das relações mais fluídas, a negação do amor eterno, os novos formatos de relacionamento (poligâmicas, amor livre, não monogâmicas, etc.), os amores virtuais via aplicativos e redes sociais são possibilidades históricas decorrentes da cultura de consumo de massa, do neoliberalismo e do individualismo levados ao limite. Localizar o contexto em que ele surge permite problematizar as mudanças e suas contradições em seu contexto material e histórico.

O modo de produção capitalista transforma o próprio ser humano em mercadoria, por meio da imposição da venda da sua força de trabalho, e, em consequência disto, as próprias relações sociais e afetivas se submetem as leis mercadológicas (Russo, 2011). Desta forma, o amor e as relações amorosas, acompanham as transformações ocorridas no campo da produção e da circulação da própria mercadoria, outrora perene e duradoura (a qual o ideal de amor romântico, eterno e único, correspondia), e, atualmente descartável e efêmera, conforme as novas prescrições das relações e do amor atual.

Estas novas configurações das relações amorosas e de compreensão do amor não superam ou derrotam o amor romântico, mas, convivem contraditoriamente com ele. No próximo tópico, apresentamos as análises das feministas sobre a relação entre o amor romântico, a família e o casamento monogâmico e o patriarcado.

3. Críticas feministas marxistas ao amor romântico

A relação do amor romântico com a opressão das mulheres foi amplamente discutida pelas feministas ao longo da história. Estudiosas de diversas áreas (Antropologia, História, Sociologia e Psicologia, etc.) têm compreendido o amor romântico como um fenômeno que atua junto de outras determinações na constituição da

opressão histórica das mulheres (Silva, 2017). O foco dessas discussões são as implicações do amor romântico na constituição de relações afetivas e familiares.

As críticas feministas que discutimos neste capítulo, referem-se ao amor romântico e não ao amor ou a relação amorosa em si. Em comum, as feministas defendem uma concepção de amor e de relação amorosa que se conciliam com outros aspectos da vida da mulher e que não as limitem exclusivamente aos papéis de cuidadora, responsável pelo lar ou pela manutenção da relação afetiva.

Algumas das teóricas feministas que elaboraram críticas contundentes ao amor romântico sob diferentes perspectivas, são: a anarquista Emma Goldman (1869-1940), a comunista Alexandra Kollontai (1872-1952), a antropóloga Margaret Mead (1901-1978), a filósofa Simone de Beauvoir (1908-1986), a escritora Kate Millet (1934-1985) e mais recentemente as psicólogas Clara Coria e Esperanza Bosch Fiol, a comunicadora social Coral Herrera, a cientista política Anna Jónasdóttir, as antropólogas Marcela Lagarde, Mari Luz Esteban, e as filósofas Célia Amorós e Ana de Miguel (Silva, 2017).

Silva (2017) destaca que desde o século XIX, as feministas vêm denunciando os males ocasionados às mulheres pelo amor romântico. A precursora dessa crítica foi Harriet Taylor (1807-1858), filósofa e defensora dos direitos das mulheres. A feminista foi original em seu pensamento ao denunciar as relações de poder existentes no matrimônio. Ela afirmava que as mulheres vivam em condições desiguais em relação aos homens em todos os âmbitos da vida e isso também se refletia no matrimônio que se estabelecia sobre uma ambivalência de sentimentos de amor e exigência de submissão.

Posteriormente, em 1910, Emma Goldman publica o livro “Anarquismo e Outros Ensaio” composto por uma coletânea de artigos, dentre eles, o ensaio “Casamento e Amor”. Nele, Goldman (2013) objetiva expor sua crítica ao casamento enquanto uma instituição opressora para as mulheres, e, ainda, apresentar sua concepção sobre o amor. Goldman vivia nos Estados Unidos, numa época de transição no que se refere a relação entre o amor e o casamento. O amor entre um casal começava a ser reconhecido, mas só era legitimado pela instituição do casamento. Este, por vezes, ainda se consolidava, somente para fins econômicos. O divórcio não era permitido e as chamadas uniões livres (relações afetivas não submetidas ao casamento) eram raras.

Goldman (2013) elabora sua crítica ao casamento, naquele contexto, afirmando sua inerente condição alienante para os homens e para as mulheres. Segundo a autora, os rígidos papéis estabelecidos para os homens e as mulheres os faz estranhos uns aos outros em uma relação que era, na realidade, um empreendimento econômico. Do homem se

espera que seja um bom provedor; da mulher que desempenhe bem os papéis a que foi destinada, de esposa e mãe. O contrato do casamento confina a mulher ao lar, o reino do marido:

O mundo da mulher deve girar em torno dele, ano após ano, até que sua visão de mundo e relações humanas se torne tão rasa, tão estreita e entediante quanto seu entorno. Além do que, um curto prazo de vida conjugal, da mais completa rendição de todas as faculdades, incapacita totalmente a mulher para o mundo exterior (Goldman, 2013, p. 140).

E ainda sobre as consequências desse tipo de vínculo para a mulher, a autora denuncia:

A instituição do casamento transforma a mulher numa completa parasita, uma dependente absoluta. Incapacita-a para a luta da vida, aniquila sua consciência social, paralisa sua imaginação, e eis então que aparece para conceder sua graciosa proteção, que na verdade é um ardil (Goldman, 2013, p. 141).

Goldman (2013) tece duras críticas ao casamento por entendê-lo como instituição que priva a mulher de sua condição humana ao confiná-la às obrigatoriamente as únicas funções de esposa e mãe. Estas funções exigem que o centro da vida da mulher sejam outras pessoas (esposo e filhos/as). Goldman (2013) ainda condena a moral de sua época ao defender o direito das mulheres, solteiras e casadas, de vivenciarem sua sexualidade de forma livre. Além disso, defende o direito a maternidade livre.

Por fim, Goldman (2013) apresenta seu próprio entendimento de amor. A autora afirma que as condições para a existência de uma relação afetiva baseada no amor não existiam em sua época. Em um cenário utópico, o amor estaria atrelado a união e ao companheirismo, isto é, seria possível uma relação afetiva igualitária e autêntica.

Outra autora que discutiu a temática do amor foi Alexandra Kollontai, militante soviética de grande importância durante a Revolução Russa. Uma das únicas mulheres na direção do partido bolchevique russo, ocupou o cargo de Ministra do Bem-Estar no primeiro Governo de Lênin e durante sua vida de luta desenvolveu uma reflexão rica e singular sobre a libertação das mulheres. Foi defensora da autonomia econômica e da construção da individualidade independente das mulheres, do seu desenvolvimento profissional e intelectual, da ruptura com os valores de feminilidade assentados na submissão, da legalização do aborto e da socialização do trabalho doméstico (Godinho, 2000).

Kollontai tinha como desafio constante de seu ativismo convencer seus companheiros de que as questões tidas como da vida privada, relacionadas às relações

entre os sexos, o amor e a sexualidade eram imprescindíveis para a transformação radical da sociedade. Ao contrário deles, ela insistia que junto da gestação da transformação econômica e política da sociedade era necessária a criação de uma nova moral social (Godinho, 2000).

Em “A nova mulher e a moral sexual”⁸, Kollontai (2000) apresenta sua análise sobre a posição da mulher na sociedade burguesa e o problema do amor. Com a preocupação de refletir as conquistas e desafios vivenciados na Rússia durante o processo revolucionário, Kollontai (2000) discute a nova mulher (denominada por ela de celibatária), que surge por consequência do desenvolvimento do próprio capitalismo. A nova mulher foi arrancada do lar, impelida à vida do trabalho, e, por isso, começa a construir sua independência econômica e uma autonomia que estrutura sua individualidade, independentemente de suas relações familiares. No entanto, esta nova mulher tem de enfrentar as exigências impostas pela nova vida, especialmente as contradições que entram em choque com os valores da velha moral. Sobre isto Kollontai (2000, p. 17) afirma:

As relações de produção, que durante tantos séculos mantiveram a mulher trancada em casa e submetida ao marido, que a sustentava, são as mesmas que, ao arrancar as correntes enferrujadas que a aprisionavam, impelem a mulher frágil e inadaptada à luta do cotidiano e a submetem à dependência econômica do capital. A mulher ameaçada de perder toda a assistência, diante do temor de padecer privações e fome, vê-se obrigada a aprender a se manter sozinha, sem o apoio do pai ou do marido. A mulher defronta-se com o problema de adaptar-se rapidamente às novas condições de sua existência, e tem que rever imediatamente as verdades morais que herdou de suas avós. Dá-se conta, com assombro, de toda inutilidade do equipamento moral com que a educaram para percorrer o caminho da vida. As virtudes femininas - passividade, submissão, doçura - que lhe foram inculcadas durante séculos, tornam-se agora completamente supérfluas, inúteis e prejudiciais. A dura realidade exige outras qualidades nas mulheres trabalhadoras. Precisa agora de firmeza, decisão e energia, isto é, aquelas virtudes que eram consideradas como propriedade exclusiva do homem.

Kollontai (2000) criticou os próprios companheiros da luta revolucionária que se recusavam a repensar comportamentos individuais fundados em uma mentalidade patriarcal e que acabavam por compactuar com a velha moral e com o patriarcado. Ela aponta a contradição dessa recusa diante da própria construção de uma sociedade

⁸ O livro é composto por dois ensaios: “A nova mulher e a moral sexual” e “O amor na sociedade comunista”, escritos por Alexandra Kollontai originalmente em 1918 e 1921, respectivamente.

igualitária ao afirmar a importância da formação da nova mulher para a luta da classe operária:

O novo tipo da mulher, que é interiormente livre e independente, corresponde, plenamente, à moral que elabora o meio operário no interesse de sua própria classe. A classe operária necessita, para a realização de sua missão social, de mulheres que não sejam escravas. Não quer mulheres sem personalidade, no matrimônio e no seio da família, nem mulheres que possuam as virtudes femininas – passividade e submissão. Necessita de companheiras com uma individualidade capaz de protestar contra toda servidão, que possam ser consideradas como um membro ativo, em pleno exercício de seus direitos, e, conseqüentemente, que sirvam à coletividade e à sua classe (Kollontai, 2000, p. 23).

Neste contexto de transformações da vida social, em especial das mulheres trabalhadoras, Kollontai (2000) elabora uma crítica à velha moral sexual. A autora afirma que a sociedade russa, após a revolução, vivia um momento de contradições com a formação da nova sociedade socialista, pois ainda convivia com a velha moral burguesa. Por isso, a autora defende a criação de uma nova moral, de uma nova mentalidade para homens e mulheres. Esta se opõe à ideologia burguesa (que tem como fundamento a propriedade) e deve harmonizar-se com o pleno desenvolvimento da humanidade.

No que se refere às relações afetivas, Kollontai (2000) condena as condições em que se organizavam o matrimônio legal e as uniões livres (relação afetiva não submetida ao casamento) da época. Suas críticas ao casamento dirigem-se à sua determinação fundamental: a propriedade privada. Esta é a determinação que funda o casamento e a sua indissolubilidade (o divórcio não era permitido). A noção de propriedade não se refere somente aos bens materiais, mas também a um sentimento de posse que se estabelece no casal, minando as possibilidades da construção de uma relação saudável e fundada no verdadeiro amor.

Quanto às uniões livres, Kollontai (2000) afirmava que elas esbarravam em dois obstáculos: em primeiro lugar, em uma sociedade capitalista, a humanidade seria incapaz de sentir o verdadeiro amor, já que a essência do mundo burguês é individualista, além de vivermos sob a lógica da concorrência; em segundo lugar, a luta pela satisfação das necessidades materiais no capitalismo não deixa tempo para a humanidade amar verdadeiramente. Os homens devem preocupar-se com a conquista de uma posição social e as mulheres trabalhadoras têm de dividir seu tempo entre o trabalho, a maternidade (caso a escolham) e os outros aspectos da vida. Estas condições, para ela, impossibilitaram a legítima relação afetiva e sexual fundada no amor.

Kollontai (2000) nega a tese que concebe o amor como fenômeno puramente biológico e o compreende também como fator social que se transforma de acordo com as condições históricas e sociais:

Que o amor não é de modo algum um assunto privado, que interesse unicamente a dois corações isolados, mas, pelo contrário, que o amor supõe um princípio de união de um valor incalculável para a coletividade, isto se evidencia no fato de que, em todos os graus de seu desenvolvimento histórico, a humanidade estabeleceu regras que determinavam quando e em que condições o amor era considerado legítimo (ou seja, quando correspondia aos interesses da coletividade), e quando teria de ser considerado como culpado (ou seja, quando o amor se encontrava em contradição com a sociedade) (Kollontai, 2000, p. 127).

O amor burguês é fundado sobre a propriedade privada e sua expressão ideológica é o amor romântico, o qual, por sua vez, implica no isolamento do casal da vida coletiva. Essa forma específica de amar é baseada na promessa de fim da solidão dos seres humanos. Solidão esta característica do individualismo forjado pelo capitalismo. Esta forma de amar se solidifica com a desigualdade entre os sexos nas relações afetivas, especialmente a dependência da mulher em relação ao homem (Kollontai, 2000).

Como contraponto ao amor burguês, Kollontai (2000) apresenta como o proletariado deve conceber o amor: a partir da ideologia do amor-camaradagem. Kollontai (2000) afirma que a sociedade comunista deve ser edificada sobre os princípios da solidariedade, camaradagem, empatia e colaboração. Para que esse regime social se consolide é necessário que a sociedade aumente o potencial de amor dos indivíduos. Nessas condições o amor teria como alicerces a solidariedade, a simpatia pelo outro, a união e a camaradagem. O amor-camarada permitiria que as relações afetivas fossem forjadas sobre os três seguintes postulados: o respeito mútuo e o estímulo ao pleno desenvolvimento dos envolvidos, extinguindo-se a noção de posse de um sobre o outro; a igualdade entre os sexos; e a sensibilidade de ambas as partes para compreender o outro (a sociedade burguesa exige que somente a mulher tenha responsabilidade pela manutenção da relação afetiva).

As discussões elaboradas por Goldman (2013) e Kollontai (2000) sobre o amor, embora contenham elementos datados de sua época, apresentam importantes e pioneiras reflexões sobre como o amor romântico promove desigualdades nas relações afetivas. Ambas apresentam críticas à indissolubilidade do casamento, aos papéis rígidos determinados para os sexos e aos valores morais tradicionais de sua época. As autoras

defendem a autonomia financeira das mulheres, o direito a maternidade livre e o pleno exercício de sua sexualidade.

Kollontai (2000) apresenta uma análise magistral que desvela o amor como um determinante social e histórico que na sociedade burguesa é sinônimo de posse, além de reforçar a desigualdade entre os sexos e conferir às mulheres o papel de maior responsável pela relação afetiva. Goldman (2013) e Kollontai (2000) propõem que o amor seja fundado nos valores da união, da solidariedade e do companheirismo destacando e reconhecendo a força do amor para o desenvolvimento dos indivíduos.

4. Para além do amor romântico

Feministas contemporâneas também têm relacionado o tema do amor romântico e das relações afetivas com a opressão histórica das mulheres. Ana de Miguel citada por González (2016), ao discutir o mito da igualdade nas sociedades formalmente igualitárias, afirma que o amor romântico é um dos elementos estruturantes do patriarcado atual. Mesmo que avanços na situação das mulheres tenham ocorrido, a possibilidade histórica de que as relações afetivas igualitárias se tornem hegemônicas é pura aparência.

As feministas contemporâneas afirmam que homens e mulheres são educados a amar de formas diferentes. Embora o ideal de amor romântico seja compreendido como salvação da vida social para todos, essa percepção se acentua para as mulheres. Ainda hoje, a relação afetiva é compreendida como central na vida da mulher. As mulheres são ensinadas que o objetivo mais importante de suas vidas é encontrar o par amoroso e constituir uma família. Enquanto não alcançam esse objetivo, sua vida está incompleta. Para os homens, o principal objetivo de vida é o pleno desenvolvimento de sua individualidade. Quando eles desejam estar em uma relação amorosa e constituir uma família, esse objetivo convive mais facilmente com outros aspectos da vida, como o sucesso profissional (Lagarde 2001; Bosch & Ferrer, 2013; González, 2016).

Como já explicitado anteriormente, os estereótipos de gênero constituídos para as mulheres correspondem aos papéis estabelecidos a elas no lar (esposa, mãe, cuidadora) e as definem como pessoas mais amorosas, afetivas e sentimentais, etc. Lagarde (2001) afirma que as mulheres vivem sob uma colonização amorosa, isto é, são dominadas pela ideologia de que todo tipo de amor (fraterno, maternal, romântico) é inato à elas. As mulheres supostamente teriam uma maior propensão ao amor, e, por isso, são responsáveis pela sedução, pelo desenvolvimento e pela manutenção da relação afetiva. As questões afetivas e emocionais da relação são compreendidas como sendo tarefa das

mulheres. Também se a relação chega ao fim, as mulheres são responsabilizadas como se houvessem fracassado. Neste sentido, Bosch e Ferrer (2013, p. 112, tradução nossa), afirmam:

A educação tradicional recebida pelas mulheres tem sido dirigida para que elas desenvolvam as qualidades necessárias para desempenhar os papéis de esposa e mãe, aprender a cuidar do aspecto físico, manter a beleza, a capacidade de seduzir, a atratividade sexual, saber agradecer com o objetivo de atrair e manter a atenção do homem.

A ideia do amor romântico como sinônimo de sacrifício também se configura de formas diferentes para homens e mulheres. Lagarde (2001) afirma que amar para as mulheres é sinônimo de submeter-se, é colocar o outro acima de si. Quando a relação amorosa se finda elas sentem-se como se não tivessem feito o suficiente para manter a relação. As pressões sociais sobre as tarefas que devem cumprir, as cobranças sobre seu corpo colocam as mulheres em constante posição de dívida quanto às questões do amor. Quando estão em uma relação afetiva, sentem que devem sacrificar-se por seus parceiros. É comum que as mulheres abduquem de sonhos profissionais ou escolhas que gostariam de levar adiante pelos seus parceiros. No entanto, essa disposição não é a mesma apresentada pelos homens.

Entrevistas realizados por Bosch e Ferrer (2013) na Espanha e pelas pesquisadoras brasileiras Low e Melo (2014) observaram que as meninas adolescentes apresentam uma idealização do amor e uma rendição incondicional ao relacionamento amoroso. Elas valorizam a auto renúncia para satisfazer outra pessoa, demonstram um alto senso de proteção e cuidado com o outro (ultrapassando até mesmo a satisfação de suas próprias necessidades e interesses). Para as adolescentes pesquisadas, vivenciar o amor implica no sacrifício de si própria. Além disso, as adolescentes manifestam uma identificação com o outro e entrega total aos seus desejos. Ao mesmo tempo, os rapazes mostram uma disposição muito menor para o sacrifício pessoal e a entrega e maior contenção emocional. Esses dados demonstram a força da ideologia do amor romântico no imaginário de jovens meninas.

Na sociedade contemporânea, grande parte das mulheres estão inseridas no mundo do trabalho. Em muitos casos, são elas que garantem o sustento do lar. Ainda assim, elas são cobradas que exerçam seus papéis de mãe e esposa integralmente, e, por isso, cumprem duplas ou triplas jornadas de trabalho. Como já explicitado por Kollontai (2000), a inserção das mulheres no mercado do trabalho é uma consequência do próprio capitalismo. Ainda que as mulheres, necessitem ou escolham trabalhar, elas são exigidas

a não faltarem com as tarefas do lar, caso contrário são taxadas de egoístas, cruéis, más esposas ou mães (Lagarde 2001; Bosch & Ferrer, 2013).

Pacheco (2008) aponta que a idealização do amor romântico não opera da mesma forma para todas as mulheres. A autora relata que as mulheres negras são preteridas nas relações afetivas. Os homens, negros e brancos, se relacionam com mulheres negras, mas quando assumem algum tipo de compromisso mais sério o fazem com as mulheres brancas. Pacheco (2008) afirma que as mulheres negras relatam sentirem-se solitárias. No entanto, essa solidão tem diversos significados, desde aqueles relacionados ao sofrimento e o sentimento de rejeição até a resignificação da solidão pela criação de outros laços com amigas/os, familiares, colegas de trabalho e com a luta em movimentos sociais.

Também as mulheres lésbicas afirmam que o amor romântico afeta suas vivências amorosas cotidianas. Os relacionamentos afetivos lésbicos sofrem menos retaliações quando se organizam através das instituições do casamento e da família monogâmica cumprindo as prescrições românticas e heteronormativas. Também, por vezes as relações lésbicas são fetichizadas, compreendidas como forma de realização das fantasias masculinas, objetificando-as e negando sua existência (Rich, 2010).

Estudos brasileiros (Bosch & Ferrer, 2013; Low & Melo, 2014; Santos, *et al.*, 2014; Silva, 2017) apontam para relação entre amor romântico, patriarcado e violência. Os ideais do amor romântico de que “o amor tudo suporta” e que relacionam o amor ao sacrifício leva as mulheres a compreender que devem perdoar o seu companheiro que a vitimou com algum tipo de violência. A crença de que o amor supera tudo e de que elas não devem medir esforços para salvar a relação faz com que algumas mulheres acreditem que devam conseguir aplacar qualquer inconveniente que surja na relação. “O desprezo, e inclusive as agressões podem ser interpretadas como um obstáculo a ser vencido” (Low & Melo, 2014, p. 7).

O amor romântico é compreendido pelas feministas citadas como uma ideologia que compõe o patriarcado e reforça as hierarquias entre os sexos. As autoras afirmam a necessidade de compreender que as questões sobre o amor romântico não estão restritas a vida privada das mulheres, mas dizem respeito a coletividade. Para tanto, a busca pela solução deve ser também no âmbito coletivo. Lagarde (2001) afirma a necessidade de construir uma nova ética para o amor. Para tanto, é necessário questionar os fundamentos do amor romântico, da eternidade do amor, do amor que supera a tudo (inclusive a situações recorrentes de violência) e do amor sacrificial. Ela afirma que as mulheres devem reivindicar o direito a uma relação amorosa baseada na igualdade entre os sexos.

Para isso as relações amorosas têm de ser compreendidas como um pacto cotidiano fundado no amor, na igualdade, na solidariedade e na união.

Retomamos as contribuições de Kollontai (2000) para afirmar que as condições históricas para que esse tipo de amor e de relação afetiva se desenvolva plenamente não existem em nossa sociedade capitalista. Enquanto vivermos sob a égide da propriedade privada, da acumulação de riquezas, do individualismo e da concorrência conviveremos com as contradições da existência do amor romântico e de relações afetivas que alienam não só as mulheres, mas também os homens, e a com as tentativas cotidianas de construção de relações igualitárias.

O percurso histórico apresentado neste capítulo sobre o surgimento do amor romântico e seu desenvolvimento na sociedade capitalista e patriarcal permite demonstrar o caráter social e histórico do amor romântico. Sua origem é intrínseca a uma nova forma de sociedade que possibilita o surgimento e o desenvolvimento do indivíduo, com suas aspirações, desejos e anseios. As formulações, ideias e ideologias sobre o amor são decorrentes das transformações materiais ocorridas na forma de organização da sociedade.

Considerações Finais

Esta pesquisa objetivou investigar o amor romântico na sociedade capitalista patriarcal. Tendo em vista que as determinações concretas que engendram o modo de produção capitalista não foram derrotadas e se transformaram ao longo da história, também as suas estruturas sociais e ideológicas sofreram mutações. A esfera da vida afetiva é um dos campos da vida social que também tem se transformado. Buscamos compreender como operaram essas transformações ao longo da história por meio da constituição da ideologia do amor romântico e analisamos como esta constitui a opressão das mulheres.

O primeiro capítulo intitulado **Feminismo marxista e o patriarcado** teve por objetivo, apresentar a nossa perspectiva de análise, o feminismo marxista e a compreensão acerca da opressão histórica sofrida pelas mulheres fundamentada na mesma. No tópico, **Feminismo marxista** apresentamos uma breve história dessa vertente feminista destacando as contribuições das soviéticas, a profícua produção sobre a relação entre patriarcado e capitalismo realizada nas décadas de 1960 e 1970 e o momento atual do feminismo, reivindicando a importância e atualidade do feminismo marxista. No tópico seguinte, **Origem da opressão das mulheres, patriarcado e teoria da reprodução social**, explicitamos a concepção feminista marxista sobre a opressão das mulheres, destacando alguns pontos importantes neste debate: as contribuições de Friedrich Engels sobre a origem material do patriarcado; a relação deste com o surgimento do capitalismo, por meio das análises de Silvia Federici; a explicação dada por Heleieth Saffioti do que seria o patriarcado na sua relação com o capitalismo; e, as elaborações recentes das teóricas da reprodução social.

No segundo capítulo, **O amor romântico na sociedade capitalista e patriarcal**, elaboramos uma análise do amor romântico enquanto uma ideologia⁹ que compõe a opressão das mulheres no capitalismo. No tópico, **do comunismo primitivo à sociedade de classes: a constituição da família monogâmica**, utilizamos prioritariamente as análises de Engels para explicitar as mudanças na instituição familiar decorrentes das

⁹ Nesta pesquisa nos utilizamos da compreensão lukatiana de ideologia. Para Lukács, a ideologia tem sua base na materialidade, surge como consequência da própria atividade social da humanidade. A ideologia é uma forma de elaboração ideal da realidade que serve para transformar em consciente e operativa a *práxis* sócio-humana. Ela tem como funcionalidade ser veículo dos conflitos sociais que são postos no cotidiano. O que inscreve às ideias um caráter ideológico é sua atuação nos embates postos em uma determinada particularidade histórica (ver mais em Carli, 2007).

transformações ocorridas na história do desenvolvimento da humanidade. No tópico seguinte, **as transformações do amor romântico na sociedade capitalista e patriarcal**, apresentamos uma breve história do amor romântico e discutimos sua inserção no matrimônio, na família monogâmica e suas transformações na atualidade. Nos dois últimos tópicos, **críticas feministas ao amor romântico e para além do amor romântico**, expusemos as discussões de feministas de diferentes períodos históricos sobre a relação entre amor romântico, família e casamento monogâmico e o patriarcado.

A quais conclusões pudemos chegar sobre a relação do amor romântico com o patriarcado? As transformações ocorridas nos últimos anos nas relações amorosas significam o fim do amor romântico? Em tempos do aumento dos divórcios, da diminuição na duração das relações, de aplicativos de encontro, de relações virtuais podemos afirmar que a ideologia do amor romântico ainda opera na realidade?

De uma perspectiva feminista marxista para compreendermos como se configura o patriarcado e qual sua expressão nas relações afetivas não basta constatar que vivemos em um mundo com ideais machistas, misóginas e conservadoras. É necessário desvelar que relações concretas e materiais forjam essas ideias. Pudemos compreender que o patriarcado nasce quando, em determinadas condições, o desenvolvimento da produção e da reprodução social da vida resultou na apropriação privada do excedente, isto é, com a emergência da propriedade privada e das lutas de classes. O patriarcado é fruto de uma forma específica de desenvolvimento da produção e reprodução da vida que foi pautada pela violência, expropriação e miséria. Quando o modo de produção capitalista se consolida, ele também absorve e transforma o sistema patriarcal.

Sob o regime do capital, as mulheres enfrentam dois duros destinos, o lar burguês e a fábrica. A mulher tem de se domesticar e se recatar para pertencer de forma legítima ao lar e se resignar frente à exploração perversa no mundo do trabalho assalariado. Em ambos os espaços, as mulheres trabalham, e muito. A grande maioria delas enfrenta duplas ou triplas jornadas de trabalho, isto é, são exploradas pelo trabalho remunerado exercido em seus empregos e também, pelo trabalho não remunerado exercido em suas casas.

A reprodução social é central para a manutenção do capitalismo, pois abarca a organização do trabalho físico, emocional e mental necessário para a reprodução da população. A esfera da reprodução social é o *locus* primordial da opressão das mulheres, pois as atividades, comportamentos e até mesmo emoções correspondentes a essa esfera

da vida são primordialmente considerados como sendo femininos (Arruzza, Bhattacharya & Fraser, 2019).

O capitalismo atual, neoliberal, globalizado e financeirizado encontra-se numa fase em que seu amplo desenvolvimento tornou-se sinônimo de devastação e destruição das condições econômicas, naturais e sociais da vida. Baseado na busca incansável pelo lucro, o capital se expande servindo-se da exploração do trabalho assalariado, da natureza, dos bens públicos, e do trabalho não remunerado que reproduz os seres humanos. O capitalismo serve-se de todas essas coisas sem pagar por sua substituição (Arruzza, Bhattacharya & Fraser, 2019).

Ao usurpar a energia disponível para a reprodução social, o capitalismo gera uma crise nessa esfera da vida. Com o acirramento do neoliberalismo, tem ocorrido o desmantelamento e privatização das poucas políticas sociais nas áreas da educação e da saúde que se responsabilizavam por cuidados ligados à reprodução social. Resta à família a incumbência da realização da totalidade dessas atividades. Nessa instituição, “a reprodução foi feminizada e sentimentalizada, definida como cuidado em oposição a trabalho, realizado por amor em oposição ao dinheiro” (Arruzza, Bhattacharya & Fraser, 2019, p. 109). Desta forma, as mulheres são uma das principais vítimas da crise social do capitalismo, pois sem o suporte estatal, as mulheres são levadas à exaustão e ao limite já que são as principais responsáveis por essas atividades de forma paga e não paga.

A instituição familiar transformou-se ao longo da história da produção e reprodução da vida. A forma de família que corresponde ao capitalismo é a família nuclear monogâmica. Fundada sob o triunfo da propriedade privada, esta marca a delimitação entre a esfera da produção e da reprodução. A família e o casamento são esferas da vida tidas como apartadas do trabalho. Família e casamento são regidos pela privacidade e pelos afetos, enquanto o trabalho é regido pela lógica do mercado e do dinheiro. Na família e no casamento todos os envolvidos exercem um papel: a mulher é a esposa e mãe dedicada; o homem é o provedor e pai de família; e os filhos são os futuros cidadãos de bem. Embora este modelo tenha se transformado, quaisquer que sejam as formas adotadas pela família na sociedade do capital, ainda se referem ao campo privado e doméstico da vida e se sustentam sob sua função primordial para reprodução social da força de trabalho.

Para que as mulheres se empenhem e se dediquem às atividades da reprodução social que lhe foram destinadas, as tarefas relacionadas a manutenção do lar (limpeza, preparo do alimento, organização da casa, criação dos filhos, sustentação e manutenção

dos vínculos familiares, etc.), é necessário que se forjem ideologias que mistifiquem o caráter explorador e opressor das relações sociais que se dão nesta esfera da vida. Sob o suporte destas ideologias, compreende-se essas atividades como expressão da natureza feminina, como demonstração de amor, carinho e afeto. A ideia de que estas são apenas demonstrações de amor as faz serem desmerecidas e desvalorizadas. Junto das concepções patriarcais sobre a natureza frágil e a essência amável, dócil e cuidadora das mulheres encontra-se a ideologia do amor romântico.

O amor romântico faz parte da constituição das noções que circulam sobre a família e as relações afetivas. Sob o ideal romantizado do amor acredita-se na pureza do lar e das relações afetivas. Compreende-se essas como soluções para a solidão dos indivíduos, como refúgio seguro para devastação e perversidade da vida lá fora. O que se mistifica é a necessidade do modo de produção capitalista de que a família e o casamento mantenham-se no isolamento e na domesticidade. Assim, indivíduos podem continuar cumprindo seus papéis na reprodução da força de trabalho que produz mais indivíduos que serão mão-de-obra para obtenção do lucro. É extremamente necessário à lógica do capital que as esferas da produção e da reprodução da vida sejam compreendidas como antagônicas e separadas. Assim, parece que a família e o casamento não têm nada que ver com relações de mercado. O amor romântico é uma das ideologias que constroem essa mistificação.

O amor romântico consolida a associação entre amor e realização individual como uma garantia de felicidade. Consiste nas ideias do “amor à primeira vista”, da “alma gêmea”, e da vinculação do amor com o sacrifício e a abnegação. O amor se mistifica como sentimento puro e universal, imune a influências sociais e históricas (Costa, 1998). O amor romântico é situado no reino da vida privada apartada das preocupações públicas cotidianas, impessoais, racionais, calculadas, assim, o amor ganha qualidades como o escapismo, a irracionalidade e o personalismo. O escapismo do amor legitimou a despersonalização da vida pública (Ratner, 2007).

O amor romântico mistifica as relações amorosas tornando-as sagradas e livres de interferências externas. As expectativas e exigências sobre as quais as mulheres vivenciam o amor e as relações amorosas se entrelaçam com os papéis estabelecidos socialmente para elas. Mesmo nos dias atuais, com a inserção das mulheres no mercado de trabalho, o amor e a maternidade ainda são compreendidos como os fatores centrais na vida das mulheres. Pela crença de que as mulheres são essencialmente mais amorosas e sensíveis e os homens, em contrapartida, são mais racionais, a responsabilidade afetiva

das relações, no que se refere ao cuidado, ao diálogo, a conciliação de interesses é compreendida como uma questão de responsabilidade das mulheres. Se as relações findam, as mulheres são responsabilizadas como se houvessem fracassado. As mulheres muitas vezes são responsabilizadas por essas relações como se tivessem de exercer um papel de mãe-esposa de seus companheiros, quando as relações acabam são acusadas de não serem capazes de “consertá-los”.

O amor para muitas mulheres também é sinônimo de sacrifício. Quando estão em um relacionamento, são incentivadas mais facilmente a reivindicarem de suas escolhas pessoais em prol do relacionamento do que seus parceiros o são e quando não abrem mão de seus projetos de vida podem ser taxadas de egoístas e frias. O ideal do amor romântico também se relaciona com a violência doméstica sofrida pelas mulheres. Dentre os fatores que as fazem permanecer em relações violentas está a crença de que devem abnegar-se e perdoar seus cônjuges em nome da ideia de que o amor tudo suporta, tudo supera. As agressões sofridas são tidas como obstáculos que elas devem ultrapassar na relação.

Todas essas prescrições fazem do amor romântico uma ideologia que mistifica o caráter abusivo e violento que as relações amorosas podem encarnar dependendo das condições em que são construídas na vida cotidiana. Também este ideal, junto do ideal do amor materno e de outras determinações expressam os papéis estabelecidos para as mulheres na sociedade capitalista e patriarcal. Elas devem ser amorosas, generosas, prontas a cometerem sacrifícios pelo casamento e pela família, devem ser boas mães e representarem a base do lar. É comum a crença de que a mulher tudo suporta em todos os aspectos da vida. Sob a ótica conservadora, as mulheres são a base afetiva que sustenta toda a família e toda uma organização social mais ampla e sob a ótica do neoliberalismo, as mulheres são fortes e guerreiras a todo custo, suportam longas jornadas de trabalho no emprego e no lar e ainda são capazes de oferecer carinho e afeto sem medida para filhos, maridos, companheiros e namorados. Sob as duas perspectivas, as mulheres saem perdendo, tendo de se esforçar para criar rotinas de cuidado e afeto em redes de apoio.

Como mencionamos na atualidade, crescem as novas configurações de família e de relações afetivas, no entanto, o amor ainda se constitui como a grande saída de que dispomos para encarar o isolamento, a solidão, o racionalismo, o egoísmo, a competitividade e o individualismo exasperado experimentado na atualidade (Russo, 2011). Compreendemos que a ideologia do amor romântico é uma forma distorcida do amor criada pela sociedade do capital. A promessa do logro burguês, de plena felicidade e liberdade, expressa no ideal do amor romântico se coloca numa condição social, em que

não é possível realizá-la. O amor romântico promete a plena realização localizada no encontro com outro indivíduo – idealizado – sendo assim, é uma forma de amar fantasiada, prescrita pelo individualismo e pela posse. Nesta perspectiva, a plena satisfação seria realizada no âmbito da vida doméstica e privada com outro indivíduo idealizado, numa realidade apartada da vida social. Esta idealização é fonte geradora de angústia e frustração dada a inabilidade de encontrar alguém que satisfaça os desejos e as necessidades projetados.

Mas o amor em si não se resume ao amor romântico. Se afirmamos que o amor romântico é uma forma invertida da sociedade capitalista de produzir materialmente o amor e as relações afetivas, afinal, como podemos conceber o amor?

Kollontai (2000) afirma que o amor possui duas dimensões: é um fator social e histórico na medida em que, cada sociedade constrói seu próprio ideal de amor; e, tem seu sentido essencial, aquele vivenciado pelos seres humanos; é em si, um fenômeno complexo de caráter orgânico e social, compreende diversas sensações, de afeto e de atração sexual.

Vale retomar também a concepção antropológica sobre o amor oferecida por Marx. Ele afirma que o amor é uma maneira universal do ser humano se apropriar de seu ser, é um modo que ele tem de relacionar-se com o mundo, e com o outro, plenamente enquanto ser humano refletindo, sentindo, pensando, agindo, descobrindo-se, etc. (Konder, 2009). Em uma passagem dos “Manuscritos Econômicos e Filosóficos”, Marx afirma “pressupondo o homem enquanto homem e seu comportamento com o mundo enquanto um humano, tu só podes trocar amor por amor, confiança por confiança, etc.” No entanto, em condições de alienação na sociedade capitalista, regida pela lógica da propriedade privada e do dinheiro, aonde se quantifica tudo e inverte-se o valor das coisas, “transforma a fidelidade em infidelidade, o amor em ódio, o ódio em amor, a virtude em vício, o vício em virtude”, as relações humanas e o amor são mistificadas e degradadas.

As relações amorosas como qualquer outro fenômeno da sociedade são constituídas por múltiplas determinações numa totalidade social. Essas determinações são diversas e contraditórias. Para além das questões sociais, as novas experiências afetivas e as experiências individuais que cada um/a constrói na vida cotidiana expressam a tentativa de crítica e autocrítica das possibilidades concretas postas para todas/os nas condições materiais em que vivemos. Sabemos que para forjar um indivíduo e relações inteiramente novas e não capitalistas são necessários a criação e o desenvolvimento de uma sociedade

não capitalista, em que a propriedade privada e a exploração do homem pelo homem seja extinguida (Konder, 2000).

No entanto, Kollontai (2000), ainda no início do século vinte, quando defende a importância de se refletir e transformar as condições opressivas das mulheres e instaurar uma nova ordem moral e sexual baseada no ideal do proletariado, aponta, que é necessário que se construa essas transformações junto da organização e da luta pelo projeto revolucionário, e não que se espere que ele ocorra, para que elas se efetivem. No que se refere ao campo do amor e dos afetos nas relações pessoais também acreditamos no seu potencial revolucionário. Kollontai (2000) ressalta o caráter inerente do amor enquanto força criadora que engradece e enriquece a alma. Ao desenvolver seu ideal de amor camaradagem, ela afirma que o amor tem potencial de transformação dos indivíduos ao promover a união, a camaradagem e a solidariedade.

Konder (2007, p. 10-11), em seu livro “Sobre o Amor”, afirma:

Por mais arrebatadora que seja, a paixão jamais elimina completamente a participação da vontade do sujeito. Há momentos de “liberdade” no interior do processo que se realizam sob forte pressão de um sentimento vivido como “necessidade”. Não podemos alimentar uma visão “iluminista” de que uma boa argumentação, desenvolvida com os poderosos recursos da razão, modifica o panorama da consciência de pessoas arrebatadas pela paixão. Nem por isso devemos concluir pela total inutilidade do esforço crítico, racional. Antonio Gramsci, numa carta enviada a sua cunhada Tânia em 5 de dezembro de 1932, dá a ela um conselho que também serve para nós: “ Mesmo no ‘afeto’ é preciso ser inteligente”.

Ainda que reconheçamos os limites materiais e sociais postos, defendemos que se construa no cotidiano, nas lutas sociais e nas relações afetivas experiências afetuosas e amorosas “refletidas” que tenham em vista o amor como potência que permite a humanidade se humanizar.

Reconhecemos que as análises propostas e as provocações suscitadas ao longo da realização desta pesquisa não findam as problematizações e reflexões que são acendidas sobre a temática das relações afetivas e do amor na sociedade capitalista e patriarcal. A discussão não esgota com esta pesquisa e compreendemos que esta é permeada de limites. Identificamos especialmente duas ausências: de uma discussão mais aprofundada sobre as determinações racistas presentes tanto na estrutura capitalista e patriarcal quanto na construção da ideologia do amor romântico e das relações amorosas; e, de uma análise sobre o tema no contexto especificamente brasileiro. Estas problematizações poderiam ser realizadas investigando o racismo estrutural que compõe o capitalismo e o patriarcado

e a história do estabelecimento dessa estrutura no Brasil. Além de ser necessário analisar a história das configurações familiares e amorosas no Brasil.

Para finalizar, gostaria de dividir algumas inquietações pessoais sobre o processo de realização desta pesquisa. Este foi um grande desafio para mim enquanto pesquisadora, feminista marxista e como mulher. Para além das dificuldades com a escrita e com o enfretamento das leituras, realizar uma pesquisa feminista é contraditoriamente, uma empreitada árdua, dolorosa, mobilizadora de afetos e recompensadora. Se propor a desvelar as determinações que concebem e mantêm nossa opressão é uma tarefa que nos remexe profundamente, impacta, emociona e revolta. É necessário muito esforço para transformar todos esses afetos em conhecimento, potência de luta e mudanças na vida cotidiana. Mas o desafio tornou-se ainda maior ao me propor pesquisar o tema do amor. Fazer adentrar o tema dos afetos na universidade e vice-e-versa, me deixar tocar, verdadeiramente, e, também me propor a racionalizar e transformar em escrita as inquietações provocadas, foi uma tarefa difícil.

Com este relato, desejo reiterar que a pesquisa feminista preconiza que os saberes científicos sejam forjados sobre outros pilares que não os patriarcais e isso passa por permitir que o processo de pesquisa seja permeado pelos afetos, fazendo do pessoal o político. Se desejamos produzir conhecimento que contribua para o desvelamento da configuração do capitalismo e do patriarcado devemos permitir que nosso processo de conhecer nos afete e nos mobilize contra a perversidade destes sistemas. O caminho para a luta pela emancipação humana e a produção de saberes que contribuam para ela, acredito eu, não se encontram somente nos livros, leituras, discussões e análises de conjuntura, perpassam também, pelo atravessamento dos afetos e pela politização dos mesmos em todas as dimensões da vida.

Referências

- Amaral, S., Pinho, L. & Nascimento, G. (2014). Os anos 60 e o movimento negro norte-americano: uma década de elevação de consciência, eclosão de sentimentos e mobilização social. *Revista Científica Internacional*, 9(30), 182-197.
- Araújo, C. (2000) Marxismo, feminismo e o enfoque de gênero). In: *Dossiê Crítica Marxista nº 11* (pp. 65-70). São Paulo, SP: Boitempo.
- Arruzza, C. (2015). Considerações sobre gênero: reabrindo o debate sobre patriarcado e/ou capitalismo. *Revista Outubro*, (23), 33-58.
- Arruzza, C. (2017). Funcionalista, determinista e reducionista: o feminismo da reprodução social e seus críticos. *Cadernos cemarx*, (10), 39-60.
- Arruzza, C., Bhattacharya, T. & Fraser, N. (2019). *Feminismo para os 99%*. São Paulo, SP: Boitempo.
- Badinter, E. (1985). *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. Rio de Janeiro, RJ: Nova Fronteira.
- Bauman, Z. (2011). *44 cartas ao mundo líquido moderno*. Rio de Janeiro, RJ: Zahar.
- Berger, M. (2001). Lágrimas de luz: o drama romântico no cinema [Resenha do livro *Lágrimas de Luz: o drama romântico no cinema*, de Capuzzo, H.]. *Revista de Antropologia*, 44(2), 243-250.
- Biroli, F. & Miguel, L. (2014). *Feminismo e política: uma introdução*. São Paulo, SP: Boitempo.
- Biroli, F. (2018, Maio 8). *Aula 2: Família e maternidade. Curso: feminismo e democracia, com Flávia Biroli*. [Arquivo de vídeo]. Recuperado de: <https://www.youtube.com/watch?v=wi9IDhWCZ54>
- Borges, S. L. (2004). *O encontro com feminismo e a descoberta do gênero*. (Tese de Doutorado não-publicada) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- Bosch, E. & Ferrer, V. (2013). Del amor romántico a la violencia de género. Para una coeducación emocional en la agenda educativa. *Revista de Currículum y Formación de Profesorado*, 17(1), 105-122.

- Bragon, R. & Mattoso, C. (2020). *Feminicídio cresce no Brasil e explode em alguns estados*. Recuperado de: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/02/feminicidio-cresce-no-brasil-e-explode-em-alguns-estados.shtml>
- Brandino, G. (2019). *Quais as medidas concretas de Damares como ministra*. Recuperado de: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2019/10/25/Quais-as-medidas-concretas-de-Damares-como-ministra>
- Braz, I. (2016). A construção do tipo social lésbica em um século de cinema. (Trabalho de conclusão de curso). Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, Goiás, Brasil.
- Carli, R. (2007). O conceito de ideologia no último Lukács. *Novos Rumos*, (47), 40-52.
- Carneiro, H. (2007). A origem da família, da propriedade privada e do Estado; um texto atual. *Revista Marxismo Vivo*, (15), 97-108.
- Carta Capital (2017). *Trabalho doméstico não remunerado vale 11% do PIB no Brasil*. Recuperado de: <https://www.cartacapital.com.br/economia/trabalho-domestico-nao-remunerado-vale-11-do-pib-no-brasil/>
- Castro, M. G. (2000). Marxismo, feminismo e feminismo marxista – mais que um gênero em tempos neoliberais. In: *Dossiê Crítica Marxista nº 11* (pp. 98-108). São Paulo, SP: Boitempo.
- Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americanos; Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (2012). *Mapa da Violência 2012: Homicídios de Mulheres no Brasil*. Recuperado de: www.mapadaviolencia.org.br/pdf2012/MapaViolencia2012_atual_mulheres.pdf
- Cisne, M. (2018). Feminismo e marxismo: apontamentos teórico-políticos para o enfrentamento das desigualdades sociais. *Serviço Social & Sociedade*, (132), 211-230.
- Cisne, M. & Santos, S. M. (2018). *Feminismo, diversidade sexual e serviço social*. São Paulo, SP: Cortez.
- Costa, J. (1998). *Sem fraude, nem favor: estudos sobre o amor romântico*. Rio de Janeiro, RJ: Rocco.
- D'atri, A. (2011). Feminismo e marxismo: 40 anos de controvérsias. *Revista Lutas Sociais*, (27), 142-156.

- Delphy, C. (2009). Patriarcado. In Hirata, H.; Laborie, F.; Le Doaré, H.; Senotier, D. (Orgs.). *Dicionário Crítico do Feminismo* (pp. 173-179). São Paulo, SP: Unesp.
- _____. (2015). O inimigo principal: a economia política do patriarcado. *Revista Brasileira de Ciência Política*, (17), 99-119. (Obra original publicada em 1970).
- Engels, F. (1984). *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira. (Obra original publicada em 1884).
- Estefanía, J. (2019). Rosa Luxemburgo: 100 anos do assassinato da revolucionária pacifista. Recuperado de: www.brasil.elpais.com/brasil/2019/01/11/cultura/1247209310_15.html
- Federici, S. (2017). *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. São Paulo, SP: Elefante. (Obra original publicada em 1998).
- _____. (2019). *Mulheres e a caça às bruxas: da idade média aos dias atuais*. São Paulo, SP: Boitempo.
- Ferguson, S. & McNally, D. (2017). Capital, força de trabalho e relações de gênero. *Revista Outubro*, (29), 23-59.
- Fonseca, R. (2019). Contribuições da teoria da reprodução social para o debate contemporâneo sobre as opressões. *Revista Marx e o Marxismo – Revista do Niep*, 7(13), 272-294.
- Franco, L. (2019). *Decreto de Bolsonaro facilita posse de arma; entenda como funciona a lei e o que muda agora*. Recuperado de: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-46832821>
- Fraser, N. (2015). *Fortunas del feminismo: del capitalismo gestionado por el estado a la crisis neoliberal*. Madrid: Instituto de Altos Estudios Nacionales del Ecuador.
- _____. (2017). O feminismo, o capitalismo e a astúcia da história. *Revista Mediações*, 14(2), 11-33.
- Giddens, A. (1993). *A transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas*. São Paulo, SP: Editora da UNESP.

- Godinho, T. (2000). Introdução. In: Kollontai, A. *A nova mulher e a moral sexual*. São Paulo, SP: Expressão Popular.
- Goldman, E. (2013). Marriage and love. In: Goldman, E. *Anarchism and other essays*. North Charleston: Create Space. (Obra original publicada em 1910).
- Gonçalves, R. (2011). O feminismo marxista de Heleieth Saffioti. *Lutas Sociais*, (27), 119-131.
- González, G. (2016). Neoliberalismo sexual: el mito de la libre elección, de Ana de Miguel. [Resenha do livro Neoliberalismo sexual: el mito de la libre elección, de Miguel, Ana de] *Revista Estudos Feministas*, 27(2), 1-4.
- Haraway, D. (1995). Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial (M. Corrêa, Trad.) *Cadernos Pagu*, (5), 07-41. (Obra original publicada em 1988).
- Hobsbawm, E. (2014). O mundo burguês. In E. Hobsbawm. *A era do capital* (pp. 349-378) (22a ed.). São Paulo, SP: Paz e Terra.
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2019). *Atlas da violência 2019*. Recuperado de: www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/190605_atlas_da_violencia_2019.pdf
- Kergoat, D. (2009). Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In Hirata, H.; Laborie, F.; Le Doaré, H.; Senotier, D. (Orgs.), *Dicionário Crítico do Feminismo* (pp. 67-76). São Paulo, SP: Unesp.
- Kollontai, A. (2000). *A nova mulher e a moral sexual*. São Paulo, SP: Expressão Popular. (Obra original publicada em 1918/1921).
- Konder, L. (2000). *Os sofrimentos do homem burguês*. São Paulo, SP: Editora SENAC.
- Konder, L. (2007). *Sobre o amor*. São Paulo, SP: Boitempo.
- _____. (2009). Marx e o amor. In *O Marxismo na batalha das ideias* (2a ed.). (pp. 93-101). São Paulo, SP: Expressão Popular.

- Lacerda, F. (2010). *Psicologia para fazer a crítica? Apologética, individualismo e marxismo em alguns projetos psi*. Tese de Doutorado, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Pós-Graduação em Psicologia, Campinas, SP, Brasil.
- Lagarde, M. (2001). *Claves feministas para la negociación en el amor*. Managua: Puntos de Encuentro.
- Leacock, E. (2019). *Mitos da dominação masculina: uma coletânea de artigos sobre as mulheres numa perspectiva transcultural*. São Paulo, SP: Instituto Lukács.
- Lessa, S. (2012). *Abaixo a família monogâmica!* São Paulo, SP: Instituto Lukács.
- Lessa, S., & Tonet, I. (2011). *Introdução à filosofia de Marx*. São Paulo, SP: Expressão Popular.
- Lindner, J., Marini, L. & Lima, L. (2018). *Damares defende projeto que prevê bolsa para vítimas de estupro que decidam não abortar*. Recuperado de: politica.estadao.com.br/noticias/geral,damares-diz-que-busca-alguem-queame-desesperadamente-os-indios-para-presidir-a-funai,70002641772
- Lobato, J. (2012). *Antropologia do amor: do oriente ao ocidente*. Belo Horizonte, MG: Autêntica.
- Low, T., & Melo, D. (2014, novembro). Feministas advertem: o mito do amor romântico faz mal à saúde! Sentidos produzidos por adolescentes acerca da interface entre amor romântico, violência contra as mulheres e saúde. In *Anais do 17º Encontro Nacional da Rede Feminista e Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisa sobre a Mulher e Relações de Gênero* (p. 766-778), Recife, PE.
- Löwy, I. (Org.). (2009). Ciências e gênero. In Hirata, H.; Laborie, F.; Le Doaré, H.; Senotier, D. (Orgs.), *Dicionário Crítico do Feminismo* (pp. 40-44). São Paulo, SP: Unesp.
- Luxemburgo, R. (2011). A proletária. (Obra original publicada em 1914). Recuperado de: www.marxists.org/portugues/luxemburgo/1914/03/05.htm
- Marcelino, G. H. (2019). Capítulos do feminismo marxista. *Colóquio Internacional Marx e o Marxismo 2019*, Niterói, Rio de Janeiro, 4.

- Martins, K. (2019). “*Nós realizamos a utopia*”: transformação da vida cotidiana das mulheres trabalhadoras na Revolução Espanhola. Dissertação de Mestrado, Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, GO, Brasil.
- Miguel, L. F. (2017). Voltando à discussão sobre capitalismo e patriarcado. *Estudos Feministas*, 25(3), 1219-1237.
- Moraes, M. L. Q. (1981). Família e feminismo. *Cadernos de Pesquisa*, (37), 44-51.
- Moraes, M. L. Q. (2000). Marxismo e feminismo: afinidades e diferenças. In: *Dossiê Crítica Marxista* # 11 (pp. 89-97). São Paulo, SP: Boitempo.
- Moraes, M. L. Q. (2003). Pós-modernismo, marxismo e feminismo. In: *Margem esquerda: ensaios marxistas* # 2 (pp. 95-111). São Paulo, SP: Boitempo.
- Morgante, M. M.; Nader, M. B. (2014). O patriarcado nos estudos feministas: um debate teórico. In: *Anais do XVI Encontro regional de história da anpuh-rio: saberes e práticas científicas*, Rio de Janeiro, RJ.
- Narvaz, M. G. & Koller, S. H. (2006). Famílias e patriarcado: da prescrição normativa à subversão criativa. *Psicologia & Sociedade*, 18(1), 49-55.
- Orr, J. (2011). Marxismo e feminismo hoje. *Lutas Sociais*, (27), 132-143.
- Pacheco, A. C. L. (2008). *Branca para casar, mulata para f..., negra para trabalhar: escolhas afetivas e significados de solidão entre mulheres negras em Salvador*. Tese de Doutorado, Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP, Brasil.
- Pantaleão, S. (2020). *Reforma da Previdência – Sinopse das principais alterações*. Recuperado de: www.guiatrabalhista.com.br/tematicas/reforma-da-previdencia-sinopse.htm
- Prado, D. (2013). *O que é família*. (2a ed.). São Paulo: Brasiliense.
- Ratner, C. (2007). A macrocultural theory of emotions. In: P. Schultz & R. Pekrun. *Emotions in education* (pp. 85-100). San Diego, CA: Academic Press.

- Reis, J. R. T. (1989). Família, emoção e ideologia. In S. Lane; T. M. & Codo, W. (Orgs.). *Psicologia social: o homem em movimento* (8a ed.). (pp. 99-124). São Paulo: Brasiliense.
- Rich, A. (2010). Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. *Bagoas - Estudos gays: gêneros e sexualidades*, 4(5), 17-44.
- Rocha, Q. & Silveira, A. P. (2020). As contribuições de Clara Zetkin para as lutas feminista, anticapitalista e antifascista. *Germinal: marxismo e educação em debate*, 12(1), 126-138.
- Rosenthal, S. (2018) *O mito da vida pessoa sob o capitalismo*. (Lacerda, F, Trad.). (Obra original publicada em 2015). Recuperado de: www.susanrosenthal.com/articles/o-mito-da-vida-pessoal-no-capitalismo
- Rougemont, D. (1988). *O amor e o ocidente*. (P. Brandi, E. B. Cachapuz, Trad.). São Paulo, SP: Guanabara.
- Rudiger, F. (2013). *O amor e a mídia: problemas de legitimação do romantismo tardio*. Porto Alegre, RS: EdiPUCRS.
- Russo, G. (2011). Amor e dinheiro: uma relação possível? *Cadernos CRH*, 24(61), 121-134.
- Saffioti, H. (1985). Força de trabalho feminina no Brasil: no interior das cifras. *Perspectivas*, 8, 95-141.
- _____. (1992). Rearticulando gênero e classe social. In A. Costa; C. Bruschini (Orgs.). *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro, RJ: Rosa dos tempos.
- _____. (1993). *O poder do macho*. (5.ed.) São Paulo, SP: Editora Moderna.
- _____. (2004). *Gênero, patriarcado, violência*. (2. ed.) São Paulo, SP: Editora Fundação Perseu Abramo.
- _____. (2009). *Ontogênese e filogênese do gênero: ordem patriarcal de gênero e a violência masculina contra mulheres*. São Paulo, SP: Flacso Brasil.

- _____. (2013). *A mulher na sociedade de classes*. (3. ed.) São Paulo, SP: Editora Expressão Popular.
- Santos, A., Farias, D., Pereira & R., Barros, A. (2014). A violência contra a mulher e o mito do amor romântico. *Ciências humanas e sociais*, 2(2) 105-120.
- Schneider, G (org). (2017). *A revolução das mulheres: emancipação feminina na Rússia Soviética*. São Paulo, SP: Boitempo.
- Secretária de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (2014). *Balanco 2014 do Ligue 180 – Central de Atendimento à Mulher*. Recuperado de: https://assets-institucional-ipg.sfo2.cdn.digitaloceanspaces.com/2015/06/balanco180_2014-versaoweb.pdf
- Silva, G. (2017). *Do amor romântico ao poliamor: uma análise crítica a partir da teoria feminista*. Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.
- Toledo, M. T. (2013). Uma discussão sobre o ideal de amor romântico na contemporaneidade: do romantismo aos padrões da cultura de massa. *Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Mídia e Cotidiano*, (2), 201-218.
- Valadares, L. (1990). A "controvérsia" feminismo x marxismo. *Revista Princípio*, (18), 44-49.
- Waiselfisz, J. J. (2012). *Mapa da Violência 2012: Homicídios de Mulheres no Brasil*. Rio de Janeiro, RJ: Centro de Estudos Latino-Americanos – Cebela. Recuperado de: http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2012/MapaViolencia2012_atual_mulheres.pdf
- Wentzel, M. (2018). *O que faz o Brasil ter a maior população doméstica do mundo*. Recuperado de: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-43120953>